RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

GOVERNO DA PARAÍBA

Apresentação

Apresentação

No dia 31 março de 1964, parte dos militares brasileiros, com o apoio de setores civis da sociedade, deu um golpe de Estado, derrubando o governo democraticamente eleito de João Goulart, e instalou uma ditadura militar no Brasil que durou 21 anos. Esta ditadura, durante esse período, matou, torturou, cassou mandatos de parlamentares nas três instâncias do Poder Legislativo, de governadores e prefeitos, demitiu funcionários, afastou estudantes e professores das Universidades, etc., enfim, praticou todos os tipos de arbitrariedades com setores ligados ao projeto trabalhista de Goulart e outros que resistiram de várias formas durante a vigência da ditadura.

Em 1979 - durante o processo de "abertura" lenta e gradual, iniciada no governo do general Ernesto Geisel e concluído no do General João Batista Figueiredo – foi aprovado o Projeto de Anistia, portanto ainda durante a ditadura, e este anistiou os que sofreram perseguições e os perseguidores, inclusive os que praticaram crimes de tortura, crime este imprescritível, segundo resolução de organismos internacionais ligados aos Direitos Humanos e ratificada pelo Brasil. Infelizmente esta lei foi reafirmada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, impedindo a punição, principalmente de pessoas que praticaram tortura em nome do Estado Brasileiro.

No Brasil, já existe uma vasta bibliografia sobre o golpe civil-militar e todo período da ditadura, enfocando vários aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais etc., mas ainda existem lacunas no esclarecimento de vários fatos, devido principalmente à dificuldade de acesso a documentos, principalmente os produzidos pelas Forças Armadas e órgãos de repressão instaurados durante o regime.

Diante deste fato e atendendo demanda de determinados setores, foi criada a Comissão Nacional da Verdade, pela Lei n° 12.528/2011, que busca o esclarecimento da violação de direitos humanos praticada por agentes do Estado durante um determinado período histórico. A partir desta iniciativa e após a instalação da referida Comissão foram criadas outras em várias partes do Brasil, por iniciativas de poderes legislativos, por entidades de classe e também pelo Poder Executivo de alguns estados.

O Estado da Paraíba foi um dos que criaram a Comissão da Verdade. A iniciativa partiu do governador Ricardo Vieira Coutinho, através do Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012, que instalou a Comissão no dia 11 de março de 2013. Composta por sete membros

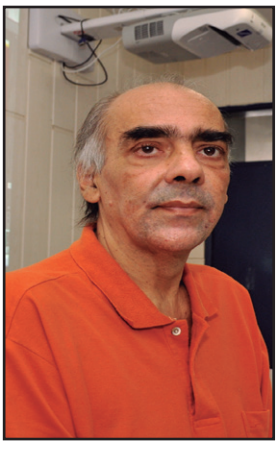
- seis indicados pela sociedade civil e um pelo Poder Executivo - e com o apoio de vários voluntários que se engajaram nos Grupos de Trabalho criados, a Comissão vem realizando seu trabalho há um ano e por meio do presente Relatório vem apresentar a sociedade paraibana os resultados obtidos até o presente momento.

Nele, ainda não estaremos utilizando o que, provavelmente, será o material mais rico que colhemos, que são os relatos feitos nas Audiências Públicas promovidas pela Comissão dos militantes que tiveram seus direitos violados durante a ditadura militar. Mas, apresentamos uma série de dados importantes, como o número de detentores de mandatos eletivos que foram cassados; magistrados afastados de suas funções; estudantes proibidos de estudar nas instituições de ensino superior do Estado da Paraíba; professores universitários e funcionários públicos de forma geral demitidos em níveis federal e estadual; mulheres perseguidas pela ditadura de várias formas e em espaços diferentes; intervenções em sindicatos e perseguições a sindicalistas; camponeses e lideranças ligadas ao movimento camponês perseguidos, presos e torturados, avanço no esclarecimento de paraibanos dos mortos e desaparecidos; mapeamento da estrutura de repressão no Estado; torturados, torturadores e locais de tortura na Paraíba, etc.

Os membros da Comissão Estadual da Verdade comemoram outros avanços conquistados no seu primeiro anos de atividades, como a digitalização do Arquivo do DOPS com aproximadamente 6.600 fichas e cerca de 675 processos abertos contra cidadãos considerados subversivos pelo Governo Militar, que se encontra atualmente sob a guarda da Universidade Federal da Paraíba; o lançamento do site da Comissão com as fichas digitalizadas do DOPS; e a montagem de um acervo com cópias dos processos de anistia entregues pelo ex-deputado Zenóbio Toscano e quase 100 mil cópias de documentos digitalizados – tidos como "secretos" e "confidenciais" - de inquéritos policiais militares e outros instrumentos feitos pelos órgãos da repressão, como SNI, Polícia Federal, DOPS de vários Estados, assessorias de segurança e informações das universidade, etc.

Paulo Giovani Antonino Nunes
Presidente da Comissão

Membros



Fábio Fernando Barbosa de Freitas

Professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFCG nas áreas de Teoria, Filosofia Política e Direitos Humanos; Mestre em Ciências Jurídicas/Direitos Humanos (UFPB); Professor do Curso de Especialização em Direitos Humanos do CCHLA/UFPB; Professor do Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública; Presidente da Comissão de Direitos Humanos do CCHLA da UFCG; Membro da equipe nacional de professores da Rede de Educadores em Direitos Humanos (REDH Brasil – MEC/SEDH); Membro da Anistia Internacional.

Iranice Gonçalves Muniz

Possui Doutorado em Direito Público (Constitucional) pela Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha (2009). Mestrado em Direito Público pela mesma Universidade (2005). Especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba (1998). Atualmente é professora titular do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), pesquisadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, advogada militante dos direitos humanos há 20 anos, foi uma das fundadoras da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Agrário, Direito Ambiental, Direito Internacional e Direitos Humanos.

Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira

Graduada em Letras, com especialização, é professora aposentada de português da Rede Estadual de Ensino. Foi ativista do movimento sindical na década de 80, uma das fundadoras do Centro da Mulher 8 de Março, dedicando-se, também, à luta contra a violação dos direitos humanos e pelo empoderamento das mulheres no espaço público. Presta assessoria à Secretaria de Mulheres do SINTEP e de Grupos de Mulheres com temáticas Saúde da Mulher, Gravidez na Adolescência, Violência Doméstica e Sexual, Lei Maria da Penha, DST e feminização da AIDS

João Manoel de Carvalho:

Jornalista, intelectual, foi colunista político do jornal O Norte, diretor do Correio da Paraíba, e, atualmente, é proprietário do jornal semanário ContraPonto. Até hoje é uma das pessoas mais respeitada da imprensa da Paraíba e reconhecida pela dedicação à luta das ligas camponesas na década de 1960 na Paraíba.

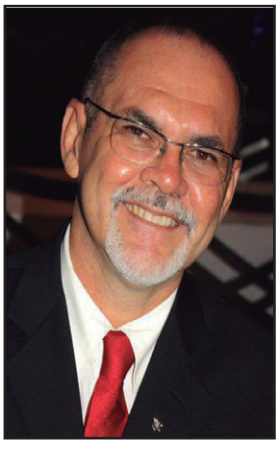
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas do CCHLA/UFPB, integrante do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB de 2000 a 2012, Presidente do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, de 2006 a 2007. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e da Associação Nacional de História (ANPUH). Autora do livro "Raízes da Indústria das Secas" e organizadora de vários livros na área dos Direitos Humanos. Coordenadora de projetos de pesquisa e extensão sobre a Ditadura Militar na Paraíba.

Paulo Giovani Antonio Nunes

(presidente da Comissão Estadual da Verdade)

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, bacharel em História e Comunicação Social pela UFPB, é professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em História, bem como na graduação em História, da UFPB. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Século XX, na linha de Pesquisa História Política – Culturas políticas na História.



Waldir Porfírio da Silva

Graduado em psicologia, advogado, escritor e pesquisador da historia das esquerdas paraibana nos períodos do autoritarismo brasileiro. Em 1996, quando era chefe de gabinete do deputado Zenóbio Toscano, auxiliou os familiares dos mortos e desaparecidos políticos do regime militar na formação dos processos de reconhecimento pelo Estado brasileiro e, a partir de 2000, montou os processos de anistia política para 250 estudantes universitários e secundaristas, sindicalistas, camponeses, servidores públicos, deputados estaduais e federais, prefeitos, vereadores, todos vítimas das perseguições do regime militar.

A Comissão

ESTADO DA PARAÍBA

Ato Governamental nº 6.018 João Pessoa, 11 de março de 2013

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso VI, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012,

R E S O L V E nomear os seguintes membros para compor a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba:

1 - FÁBIO FERNANDO BARBOSA DE FREITAS;
2 - IRANICE GONÇALVES MUNIZ;
3 - IRENE MARINHEIRO JERÔNIMO DE OLIVEIRA;
4 - JOÃO MANOEL DE CARVALHO;
5 - LÚCIA DE FÁTIMA GUERRA FERREIRA;
6 - PAULO GIOVANI ANTONIO NUNES; e
7 - WALDIR PORFÍRIO DA SILVA.

A presidência dos trabalhos da Comissão ficará a cargo de PAULO GIOVANI ANTONIO NUNES.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 11 de março de 2013; 125º da Proclamação da República.

Certifico, para os devidos fins, que este ATO GOVERNAMENTAL foi publicado no D O E, Nesta Data, 12 / 03 / 2013
Vera Lúcia Sá
Gerência Executiva de Registro de Atos e Legislação da Casa Civil do Governador

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

1. Sobre a Comissão

1.1. Criação da Comissão

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória foi criada pelo Governador Ricardo Vieira Coutinho pelo Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012. A finalidade da Comissão é a de buscar, por todos os meios de provas, o esclarecimento às graves violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos contra qualquer pessoa no território da Paraíba, ou aos paraibanos que se encontravam em outros Estados ou Países, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica na edificação do Estado Democrático de Direito.

1.2. Finalidade

A Comissão Estadual da Verdade está utilizando dos seguintes meios para cumprir com seu papel: I - receber testemunhos, informações, dados e documentos, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada; II - requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo; III - convocar, para entrevista ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados; IV - determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados; V - promover audiências públicas; VI - requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; VII - promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; VIII - requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos; IX – realizar os devidos encaminhamentos do resultado obtido.

1.3. Composição da Comissão

O critério que o Governador adotou para escolha dos nomes foi a realização de uma consulta, por ofício a 23 entidades,

ONG´s e instituições, solicitando sugestão de nomes para compor a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória. As respostas resultaram na elaboração de uma lista de 28 nomes de pessoas reconhecidas pela sociedade pelo trabalho que desenvolvem na área de direitos humanos.

Com a consulta nas mãos, o Governador Ricardo Coutinho escolheu os seguintes membros da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória, por meio do Ato Governamental nº 6.018, de 11 de março de 2013: Paulo Giovani Antonino Nunes, como Presidente, Fábio Fernando Barbosa de Freitas, Iranice Gonçalves Muniz, Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira, João Manoel de Carvalho, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Waldir Porfírio da Silva (este foi o único membro do Governo indicado).

1.4. Instalação da Comissão

O Governador Ricardo Coutinho instalou a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba no dia 11 de março de 2013, em solenidade ocorrida no Palácio da Redenção. Participaram do evento dezenas de anistiados políticos e também representantes da Comissão Nacional da Verdade (Guaracy Mingardi) e da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco (Fernando Coelho).

1.5. Local de funcionamento

A Comissão e seus Grupos de Trabalho se reúnem em uma Sala na Fundação Casa de José Américo, no Bairro do Cabo Branco. No local se encontram todos os arquivos e documentos recebidos até o pressente momento, fruto de doações ou Acordos de Cooperação Técnica.

1.6. Atividades da CEV/PB

1.6.1. Reuniões

Os membros da Comissão Estadual se reúnem a cada 15 dias para decidir sobre pautas inerentes ao seu trabalho, como: agendamento de audiências públicas, recebimentos de documentos originários dos Acordos de Cooperação Técnica, encaminhamentos sobre atividades dos Grupos de Trabalhos, os quais fazem suas agendas próprias de reuniões.

1.6.2. Regimento Interno

O Decreto do Governador Ricardo Coutinho nº 33.906/2013, publicado no Diário Oficial do Estado de 10 de maio de 2013,

trouxe o Regimento Interno da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, o qual foi elaborado e aprovado por seus membros.

1.6.3. Celebração de Acordos de Cooperação Técnica

Visando obter documentação e trocar informações sobre paraibanos perseguidos pela ditadura militar em todo território nacional, a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba celebrou Acordos de Cooperação Técnica com diversas instituições, a saber:

a) Comissão de Anistia do Ministério da Justiça;
b) Comissão Nacional da Verdade;
c) Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco;
d) Arquivo Público Estadual de Pernambuco;
e) Memórias Reveladas - Arquivo Nacional;
f) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB);
g) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ
h) Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas;

1.7. Grupos de Trabalho

Foram montados 10 Grupos de Trabalhos (GT´s) que envolve mais de 40 professores e estudantes universitários, profissionais liberais, etc, a saber:

1.7.1. Mortos e desaparecidos políticos do regime militar

O Grupo de Trabalho "Mortos e Desaparecidos Políticos" tem a finalidade de promover o esclarecimento sobre as mortes e desaparecimentos forçados, com ocultação de cadáveres, ocorrido no território do Estado da Paraíba, ou de paraibanos que se encontravam em outros Entes da Federação no período arbitrário do regime militar (1964-1985). Também envidará esforço no esclarecimento de casos emblemáticos que pairam dúvidas até hoje sobre as mortes de alguns paraibanos, ocorridos no referido espaço de tempo e outras denúncias que porventura chegarem ao conhecimento da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória.

Coordenador: Waldir Porfírio da Silva

Membros:

- Eduardo Fernandes Araújo;
- Sheyla Maria Lima Oliveira
- Vivianne de Sousa
- Herbert Andrade Oliveira
- Clodoaldo Gomes de Oliveira
- Sandro Alves de França
- Igor Leon Benício
- Hugo Belarmino de Morais
- Jaime Rodrigues
- Raynne Vieira Santos
- Ericleston Lopes de Queiroz Medeiros

1.7.2. Mapa da Tortura

O objetivo deste GT é construir um mapa atualizado da tortura no estado da Paraíba, identificando locais de realização desta prática, traçando o perfil detalhado das vítimas de tortura e compreendendo a tortura como instrumento fundamental de intimidação e repressão, para a manutenção da "ordem" político institucional da ditadura civil-militar. Fundamentos históricos da tortura. As dimensões da tortura. Modos e instrumentos da tortura. Os espaços da tortura (institucionais e extra-institucionais). Análise de documentos e testemunhos.

Coordenador: Fábio Fernando Barbosa de Freitas

Membros:

- Herbert de Andrade Oliveira;
- Marleon Cabral da Cunha;
- Maria Nazaré Tavares Zenaide;
- Paloma Leite Diniz Farias

1.7.3. Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional

O meio educacional, tanto universitário como secundarista, formal e não formal, foi objeto de grande atenção dos órgãos de segurança, tendo em vista a efervescência política dos segmentos ligados à educação, envolvendo-se em lutas sociais mais amplas. O objetivo deste grupo é identificar as ações de perseguição ocorridas na

Paraíba, atingindo técnicos, professores, e especialmente o movimento estudantil, a partir de provas documentais e testemunhais.

Coordenadora: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

Membros:

- Bento Correia de Sousa Neto;
- Érica Lins Ramos;
- Fernanda de Paula Gomides;
- Fernando Luiz Araújo da Costa;
- Maria José Lopes Gomes;
- Talita Hanna Cabral.

1.7.4. Cassação de mandatos eletivos e a magistrados

O GT tem por objetivo identificar todas as pessoas que exerceram mandatos eletivos no âmbito do poder executivo e no legislativo, no estado da Paraíba que foram cassados, na esfera federal, estadual e municipal no período da ditadura militar e relatar os motivos da cassação e a atuação dos atores sociais envolvidos no processo. Também procurará identificar os magistrados perseguidos no referido período e narrar as causas e os agente públicos envolvidos.

Coordenadores: Paulo Giovani Antonino Nunes e Waldir Porfírio

Membros:

- Fernando Dutra Barbosa da Silva
- Jean Patrício da Silva
- Dmitri da Silva Bichara Sobreira
- Renato César Carneiro.

1.7.5. Demissão de servidores públicos federais, estaduais e municipais

O GT tem por objetivo identificar os servidores públicos federais, estaduais e municipais com atuação no estado da Paraíba e em outros

estados da Federação que foram demitidos ou perseguidos de alguma forma por agentes públicos no período da ditadura militar e relatar os motivos e a atuação dos atores sociais envolvidos no processo.

Coordenador: Waldir Porfírio

1.7.6. Ditadura e Gênero

O GT tem como objetivo realizar pesquisas sobre a violência contra as mulheres paraibanas, as consequências dessa violência e os impactos sobre suas vidas durante a ditadura militar e dar visibilidade não só ao sofrimento das mulheres envolvidas no conflito, mas também das que participaram de movimentos de resistência e daquelas cujos familiares foram vítimas de perseguição política.

Coordenadora: Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira

Membros:

- Gilmara Joane Macedo
- Viviane Camelo do Nascimento
- Tatyane Guimarães Oliveira
- Sâmara Monteiro dos Santos
- Susel Oliveira da Rosa
- Reginaldo Nunes Chaves

1.7.7. Estrutura de repressão na Paraíba

O período de 1964 a 1985 foi marcado por atos de tortura, assassinato, desaparecimento de muitos paraibanos que resistiram ao regime jurídico/político implantado pelos militares. Este GT tem por objetivo identificar a estrutura organizacional de repressão, membros e área de atuação no Estado, além de verificar a existência de apoiadores e financiadores da sociedade civil, sejam eles indivíduos ou grupos organizados, nacionais ou estrangeiros.

Coordenadoras: Lúcia Guerra e Iranice Muniz

Membros:

- Claudio Rodrigues N. Santos;
- Janaína Vicente da Silva;
- Jocekelly Henrique de Carvalho;
- Luíza Paiva Carneiro
- Marcelo Brito da Silva;
- Paulo Vieira de Moura;

1.7.8. Intervenção nos sindicatos e em outras entidades da sociedade civil

Logo após o golpe civil-militar o governo fez uma série de intervenções nos sindicatos, afastou e prendeu seus dirigentes, também fez intervenções seguidas de perseguições em outras entidades da sociedade civil. Esses continuaram ao longo de todo regime militar. O objetivo desse grupo é identificar as perseguições ocorridas contra sindicalistas e membros das referidas entidades na Paraíba durante a vigência do regime militar.

Coordenadores: João Manoel Carvalho e Paulo Giovani

Membros:

- Amana Martins Fagundes
- Silvia Tavares da Silva
- Júlia da Nóbrega Medeiros
- Hugo Noronha Lima
- Marília Teles Cavalcante

1.7.9. Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses.

As Ligas camponesas no Estado da Paraíba, desde a sua fundação, foram objeto de perseguições das "Milícias privadas". Com o Regime Militar essas perseguições contaram com o aparelhamento oficial do Estado. O presente GT tem como objetivos: identificar as ações de perseguição praticadas pelo Estado e pelas Milícias contra os camponeses, assim como contextualizar e explicitar o projeto de desestruturação das Ligas camponesas pelo Estado; identificar

as ações de perseguição ocorridas nos sindicatos de trabalhadores rurais na Paraíba, no período de 1958 a 1988.

Coordenadora: Iranice Gonçalves Muniz

Membros:

- Laize Nara Dias dos Santos
- Luisa Lemos Targino
- Nátalia Araújo da Silva
- Raony Rodrigues Bezerra Soares
- Victor Gadelha Pessoa
- Yann Gomes dos Santos

1.7.10. A bomba estourada no Cine-Teatro Apolo II

Desvendar o mistério e apurar a autoria intelectual, através de pesquisa, da explosão da bomba no Cine-Teatro Apolo II, na cidade de Cajazeiras no Estado da Paraíba, em 02 de julho de 1975 matando duas pessoas durante o período mais duro da Ditadura militar.

Coordenadora: Irene Marinheiro

Membros:

- Gilmara Joane Macedo
- Viviane Camelo do Nascimento
- Tatyane Guimarães Oliveira
- Sâmara Monteiro dos Santos
- Susel Oliveira da Rosa
- Reginaldo Nunes Chaves

O NORTE

As fotos que se salvaram

À direita, um grupo de policiais quando cai em cima do Professor Octacílio brega de Queiroz, ferido na testa quando procurava tranquilizar alguns estud atemorizados com a ação policial.

PASSEATA DISSOL

Um saldo de três feridos atendidos no HPS e... estudantes presos pelo DOPS, foi o resultado do conflito de ontem entre polícia e estudantes, por ocasião da passeata programada por universitários e secundaristas de João Pes- soa, iniciada pouco depois das 16 horas e dissolvida a bala vinte minutos depois.

A cidade amanheceu sob tensão, desde as primeiras horas, indagando se os estudantes iam sair com ou sem permissão da Segurança Pública. As primeiras horas da tarde já se sabia, através das lideranças estudantis, que a concentração seria realizada de qualquer maneira

PM CHEGOU PRIMEIRO

Antes mesmo que se formassem quaisquer

tôda General Osório foi tomada pela Polícia. Ainda a esperava de policiais ostensivamente nas ruas seria apenas para repressão Uma hora depois verificou-se que era mesmo para valer.

licia baleou estudantes

Tribunal de Justiça concede "habeas-corpus" a marginal

Nos Estados

Polícia continua no do matador do popular

Audiências Públicas

2. Audiências Públicas da Comissão e Oitivas dos Grupos de Trabalho

No período de 28 de junho de 2013 a 25 de março de 2014 a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba realizou 14 Audiências Públicas com o testemunho de 40 vítimas da repressão política do regime militar de 1964, das mais variadas organizações partidárias ou segmentos profissionais e educacionais.

Duas peculiaridades da Comissão da Verdade paraibana, uma é que as Audiências Públicas são temáticas (tem uma denominação), e outra é que abre o direito de pessoas do plenário fazerem perguntas às vítimas do regime militar que estiverem testemunhando.

2.1. Audiências Públicas

2.1.1. Maria do Socorro Fragoso de Moraes (Jô Moraes) - aconteceu no dia 28 de junho de 2013, em João Pessoa, no Auditório João Santa Cruz, da OAB.

2.1.2. As perseguições às Ligas Camponesas - no dia 15 de julho de 2013, em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade e Frente Parlamentar pela Verdade, no ginásio da Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Monsenhor Odilon Alves Pedrosa (EMOAP), em Sapé, onde ouviu os testemunhos de:

- Assis Lemos (Presidente da Federação Paraibana das Ligas Camponesa);

- Elizabeth Teixeira (Presidente da Liga Camponesa de Sapé);

- Ophelia Amorim (Advogada das Ligas Camponesas);

- Antônio Dantas (Presidente da Liga Camponesa de Santa Rita);

- Neide Araújo (filha do líder camponês Pedro Fazendeiro, desaparecido político)

2.1.3. As Granjas do Terror - realizada no dia 06 de agosto de 2013, em Campina Grande, no auditório da Universidade Federal de Campina Grande, quando foram ouvidos os testemunhos de pessoas torturadas em granjas cedidas por particulares nos arredores de Campina Grande:

- Maura Pires Ramos
- Josélia Maria Ramos Wellen
- Jorge Aguiar Leite
- João Dantas

2.1.4. O Caso da morte do paraibano Luis Alberto Andrade de Sá e Benevides e sua companheira Miriam Verbena - realizada no Auditório João Santa Cruz, da OAB em João Pessoa, no dia 03 de setembro de 2013, em conjunto com a Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco, quando ouviu os testemunhos de;

- Antonio Soares Lima "Help"
- Sonia Sá Benevides

2.1.5. As torturas militantes do PORT e do PCBR - realizada no dia 19 de setembro de 2013, no auditório da Associação Paraibana de Imprensa (API), em João Pessoa, ouvindo os testemunhos de:

- Martinho Campos (PORT)
- Washington Rocha (PCBR)

2.1.6. A Queda do Congresso da UNE de Ibiúna - realizada no dia 15 de outubro de 2013, no auditório 412, do CCHLA, da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, quando ouviu os testemunhos de:

- Cacilda Filomena de Castro (Serviço Social da URNe)
- Jáder Nunes de Oliveira (Engenharia da UFPE)
- José de Arimatéia Bezerra de Lima (Letras da UFPB)
- Rubens Pinto Lira (Direito da UFPB)

2.1.7. Torturas nos presos políticos de Itamaracá - realizada no dia 22 de outubro de 2013, no auditório do Colégio Liceu Paraibano, em João Pessoa, onde testemunharam:

- José Emilson Ribeiro
- José Calistratro Cardoso Filho

2.1.8. Prisões, torturas e queda do PCB na Paraíba - ocorrida no auditório Oswaldo Trigueiro do Vale, na UNIPÊ, em 22 de novembro de 2013, com os testemunhos de:

- Antônio Augusto de Almeida
- José Fernandes Neto
- Ovídio Raimundo dos Santos

2.1.9. Perseguição aos sindicalistas pela ditadura militar – aconteceu no dia 26 de novembro de 2013, no auditório do Sindicato dos Bancários, com os testemunhos de:

- João Ribeiro Filho
- João da Cruz Fragoso
- Derly Pereira

2.1.10. As Marcas da Tortura - realizada em Campina Grande no dia 10 de dezembro de 2013, no Auditório I, localizado no 1º andar do prédio da Central Integrada de Aulas (CIA) da UEPB, no Campus em Bodocongó, quando foram ouvidos:

- Francisco Metri (Chicão)
- Dinalva Rodrigues
- Fidélia Cassandra, filha de "Zequinha do PCB

2.1.11. A Vida na Clandestinidade - ocorrida no dia 19 de dezembro de 2013, no Auditório João Santa Cruz, da OAB, em João Pessoa, onde deram seus testemunhos:

- Simão de Almeida Neto
- Ana Rita de Castro Almeida
- Lourdes Meira

2.1.12. Os 50 Anos da Ocupação da Faculdade de Direito - realizada em 19 de fevereiro de 2014, no Auditório da Faculdade de Direito do Campus de Santa Rita, da UFPB (Praça João Pessoa), no Centro da Capital Paraibana:

- Tarcizo Fernandes (DA de Direito)
- Zé Sabino – José Rodrigues (Presidente da UEEP)
- Inocêncio Nóbrega Filho (Estudante)
- Willes Leal (Jornalista)

2.1.13. Mulheres na Resistência à Ditadura - ocorrida no dia 11 de março de 2014, no Auditório da OAB, em João Pessoa, com os testemunhos de:

- Leda Rejane Pereira Amaral Queiroz
- Maria Lúcia Santos Rocha

2.1.14. A Greve dos Marinheiros 50 Anos Depois - aconteceu no dia 25 de março junho de 2014, em João Pessoa, no Auditório da PBPREV, com os testemunhos de

- Paulo Conserva
- Adeildo Ramos

2.2. Oitivas dos Grupos de Trabalhos da Comissão Estadual da Verdade

2.2.1. Os GT´s "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" e "Mortos e Desaparecidos Políticos" realizaram uma oitiva em 6 de setembro de 2013, na sala de reuniões da Fundação Casa de José Américo para ouvir:

Marina Dias: Irmã de João Alfredo Dias (Nêgo Fuba), desaparecido político

2.2.2. GT "Mortos e Desaparecidos Políticos" foram a Catolé do Rocha, nos dias 22 e 23 de agosto de 2013, visitar a comunidade Olho D´Água, onde o líder estudantil João Roberto Borges de Souza foi encontrado morto, e ouvir os depoimentos de:

- Avaní Fernandes
- Alcides Fernandes
- José Alves Pereira (Tatuzinho)
- Francisco Aécio da Silva
- Ubiratan Cortês (Bira)

2.2.3. O GT "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses" foi até o município de Mari, em 30 de novembro de 2013, para ouvir os testemunhos dos filhos de Pedro Cardoso da Silva assassinado em 16 de janeiro de 1964:

- Maria do Socorro Cardoso da Silva
- João Cardoso da Silva
- José Cardoso da Silva

2.2.4. O Memorial das Ligas Camponesas recebeu os membros do GT "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses", no Sítio Antas, município de Sapé, em 03 de dezembro de 2013, para ouvir os testemunhos de:

- Ana Justino de Oliveira
- Ilda Maria da Conceição de Melo
- Francisca Freitas de Souza (filha de Pedro de Freitas)
- Isabel Regina Reis (professora no tempo das Ligas)
- Antonio Domingos de Oliveira

2.2.5. A Comissão Estadual da Verdade se reuniu, extraordinariamente, na Fundação Casa de José Américo, em 13 de dezembro de 2013, para receber o testemunho de:

- Eraldo Fernandes

2.2.6. Os GT´s "Mapa da Tortura", "Estrutura da Repressão" e "Perseguição ao Setor Educacional" se reuniram na Fundação Casa de José Américo, em 20 de dezembro de 2013, para receber o testemunho de:

- **Rômulo Araújo Lima**

Fotos:
Sonia Aguiar
Kleide Texeira
Jornal a Palavra

Resultados Parciais

3. Resultados parciais dos documentos estudados pela Comissão

3.1. Paraibanos Mortos e Desaparecidos políticos

O "Grupo de Trabalho Mortos e Desaparecidos Políticos" fez levantamento sobre os paraibanos que foram reconhecidos pela União (Lei nº 9.140/1995) como mortos ou desaparecidos políticos durante o regime militar. Os dados foram extraídos do livro "Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos", elaborado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e publicado em 2007, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Mortos:

Dilermano Mello do Nascimento (1920-1964);
Severino Elias de Mello (1913-1965); e
Marcos Antônio da Silva Lima (1941-1970).

Desaparecidos políticos:

João Alfredo Dias (1932-1964);
Pedro Inácio de Araújo (1909-1964);
José Maria Ferreira de Araújo (1941-1970);
Francisco das Chagas Pereira (1944-1971);
Ezequias Bezerra da Rocha (1944-1972); e
Umberto de Albuquerque Câmara Neto (1947-1973).

3.1.1. Desaparecimento dos líderes camponeses João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo

Estamos levantando informações sobre o desaparecimento, morte e ocultação dos cadáveres dos dois líderes camponeses. Ambos estavam presos no 15º Regimento de Infantaria, localizado no Bairro de Cruz da Armas, em João Pessoa. João Alfredo Dias (Nêgo Fuba) foi solto na noite do dia 28 de agosto de 1964 e Pedro Inácio de Araújo na noite do dia 7 de setembro daquele mesmo ano.

Três fatos merecem atenção da Comissão Nacional da Verdade:

I – A Comissão Estadual da Verdade da Paraíba encontrou m ofício da Secretaria de Segurança do Estado da Paraíba para o Governador da Paraíba (SSP/181), datado de 17 de fevereiro de 1965, onde o assunto trata do "Desaparecimento de líderes camponeses". Nesse ofício o Secretário afirma que Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias foram presos pela Polícia Militar e entregue à Guarnição Federal.

> *"***As autoridades públicas estaduais só tiveram sob sua responsabilidade os citados líderes até a apresentação dos mesmos àquela Organização Militar (Guarnição Federal)***. Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias, ainda em abril de 64, tendo este último estado na Delegacia de Ordem Política e Social, entre 5 e 9 de maio para interrogatório, voltando em seguida para o 15 RI* **nenhum controle teve mais esta Secretaria sobre os mesmos***"*

Na época do fato acima referido, o responsável pelo 15º Regimento de Infantaria em João Pessoa era o Major José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro, motivo pelo qual a Comissão Estadual da Verdade e da Memória do Estado da Paraíba encaminhou o ofício nº 047/2013, de 16 de outubro de 2013, à Comissão Nacional da Verdade, dando o endereço do referido militar e solicitando a sua convocação para prestar informações sobre o fato. Infelizmente, até o presente momento não fomos atendido.

II - Uma informação que está sendo investigada surgiu durante um dos depoimentos do ex-preso político João da Cruz Fragoso. Segundo ele, sua irmã foi designada para investigar a denúncia de que presos saiam da Penitenciária do Róger para praticar assassinatos durante a noite, a serviço de grupos militares e econômicos. Um deles, Cabo Chiquinho (já falecido e assassino do líder camponês João Pedro Teixeira), confidenciou a sua irmã que o liberaram da prisão para pegar os dois líderes camponeses que foram soltos, à noite, do 15º Regimento de Infantaria. A irmã do depoente era assistente social e já faleceu.

Os dados ainda estão sendo examinados para saber se naquele ano (1964) Cabo Chiquinho estava preso e se realmente foi criada, "por portaria", essa Comissão do Governo do Estado para investigar esses assassinatos à noite.

III - Em resposta ao Ofício nº 4.775 /2013, oriundo do Ministério Público Federal à Comissão Estadual da Verdade da

Paraíba, que solicitava "cópias de toda documentação porventura disponível ou apurado no âmbito da CEVPM-PB envolvendo o desparecimento do mencionado preso político, em especial depoimentos ou documentos oficiais datados do período em que PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO esteve preso no 15º Regimento de Infantaria em João Pessoa", assim a Comissão se pronunciou por meio do ofício nº 056/2013, de 13 de dezembro de 2013:

> 1) Esta Comissão criou um Grupo de Trabalho (GT) objetivando investigar os Mortos e Desaparecidos Políticos na Paraíba, que tem como responsável seu membro Waldir Porfírio da Silva, o qual designou como relator o professor Eduardo Fernandes de Araújo pelos casos de desparecimentos dos presos políticos Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias (Nêgo Fuba);
>
> 2) O GT encontrou uma cópia de um ofício no Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba, datado de 17 de fevereiro de 1965, emitido pelo Secretário de Segurança Pública da Paraíba, Renato Macário de Brito, ao Governador do Estado Pedro Gondim, esclarecendo que a participação da Polícia Militar nesse caso das duas lideranças camponesas (Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba), foi o de prendê-los e entregá-los à Guarnição Federal.
>
> 3) Em matéria publicada no jornal Correio da Paraíba, datado de 19 de setembro de 1981, o ex-deputado estadual Francisco de Assis Lemos de Souza afirma que o **Major Cordeiro** "é o homem chave para que se possa descobrir o desaparecimento de Pedro Fazendeiro, porque tomou conhecimento da liberação daquele líder camponês". Ele disse que, quando estava preso no 15º Regimento de Infantaria após o golpe militar, o Major Cordeiro o interrogou para saber sobre quem havia assassinado o latifundiário.
>
> > "O Major Cordeiro afirmou na ocasião que eu podia não saber, mas que João Alfredo e Pedro Fazendeiro sabiam (...) numa quarta-feira, dia 7 de setembro (1964), após a solenidade que contaram com a presença do então Comandante do IV Exército, General Olimpio Mourão Filho, **Pedro Fazendeiro foi solto à noite, mais ou menos às 20:00 horas (...)** Em primeiro lugar, ouvir o Major Cordeiro e também **os irmãos de Rubens Régis, que por sinal em seguida fizeram uma sociedade com o Major Cordeiro para comercializar farinha**".

4) A viúva Maria Júlia de Araújo (já falecida), em entrevista ao jornal Correio da Paraíba que circulou a 24 de agosto de 1995, lembrou como soube do desaparecimento do seu marido Pedro Inácio de Araújo:

> "Depois do dia 7, data que só soube depois que ele havia sido solto para ser capturado logo na saída, quando eu ia para o 15 (15º Regimento de Infantaria) pedir informações, **o major Cordeiro (então comandante do 15º BMT) chegou mesmo uma vez a perder a paciência, batendo com as mãos ao birô... Ele dizia que o meu marido tinha fugido para Cuba... Mas a gente sabia que ele não havia fugido**".

Na mesma matéria, os filhos de Pedro Fazendeiro, Walter Araújo e Josineide Araújo relembram os fatos que envolvem o desaparecimento do seu genitor:

> "... a gente temia que a polícia matasse nosso pai, pois o coronel Luiz de Barros (à época comandante da PM) tinha muita sede nele. **Mas não pensávamos que o Exército armaria toda a trama para eliminá-lo**. Para Josineide, ele foi morto de uma maneira covarde, tratado como um cachorro, **Walter tem certeza de que ele foi muito torturado durante o tempo que estava no quartel sob a custódia do major Cordeiro**".

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, também informou ao Ministério Público Federal que encaminhou o Ofício nº 047/2013 à Comissão Nacional da Verdade solicitando que fosse convocado o Sr. José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro (Major Cordeiro).

3.1.2. O caso Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides (1942-1972)

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba e a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara estão investigando esse caso da morte do paraibano e militante do PCBR, Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, que não foi reconhecido pela União (Lei nº 9.140/95).

Para isso, além dos documentos que estão analisando, as duas realizaram uma audiência pública conjunta no auditório da OAB/PB, no dia 3 de setembro de 2013, ouvindo os depoimentos do ex-

militante do PCBR, Antônio Soares de Lima Filho (Help), e da irmã do militante morto, jornalista Sônia Sá Benevides.

Os dados oficiais davam conta de que ele sofreu um acidente automobilístico no final da manhã do dia 8 de março de 1972, na rodovia federal BR 232, entre as cidades de São Caetano e Caruaru (PE), quando faleceu no momento a sua companheira Miriam Verbena. Luiz Alberto Andrade de Sá e Benevides, que usava o nome frio de José Carlos Rodrigues, veio a falecer à noite num hospital de Caruaru.

Miriam Verbena havia pedido o carro emprestado ao seu amigo de infância, Ezequias Bezerra da Rocha, que foi preso dois dias depois do acidente, torturado, morto e seu corpo jogado num açude de um município perto de Recife com outro nome.

A conclusão que a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba chegou, tendo em vista as investigações realizadas sobre o caso, foi montada uma farsa pelos militares para encobrir a perseguição policial do Estado ao casal na rodovia federal BR 232, entre as cidades de São Caetano e Caruaru. A fraude é clara e grosseira. O documento diz que acidente ocorreu às 9h30, o inquérito policial foi aberto às 9h30. Nesse mesmo horário foi designado dois peritos para fazer o exame cadavérico em Miriam Verbena no Hospital de Caruaru (cerca de 28 km do lugar do "acidente automobilístico"). Por fim, nesse mesmo horário, 9h30, os peritos assinaram o laudo cadavérico de Miriam Verbena. A pergunta que se faz é: Como pode tudo ocorrer no mesmo horário?

3.1.3. O "afogamento" do líder estudantil João Roberto Borges de Souza (1946-1969)

3.1.3.1. O fato como está registrado

Os familiares não conseguiram que a União reconhecesse a responsabilidade pela morte de João Roberto Borges de Souza (Lei nº 9.150/92). Mesmo assim, descreveram a morte desse líder estudantil no livro "Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos":

> "Já integrante dos quadros do **PCB**, esteve novamente detido no 1º Grupamento de Engenharia da Construção, em João Pessoa e, pela terceira vez, em Recife (PE), permanecendo no DOPS, por

três meses no primeiro semestre de 1969. Durante esse tempo João Roberto sofreu torturas e, ao ser liberado, foi informado que estava marcado para morrer e que isto só não ocorreria se passasse a auxiliar os órgãos de repressão política. **João Roberto não aceitou a proposta e voltou para a Paraíba onde, no dia 07/10/1969, foi preso ao sair de casa por integrantes do CCC e do CENIMAR. A prisão foi testemunhada por familiares e vizinhos.** A família imediatamente procurou as autoridades para saber de seu paradeiro, mas não obteve nenhuma informação.

Três dias depois, em 10 de outubro, foi noticiada a sua morte, segundo a versão oficial, "em conseqüência de afogamento no açude Olho D'Agua", no município de Catolé do Rocha, sertão da Paraíba. Após a divulgação dessa notícia, sua família empreendeu verdadeira luta com os agentes policiais para poder enterrá-lo. As autoridades chegaram a informar que ele já havia sido enterrado. A família conseguiu, por fim, ter acesso ao corpo e constatou que ele estava desfigurado por inúmeros ferimentos - hematomas, queimaduras por cigarros e unhas perfuradas."

3.1.3.2. Cronograma sobre a militância e prisões de João Roberto

O GT Mortos e Desaparecidos Políticos montou um cronograma registrando militância de João Roberto na Paraíba, passando pela prisão de Recife, até ter sido encontrado morto num açude do interior paraibano. O cronograma teve como base a documentação pessoal recebida da família de João Roberto, bem como os documentos dos arquivos do DOPS de Pernambuco, da Assessoria da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e da própria Comissão Nacional da Verdade.

Data	Discriminação	Documento
Outubro de 1967	Participa do Congresso Estudantil, em Campina Grande, que reestruturou a União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), representando o curso de Medicina, indicado pelo presidente do D.A. de Medicina, Ricardo Rosado Maia, que morava com ele numa república e não quis participar do Congresso. Na república também moravam o irmão de João Roberto, Gerardo Borges, Caio Cesar Vanderley Salem (estudante de medicina) eMarinardo Bartolomeu Fonseca	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza, Autobiografia escrita à mão por João Roberto, forçado pela Polícia Federal.
Agosto de 1968	Eleito presidente do Diretório Acadêmico Napoleão Laureano, do curso de Medicina da UFPB, cuja diretoria também era composta por Eric Jenner Rosas (1º vice-presidente), Guilherme Travassos Sarinho (1º secretário), João de Albuquerque Luna (2º Secretário), César Augusto de Almeida Lyra (tesoureiro), Maria Auxiliadora Pontes (2ª secretária)	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
Setembro de 1968	Não participa do Congresso Regional da UNE na Bahia por estar envolvido na luta pela construção do Hospital Universitário da UFPB. Indica Eric Rosas e Eraldo Fernandes	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
07/09/1968	Panfleto da União dos Estudantes Secundaristas (UPES) e União dos Estudantes Secundários Livres da Paraíba (UELP), pedindo aos estudantes para não desfilar no dia 7 de setembro de 1968, por conta do "governo militarista" e de que a "pátria continua como escrava do imperialismo americano".	Cópia do panfleto encontra-se dentre os documentos que foram entregue pelos familiares de João Roberto.
Início de outubro de 1968	Viaja de ônibus com a delegação de 23 estudantes universitários para o Rio de Janeiro e, depois, para São Paulo, onde se encontrou com José Arantes no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP). Dia seguinte, a comitiva viajou em carros particulares para o município de Ibiúna, onde estava sendo realizado o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
12/10/1968	Preso, com outros 22 universitários paraibanos, quando participava do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna/SP. Disse que caminhou cerca de 15 km acompanhado pela polícia até ser colocado nos caminhões da política.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
17/10/1968	Após cinco dias na prisão, prestar depoimento e fazer o fichamento na DOPS, foi colocado em liberdade do Presídio Tiradentes, em São Paulo.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
15/12/1968	Dois dias depois do Ato Institucional nº 5, faz discurso no Restaurante Universitário (Hoje Cassino da Lagoa, no Centro de João Pessoa), juntamente com o Presidente do DCE da UFPB, Everaldo Queiroz. Ambos foram presos pelo Exército nesse mesmo dia por conta disso.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,

1968	Conclui o a 3ª série do Ano Letivo da Faculdade de Medicina	Histórico Escolar oferecido pela Faculdade de Medicina da UFPB
15/01/1969	Esteve pela última vez no Diretório Acadêmico para pegar 40 diplomas dos alunos de sua turma quer fizeram o Curso de Semiologia. Deixou um bilhete para Galdino, empregado do D.A. , recomendando entregar os diplomas para Manoel Jaime e Joaquim Monteiro, que eles distribuiriam os diplomas aos seus donos	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
29/01/1969	Ao fiscalizar as provas do vestibular do curso de medicina da UFPB, como representante do D.A., foi informado pelos vestibulandos que os critérios adotados pela Resolução nº 13/68 da Reitoria, cerca de 70% deles seriam reprovados. Então, formou-se uma comitiva e foi a Reitoria tentar negociar com o Reitor Guilardo Martins, que não recebeu a comissão e seus secretários ameaçaram de chamar a polícia.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
29/01/1969	Encontrou-se com sua namorada (Socorro Fragoso – hoje Deputada Federal Jô Moraes) à noite, por trás do Colégio Estadual, quando seus pais apareceram num automóvel Rural. Eles disseram que a Polícia Federal tinha ido a sua casa para prendê-lo. Então João Roberto pediu aos genitores que procurassem saber os motivos da busca da PF e que o levasse para a casa de um tio no Bairro de Jaguaribe, onde poderia ficar escondido.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
30/01/1969	O pai de João Roberto teve conhecimento que a Polícia Federal estava à sua procura do filho "por estar responsabilizado pelo desaparecimento de um mimeógrafo e uma máquina de escrever" pertencente ao patrimônio do Diretório Acadêmico.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
Início de fevereiro de 1969	Pede a sua colega e estudante de Medicina da UFPB, Maria Lívia Coelho, "no sentido da mesma promover os meios necessários no sentido de descobrir o paradeiro do mimeografo e da máquina de escrever, sendo debalde todas as tentativas"	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
Início de fevereiro de 1969	Vai com o pai e um primo advogado à sede da Polícia Federal para se defender da acusação, afirmando que "desconhece totalmente o paradeiro dos utensílios... acreditando serem os responsáveis pelo desaparecimento dos objetos o vice-presidente Eric Jenner Rosas e Cesar Augusto de Almeida, bem como Galdino de tal, empregado do Diretório e Antônio Costa, diretor do Departamento de Debates do Diretório, que ficou com a chave distribuída a ele depoente". Do Departamento da Polícia Federal, foi conduzido ao Grupamento de Engenharia, quando "foi cientificado	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,

	de que ele estaria privado de assumir qualquer função pública, conseguir documentos limpos, bem como de prosseguir nos seus estudos; que tudo isto seria modificado, caso aparecesse os referidos objetos desaparecidos". Quando liberado, João Roberto, seu pai e Maria Livia foram a casa do Tesoureiro do Diretório Acadêmico, Cesar Augusto de Almeida Lira, quando solicitou seu empenho em "torno do desaparecimento das máquinas, alegando até, caso não quisesse... declinar o nome ao autor, fizesse com este devolvesse, o que infelizmente não aconteceu."	
14/02/1969	Durante um encontro com a namorada Socorro Fragoso, em frente a Igreja do Santo Antônio no bairro de Jaguaribe, pediu a ela que fugissem da Paraíba, fato que aconteceu às 2 horas da madrugada do dia 14 de fevereiro de 1969. Chegaram em Recife logo cedo, indo procurar o irmão de Socorro Fragoso (Frei Aloisio Fragoso) no Convento de Santo Antônio.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
14/02/1969 (Sexta-feira anterior ao carnaval)	Eles se encontram com Simão Almeida Neto às 12h daquele dia, que os leva a sua casa, situada na Rua Alto do Benjamim, 197, Fundão, Recife/PE, onde se encontravam outros militantes da Ação Popular (Ana Rita de Castro Almeida, esposa de Simão e grávida de 8 meses; o casal cearense Rosa Maria de Araújo Melo e Geraldo Magela Monteiro de Melo, este trabalhava como operário da Fábrica Paulista).	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
20/02/1969	O dirigente nacional da Ação Popular João Batista Franco Drumond (mais tarde assassinado pelo DOI-CODE na Chacina do Bairro da Lapa, em São Paulo) visita a residência de Simão Almeida e conversa com o casal João Roberto e Socorro Fragoso. Já se encontrava na casa a estudante de medicina da UFPB, Maria Lívia, que foragiu-se de João Pessoa temendo em ser presa, pois soubera que a Polícia Federal havia estado em sua residência.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,
22/02/1969	Na manhã do sábado após o carnaval, João Batista Franco Drumond volta à casa de Simão e diz aos três militantes pessoenses da AP (João Roberto, Socorro Fragoso e Maria Livia) que arranjaria "documentos falsos" para eles, pois tinha "amigo em um certo Cartório". Orientou aos três que fizessem panfletagem na Fábrica da Torre naquele dia à noite, procurando "convencer os operários a não trabalharem durante três domingos consecutivos, a fim de cobrir os dias não trabalhados durante carnaval, alegando que o domingo era considerado dobrado". No período da tarde daquele sábado, Socorro Fragoso e Maria Livia foram à referida fábrica conhecer	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza,

	a área. Na parte da noite, daquele dia, foram ao estabelecimento com João Roberto para executar a tarefa de distribuir os panfletos e conversar com os operários. Durante a atividade, João Roberto foi preso por vigias da Fábrica da Torre num posto de gasolina, situado à Rua Amélia.	
06/03/1969	A Delegacia da Polícia Federal de Pernambuco faz "Pedido de Busca nº 10/69 – PS/SOPS/DR/PE " acusando João Roberto, Socorro Fragoso e Maria Lívia de "roubarem" da Faculdade de Agronomia (sic) da Paraíba, durante o período de carnaval, um "mimeografo para imprimirem boletins subversivos". Afirma ainda que, "segundo conta foram presos pela SSP/Pe".	Prontuário 28808 Funcional de João Roberto Borges de Souza
14/03/1969	O Delegado Moacir Sales de Araújo faz um Auto de Reconhecimento entre João Roberto e os presos Geraldo Magela Monteiro de Mello e Rosa Maria de Araújo Mello, quando o acusado afirma reconhecê-lo "como o mesmo que estivera em sua residência nos dia de Carnaval do ano em curso", acompanhado de sua esposa, Socorro Fragoso.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza (DSC09667)
01/04/1969	Novo Auto de Reconhecimento é feito pelo Delegado Moacir Sales de Araújo, desta fez coloca João Roberto diante de Ana Rita de Castro Almeida, quando esta afirma que ele "estivera em sua residência em dias de carnaval do ano em curso, acompanhado de Maria do Socorro Fragoso... que disse tratar-se de sua esposa". Ana Rita disse que já conhecia Socorro Fragoso, pois a mesma havia ido à residência dos seus genitores, em Campina Grande, para "convidar a professora Jovelina Dantas" a fazer um curso de psicologia na Faculdade de Serviço Social em João Pessoa.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza (DSC09665)
01/04/1969	O Delegado de Segurança Social, Moacir Sales de Araújo, encaminha João Roberto ao Departamento de Identificação e solicita que lhe remetam a ficha individual datiloscópica e cópias fotográficas em duplicidade.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza (DSC09661)
06/04/1969	O Sub-delegado da DPF da Paraíba, Alceu Andrade Rocha, encaminha telegrama ao Delegado Moacir Sales de Araújo, do Departamento de Segurança Social, onde reitera que sejam remetidas as declarações João Roberto Borges de Souza.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza (DSC09661)
07/04/1969	"foi apresentado ao Instituto com ofício nº 95-carteira, de 01/04/1969 da Delegacia de Segurança Social, a fim de ser identificado por exercer atividade subversiva" (foto de frente e lado, com impressões digitais)	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza (DSC09661)

11/04/1969	Assina Termo de Declaração na Delegacia de Segurança Social, na presença do Delegado Moacir Sales de Araújo, onde consta quase toda sua autobiografia escrita que havia escrito à mão anteriormente.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza
15/04/1969	Data em que foi solto, "por ordem do dr. Moacir", segundo o Registro de Preso da Delegacia da Segurança Social de Pernambuco.	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza
17/04/1969	Declaração da Faculdade de Medicina da UFPB, assinada pelo Diretor Atílio Luiz Rota, afirmando ter recebido de João Roberto "quatro chaves do Diretório Acadêmico "Napoleão Laureano"	Cópia da declaração assinada por alguém da Faculdade de Medicina
06/05/1969	Histórico dos órgãos de repressão afirmando estar "atualizado até o telegrama nº 17, de 05/05/1969"	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza
08/05/1969	Foi expedido ao Sub-delegado Regional da Paraíba (Departamento de Polícia Federal), Alceu Andrade Rocha, o ofício nº 127, "remetendo cópia das declarações prestadas nesta Delegacia (Pernambuco), pelo estudante João Roberto Borges de Sousa"	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza (DSC09667)
02/06/1969	Passagem de ônibus da linha Recife a João Pessoa emitida pela Empresa Gaivota	Cópia da passagem
09/06/1969	O inquérito contra João Roberto, Socorro Fragoso, Maria Lívia, Ana Rita, Simão Almeida, Geraldo Magela e Rosa Maria é concluso e encaminhado ao Auditor de Guerra da 7ª Região	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza (DSC09659)
14/06/1969	Carta do Recife, assinada por Fernando Guimarães Souza, em que informa viajar para São Paulo, não podendo, assim, encontrá-lo para "levar o recorte de JORNAL pessoalmente, podendo mandar por carta. Assim é, que depois que estive com seu pai em J. Pessoa e não podendo ir a Cabedelo mais, por motivo de esta no carro de amigo para voltar a Recife"	Cópia da carta assinada por Fernando Guimarães Souza
05/07/1969	Tira fotografia para documentos	Cópia da foto
07/07/1969	Recebe sua Carteira Profissional, onde registra que residia na Rua São Sebastião, nº 11, em Cabedelo.	Cópia da Carteira Profissional
01/08/1969	A Carteira Profissional é assinada como viajante na empresa Queiroz Cavalcanti & Cia, especializada em comércio atacadista de produtos químicos, situada à Rua Sá Andrade, nº 419, João Pessoa.	Carta assinada por João Roberto Borges de Souza pedindo demissão do emprego na empresa Queiroz Cavalcanti & Cia, e cópia da Carteira Profissional

15/08/1869	A 7ª Auditoria da Justiça Militar qualificou João Roberto Borges de Souza, Ana Rita de Castro Almeida, Geraldo Maghela Monteiro Melo e Rosa Maria de Araújo Melo para dar prosseguimento ao processo. Os demais acusados foram considerados revés (Simão Almeida, João Batista Franco Drumond, Maria do Socorro Morais Fragoso e Maria Livia Alves Coelho).	Boletim Informativo n 187 – SNI – ARE – 15 de agosto de 1969. Documento enviando pela Comissão Nacional da Verdade
25/08/1969	Emissão do Histórico Escolar de João Roberto pelo Diretor da Faculdade de Medicina da UFPB, assinada pelo Diretor Atílio Luiz Rota.	Histórico Escolar oferecido pela Faculdade de Medicina da UFPB
15/09/1969	Assina ofício à empresa Queiroz Cavalcanti & Cia, em que solicita, "em caráter irrevogável, a demissão do emprego que ocupo na firma de v.s., desde o dia 1º de agosto do corrente ano, como empregado optante". Explica que necessita, "por motivos de ordem particular, deixar o emprego imediatamente", pedindo ainda que seja lhe dispensado o aviso prévio.	Carta assinada por João Roberto Borges de Souza pedindo demissão do emprego na empresa Queiroz Cavalcanti & Cia.
15/09/1969	Pede à diretoria do Colégio Estadual de João Pessoa atestado de que nada consta nos arquivos daquele estabelecimento de ensino que indicie, desabone ou comprometa a sua conduta escolar.	Atestado do Colégio Estadual de João Pessoa
15/09/1969	Recebe um "Atestado de Conduta" assinado por Maria José Veríssimo de Andrade, Diretora do Grupo Pedro Américo, em Cabedelo, em que atesta que João Roberto matriculou-se naquele estabelecimento de ensino no ano de 1953, "no preliminar", concluindo o curso primário em 1958. "Sempre foi um aluno exemplar, de ótima conduta, obteve 1º lugar no final do curso.	Cópia do "Atestado de Conduta", escrito à mão, pela diretora do Grupo Escolar
10/10/1969	João Roberto Borges de Souza é encontrado morto no açude Olho D´Água, em Catolé do Rocha	Atestado de óbito
11/10/1969	O Atestado de Óbito, dando como motivo da morte o "afogamento" foi assinado pelo médico Sérgio Segundo Maia, sendo declarante o pai de João Roberto. Foram testemunhas Reinaldo Joaquim de Almeida e Alcides Almeida	Atestado de óbito
11/10/1969	O juiz Antonio Elias de Queiroga assinou correspondência informando do falecimento de João Roberto por "afogamento, na Vila Cel. Maia, em Catolé do Rocha. O seu cadáver vai sendo transportado para Cabedelo numa Kombi, na ausência de outro transporte próprio"	Cópia do ofício do juiz Antonio Elias de Queiroga
12/12/1969	Informação do I Grupamento de Engenharia sendo difundido pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (Difusão SSP/PE DOSSIER-Arq), relata a qualificação e militância de João Roberto Borges de Souza e:	

	"No dia 10.10.1969, morreu afogado num açude em CATOLÉ DO ROCHA-Pb. **Nos seus pertences foi encontrada uma carteira de identidade … do Instituto de Medicina Legal e Criminalística do Rio Grande do Norte, onde o marginado aparece com a seguinte identificação: CARLOS ALBERTO DA SILVA,** filho de Antonio José da Silva e Maria das Dores da Silva, natural de Macaíba – RN, nascido em 21 de abril de 1948".	Prontuário 18629 Individual de João Roberto Borges de Souza (DSC09666)

3.1.3.3. Conclusão preliminar

a) Em primeiro lugar, o líder estudantil João Roberto Borges de Souza pertencia à organização **Ação Popular (AP)**, e não **"PCB"**, como conta no livro "Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos".

b) **Não tem sustentação, diante dos fatos apurados até agora,** a versão de que o líder estudantil João Roberto Borges de Souza foi **"sequestrado"** por membros do **Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e CENIMAR**, perto da sua casa, no dia 07 de outubro de 1969.

c) Como se pode constatar no cronograma montado sobre a militância de João Roberto, ele deixou a Paraíba a 14 de fevereiro de 1969, juntamente com sua noiva, Maria do Socorro Fragoso de Moraes (hoje Jô Moraes, deputada federal por Minas Gerais), temendo em ser preso por conta de um mimeógrafo "expropriado" pelos militantes do PCBR, cuja acusação das autoridades policiais eram dirigidas a ele.

Agrupou-se a um Aparelho da Ação Popular em Recife, cujos moradores eram da Paraíba e do Ceará, até ser preso durante uma panfletagem na Fábrica da Torre, no dia 22 de fevereiro de 1969.

No período em que esteve preso no Departamento de Ordem Social de Pernambuco, sob a direção do Delegado Moacir Sales de Araújo, ao que tudo indica João Roberto foi obrigado a escrever um manuscrito autobiográfico, fazer acareação com outros membros do Aparelho da AP que também se encontravam presos, e, por fim, assinar um "Termo de Declaração" no dia 11 de abril de 1969.

O depoimento de Dona Eulina Marques Borges de Souza expõe o quadro físico e psicológico do seu filho João Roberto após deixar a prisão do DOPS de Pernambuco:

> "Em Recife, ele tava soltando panfleto, em Macaxeira. Perdeu os documentos, foi preso e torturado. Foi tortura física e psicológica, que foi a pior que teve porque foi obrigado a dizer os nomes de todos os companheiros da organização e, como ele não dizia, era torturado". (Apanhado taquigráfico da audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa da Paraíba, realizada em João Pessoa no dia 24 de agosto de 1995).

Nesse quadro de tortura física e psicológica, os agentes do DOPS fizeram com que João Roberto escrevesse uma autobiografia, com seu próprio punho (documento encontrado no Arquivo do DOPS de Pernambuco), e, a partir dela, produziram um "Termo de Declaração" que ele assinou, onde enaltecia "o movimento revolucionário" de 1964 e Ato Institucional nº 5:

> "que, hoje, o depoente reconhece o exagero cometido, esclarecendo, não mais enveredar por qualquer caminho político, isto porque o clima de exagero ao caminho da baderna e também a falta de lealdade, pois compreende atualmente que toda e qualquer autoridade deve ser acatada; que indagado sobre o movimento revolucionário de sessenta e quatro e o Ato Institucional número cinco, **esclarece que o primeiro teve um grande objetivo, ou melhor, fazer cessar a insegurança que se processava no paiz, enquanto que o Ato número cinco, teve por finalidade fazer cumprir o ideal do Movimento Revolucionário, isto porque os objetivos finais são a longo prazo".**

Destruído física e psicologicamente pelas torturas e por assinar esse nefasto "Termo de Declaração", João Roberto é solto no dia 15 de abril de 1969 por ordem do Delegado Moacir Sales de Araújo, do DOPS/PE, famoso por torturar e assassinar presos políticos em Recife.

Retornando a João Pessoa, no período de 17 de abril a 15 de setembro de 1969 João Roberto entrega a chave do Diretório Acadêmico ao Diretor da Faculdade de Medicina, viaja a Recife, ao que tudo indica, para se encontrar com sua advogada Mércia Albuquerque, tira fotografia, recebe carteira profissional, pede histórico escolar no curso de medicina e atestados de boa conduta no Colégio Estadual de João Pessoa e Grupo Pedro Américo, em Cabedelo.

Começou a trabalhar no dia 1º de agosto de 1969 na empresa Queiroz Cavalcanti & Cia, em João Pessoa, pedindo demissão 45 dias depois, dia 15 de setembro: "por motivos de ordem particular, deixar o emprego imediatamente", solicitando, ainda, que seja lhe dispensado o aviso prévio.

Tentando fugir de uma possível condenação, já que a 7ª Auditoria da Justiça Militar o havia qualificado para dar prosseguimento ao processo, juntamente com Ana Rita de Castro Almeida, Geraldo Maghela Monteiro Melo e Rosa Maria de Araújo Melo, e os demais acusados foram considerados revés (Simão Almeida, João Batista Franco Drumond, Maria do Socorro Morais Fragoso e Maria Livia Alves Coelho), João Roberto fugiu para Catolé do Rocha para se esconder e ingressar na clandestinidade.

Dona Eulina Marques Borges de Souza, mãe de João Roberto, lembrou esse momento na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal:

> "Ele veio de Recife fugindo da polícia, porque ele estava visado e com medo de ser preso novamente e torturado como ele foi. Então ele foi parar na casa de Bartolomeu, em Olho D´Água. Bartolomeu tinha sido companheiro de república. Quando ele estava estudando, ele morava numa república. Uma vez ele me mandou uma carta dizendo que tentava fugir, queria ir ao exterior, talvez conseguisse. Aí não conseguiu, encontrou a morte". (Apanhado taquigráfico da audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa da Paraíba, realizada em João Pessoa no dia 24 de agosto de 1995).

Entre o dia 16 de setembro a 10 de outubro, João Roberto deve ter ido ao Rio Grande do Norte para confeccionar os documentos falsos encontrados no meio de suas roupas após a morte, segundo prontuário nº 18629 individual de João Roberto Borges de Souza, originário da Informação do I Grupamento de Engenharia sendo difundido pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco:

> "No dia 10.10.1969, morreu afogado num açude em CATOLÉ DO ROCHA-Pb. **Nos seus pertences foi encontrada uma carteira de identidade ... do Instituto de Medicina Legal e Criminalística do Rio Grande do Norte, onde o marginado aparece com a seguinte identificação: CARLOS ALBERTO DA SILVA, filho de Antonio José da Silva e Maria das Dores da Silva,** natural de Macaíba – RN, nascido em 21 de abril de 1948".

Nos dias 22 e 23 de agosto de 2013 os membros do Grupo de Trabalho Mortos e Desaparecidos Políticos[1] foram a Catolé do

[1]Os membros do Grupo de Trabalho que estiveram em Catolé do Rocha foram Waldir Porfírio, Herbet Andrade Oliveira, Vivianne Sousa, Edmilson Júnior, Sandro Alves e Sheyla Oliveira.

Rocha visitar a comunidade Olho D´Água, onde o líder estudantil João Roberto Borges de Souza foi encontrado morto. Gravaram depoimentos de alguns moradores que conviveram com João Roberto naquelas duas semanas que ele esteve lá. Esses testemunhos de Avaní Fernandes, Alcides Fernandes, José Alves Pereira (Tatuzinho), Francisco Aécio da Silva e o ex-preso político Ubiratan Cortês (Bira), bem como os que ainda serão gravados com o então Juiz Antonio Elias de Queiroga, o ex-prefeito Biu Fernandes, o médico Sérgio Segundo Maia e o colega de João Roberto, Dr. Ricardo Rosado Maia, serão apresentados no Relatório Final da Comissão no próximo ano.

Além do mais, também serão reveladas as cartas que João Roberto enviou para a mãe e ao pai enquanto esteve foragido na comunidade Olho D´Água, em Catolé do Rocha, e um estudo comparativo entre a autobiografia que ele escreveu na prisão e o termo de declaração que assinou, possivelmente, sob tortura.

(Waldir Porfirio, com ajuda dos membros do GT Eduardo Fernandes e Igor Benício, para a parte sobre o desaparecimento de Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, e Sheyla Oliveira para o caso de João Roberto)

3.2. Mapa da Tortura na Paraíba

É muito importante, para compreensão dos fatos que relataremos, termos presente uma definição ao mesmo tempo abrangente e multidimensional da tortura. A conceituação a seguir corresponde muito bem a estas características e faz parte da "Convenção contra a tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes" discutida e aprovada pela ONU, em 1984. Tortura, portanto, é

> "qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por atos que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com seu consentimento ou aquiescência".

Observe-se como ilustração o caso da tortura na Paraíba no período ditatorial, quando empresários do setor privado que

ajudaram a financiar esta prática e chegaram até a colocar imóveis de sua propriedade em disponibilidade para que nestes locais a tortura fosse praticada de forma contínua; espaços estes que foram dotados de uma infraestrutura permanente, onde foram confinados e torturados inúmeros "presos" políticos.

De resto, esta participação de setores empresariais no financiamento da tortura foi prática comum em muitos estados brasileiros, veja-se como exemplo máximo o caso da Operação Bandeirantes (OBAN), intimamente articulada ao DOI-CODI de São Paulo, considerado um dos principais centros de tortura do país naquele momento.

Um outro ponto importante a lembrar é que a alta cúpula das forças armadas até hoje nega oficialmente o conhecimento destas práticas. Porém, documentos do início dos anos 70 produzidos pelo Centro de Informações do Exército (CIE), provam que o exército admitia a tortura e através de vários ofícios fazia recomendações às autoridades nos estados encarregadas dos interrogatórios dos presos. Entre as recomendações os agentes do estado deveriam ter cuidado com as marcas físicas dos interrogatórios, pois os "presos" poderiam se apresentar diante de um juiz para depor juntamente com seus advogados. Esses documentos também esclarecem aos responsáveis que, dependendo da importância do "preso", eles terão que usar métodos considerados regularmente como violentos e ilegais.

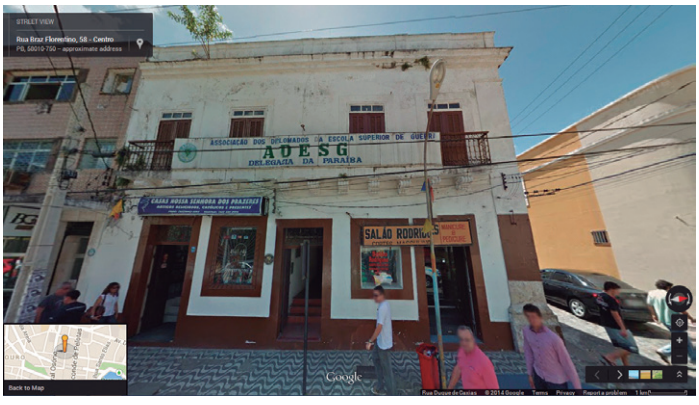
Nas folhas que seguem apresentamos o resultado parcial de nossas investigações até o momento. Já no relatório final iremos desenvolver análises sobre: extensão da tortura, institucionalização, espaços e agentes, tipos e métodos, acompanhamento de aparato médico, casos extremos, entre outras linhas de investigação.

No presente relatório temos uma exposição de alguns espaços de tortura até agora identificados, listamos dezenas de pessoas torturadas no período e relatamos de forma sucinta alguns casos considerados emblemáticos.

3.2.1. Alguns dos locais e agressores que estão sendo investigados

3.2.1.1. João Pessoa

a) DIC – Delegacia de Investigação e Captura



O antigo DIC possivelmente funcionava nesse casarão na Praça Barão do Rio Branco. Hoje o prédio tem uso compartilhado, e inclusive no primeiro andar funciona a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

Documentamos relatos de forte tortura psicológica e física. "Presos" políticos eram retirados de suas celas na madrugada, e levados em clima de forte tensão para assistirem sessões de tortura em presos comuns, no pau-de-arara (caso, por exemplo, de Ubiratan Cortez de Catolé do Rocha). O médico Eraldo Fernandes recebeu socos e foi colocado no pau-de-arara por seis policiais, onde recebeu vários choques elétricos. Além disso, "me colocaram nu, num círculo de marginais comuns, que começaram a me bater até eu cair no chão" como ele mesmo relatou.

Esses casos apontam uma peculiar organização, já que envolvem o uso de presos comuns tanto como executores de agressões físicas bem como vítimas eles próprios de torturas que eram realizadas por policiais e assistidas compulsoriamente por "presos" políticos.

b) 15° Batalhão de Infantaria Motorizado (Batalhão Vidal de Negreiros)

O acusado de comandar a repressão (leia-se torturas) nesse espaço era o major José Benedito Vaz dos Magalhães Cordeiro. A pedido da Comissão Estadual da Paraíba, o Ministério Público e a Comissão Nacional da Verdade o intimaram para prestar depoimento e esclarecer os fatos; no momento estamos aguardando resposta.

O anistiado político Martinho Campos, por exemplo, disse em audiência pública que sofreu

> "violência psicológica extrema, mandavam jogar água na gente de meia em meia hora pra gente não conseguir dormir. Com isso, eu quero desmistificar a história de que na Paraíba não houve tortura, porque tortura não é só maltratar fisicamente, mas também psicologicamente. A tortura psicológica se reflete fisicamente também".

c) 1° Grupamento de Engenharia

d) Delegacia da Agricultura

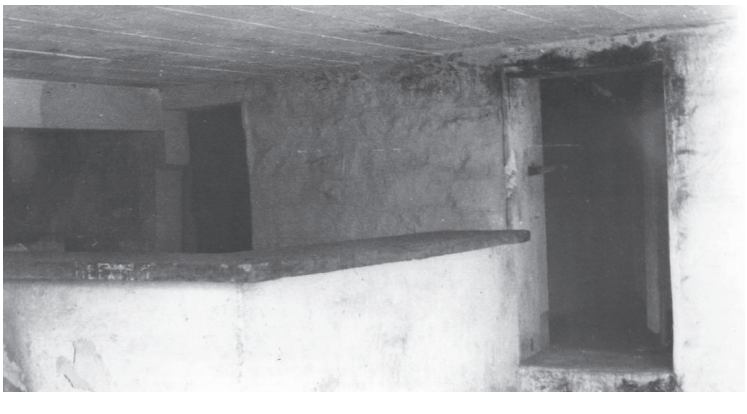
3.2.1.2. Bayeux

16° Regimento de Cavalaria Mecanizado (REC MEC)

Localizado na Avenida Marechal Rondon, cidade de Bayeux, na "grande João Pessoa", o 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado (16º RCMec) foi criado em junho de 1971 (como informa o próprio site do estabelecimento militar).

3.2.1.3. Campina Grande - As Granjas do Terror

Propriedades particulares continuamente cedidas aos militares para servirem de espaços de torturas. Localizadas na região dos Cuités, na Estrada do Cardoso, de propriedade dos comerciantes Manoel Ferreira e Severino Bezerra.



Nessas granjas foram torturadas dezenas de pessoas, entre elas Jorge de Aguiar Leite, João Dantas, Maura Pires e Josélia Maria Ramos, vítimas estas que prestaram depoimento em audiência pública.

José Pereira dos Santos, ou Peba como era mais conhecido, "foi a maior vítima dos famigerados torturadores, por ter sido o escolhido para um efeito demonstração em que Peba foi longamente supliciado". Afirmou em declaração escrita de 2001, Jorge Aguiar Leite, sendo ele próprio testemunha ocular do acontecimento narrado (declaração anexa ao processo de anistia de José Pereira dos Santos).

Entre as torturas podemos citar: interrogatórios com socos e pontapés, choques elétricos com fios conectadas nas orelhas e nos órgãos sexuais, além de fortes ameaças.

Existem indícios do acompanhamento das sessões de tortura por famoso médico. Além dessa importante informação, podemos citar que algumas das torturas foram realizadas por elementos de fora da cidade e em certas ocasiões os "presos" políticos eram levados das granjas até Recife que, ao que tudo indica, era o centro da repressão nessa zona do nordeste

3.2.1.4. Delegacia Regional de Sapé

A Delegacia Regional de Sapé era dirigida a época pelo Coronel Luiz de Barros e foi um dos centros da repressão contra as Ligas Camponesas e local de tortura a presos políticos. O sapateiro Francisco de Carvalho Filho (Chico do Baita) denunciou que foi preso em Guarabira e levado a aquela Delegacia, onde foi colocado numa fossa, com dejetos humanos até o pescoço e as mãos amarradas, durante todo um dia.

Outra vítima nessa Delegacia foi José Deodato Galdino, que, segundo sua viúva, Inês da Silva Lima, ele também foi preso em Guarabira, após o golpe militar de 1964, e levado para ser torturado em Sapé e depois recambiado para uma prisão em João Pessoa.

Para concluir, o já falecido José Domingos de Oliveira, pertencente a Liga Camponesa de Sapé, foi preso e torturado, saindo da prisão de Sapé para o manicômio em João Pessoa.

3.2.2. Quatro Casos Emblemáticos – Resumos de alguns casos de tortura

3.2.2.1. Martinho Campos

Muitas análises podem ser feitas com base na trajetória de Martinho Campos durante a ditadura.

Sobre suas torturas, além das barbaridades que foram cometidas, fatos inusitados mas ao mesmo tempo corriqueiros nos trazem novos caminhos investigativos sobre o período.

Entre outras informações, relatou durante audiência pública que em uma de suas prisões o torturador trouxe o próprio filho e na frente do garoto disse, apontando Martinho que estava em condições degradantes, que esse era o homem que queria "matar seu pai, você e sua mãe". O fato dessa criança ter sido colocada em local de tortura, defronte uma vítima, demonstra o grau de institucionalização e ao mesmo tempo banalização da prática. Mas para além disso, podemos afirmar que a criança foi vítima de forte tortura psicológica praticada pelo próprio pai.

Sobre outra ocasião, disse que

> Minha tortura começou com tapas na cara dada pelo Coronel Ustra em São Paulo. Depois de vários dias de tortura, como não falei os nomes dos companheiros da direção nacional do PORT, trouxeram a minha esposa e a torturaram com choques elétricos, na minha frente. Como posso esquecer isso?

Esse é um claro exemplo da extensão da prática de tortura durante a ditadura. Não bastasse o abuso humano cometido contra o militante político de esquerda, sua mulher também passou pelos mesmos suplícios.

Como foi "preso" em várias ocasiões e em locais distintos, com intervalos consideráveis de tempo, é possível a partir do depoimento de Martinho perceber as alterações e aperfeiçoamentos das práticas de tortura. Em sua primeira prisão as ferramentas de repressão da ditadura não tinham a 'sofisticação' que ganharam anos depois e consistiam apenas em pauladas e pancadas, conhecidas como 'pau louco'. Já em 1972, quando foi "preso" pela segunda vez, a tortura era mais sofisticada (pau de arara, choques elétricos, afogamentos, crucificação). Nessa ocasião foi torturado pelo diretor do DOI-CODI em São Paulo, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Em 1974, após período no Presídio do Carandiru, foi libertado, voltando a João Pessoa e retomando a faculdade de economia.

3.2.2.2. João Crisóstomo Moreira Dantas – "João Dantas"

Brasileiro, natural da cidade de Picuí/PB, nascido em 27 de janeiro de 1954, casado com Janete Albuquerque Dantas. Pai de cinco filhos. Militante do movimento cultural campinense desde o ano de 1967. Em agosto de 1971, certo dia à noite, recebera a visita de três homens em trajes civis, que entraram em sua residência sem ordem ou qualquer tipo de mandado. Revistaram toda a casa, fazendo uma verdadeira arruaça em seus aposentos, em seguida levaram-no algemado e encapuzado para um local fora da zona urbana da cidade. Ao chegar (diga-se de passagem, o local era insalubre, pequeno e sem janelas, apenas a porta de entrada), depois de um longo tempo de espera, começaram algumas práticas corriqueiras do sistema repressivo: interrogatório longo, socos e pontapés, ameaças de morte. Sendo várias vezes chantageado e ameaçado de levaremno para Recife/PE. Em seguida, foi levado novamente encapuzado para "passear"; onde logo mais seria deixado em um lugar ermo. As ameaças continuaram.

Daí por diante, o que se segue é uma série de prisões e perseguições. Em 27 de março de 1973, foi levado pelo Sargento Marinho e seus comparsas até a Delegacia da Polícia Federal (nesta cidade). Telefonemas anônimos eram uma constante. Sentindo pela própria vida, o mesmo viajou para Manaus/AM (1974), deixando para trás familiares, amigos, trabalho e tudo mais. Na capital do Amazonas também sofreu retaliações por parte de um Coronel da Aeronáutica de nome Renato Ferreira, levando João Dantas para interrogatório na CCPAIM. Sua permanência em Manaus ficou bastante comprometida, logo retornando a Campina Grande.

Ao retornar foi mais uma vez detido e levado preso pela equipe liderada pelo Sargento Marinho. Conduzido a 5ª Companhia de Infantaria Motorizada onde já estava a sua espera o dito Major Câmara. O próprio Major o interrogou, insultando-o e usando de palavras de baixo calão, sendo depois agredido e espancado pelo mesmo. Um dia inteiro sem água, comida e ou cobertor. Segundo João Dantas, havia a presença de civis (agentes) vindos do Recife. Em 1977 foi demitido da COMDECA - Companhia Pró-

Desenvolvimento de Campina Grande, sem nenhuma justificativa plausível. Em 1982, já eleito vereador pelo PMDB na cidade de Campina Grande, foi chamado à Polícia Federal para esclarecer sobre a publicação de alguns panfletos. Isto é, as perseguições continuavam mesmo de forma branda.

Mesmo não tendo nenhum envolvimento com a militância política, nem ser ligado a nenhum grupo de esquerda, facção, sindicato ou mesmo partido político (antes de eleito vereador pela primeira vez, nos anos 80), João Dantas foi considerado pelo Regime Militar, um "subversivo", ou melhor, uma ameaça a "ordem pública". Percebemos ao longo da história, nesses anos de chumbo no Brasil, que o Regime Ditatorial Militar não tinha um estereótipo concreto de "subversivo"; para ele (O Sistema), qualquer pessoa podia ser tratada como uma ameaça, ou seja, qualquer pessoa tornava-se um alvo em potencial. João Dantas foi mais um na lista de perseguidos e torturados aleatoriamente.

3.2.2.3. Maura Pires Ramos

Nascida em 17 de outubro de 1936, em Gurjão/PB, então distrito do Município de São João do Cariri/PB, ex-militante do movimento estudantil, lutou ao lado de vários companheiros, pela redemocratização do país. Formada em Letras e Pedagogia. Dedica-se, até os dias atuais, à direção da Escola Pequeno Príncipe, a qual também foi fundadora. Personagem da história política nacional recente foi vítima de uma série de violações de direitos humanos, notadamente sequestro, tortura e maus tratos.

Em 1968, Maura se engaja politicamente na organização Ação Popular – AP. Durante o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado clandestinamente na zona rural da cidade de Ibíuna/SP, no mesmo ano, é presa juntamente com muitos outros estudantes, ao som de rajadas de metralhadoras. Em seguida e após as revistas, os militares conduziram-nos a pé, por quilômetros e sob muito frio, até onde estavam os transportes que os levariam ao Presídio Tiradentes. De lá, foram encaminhados para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), onde prestaram depoimentos. Muitos estudantes (inclusive ela) foram liberados para retornarem aos Estados de origem. Somente as lideranças mais evidentes permaneceram detidas. Quando retornou à cidade de Campina Grande, onde morava, a aluna teve cassados seus direitos

estudantis, retornando aos bancos da universidade, apenas dois anos mais tarde (1971).

O segundo episódio de violência aconteceu em abril de 1974, quando foi sequestrada. A abordagem deu-se por dois homens desconhecidos, no caminho do trabalho para casa, momento em que foi colocada dentro de uma Kombi, sem bancos, encapuzada e algemada. Em seguida, foi levada, "como carga", para um lugar, que, ao que indicavam os sons de animais, se tratava de uma granja. Lá, Maura foi espancada, torturada com choques elétricos e interrogada junto com outros companheiros e companheiras. De lá, seguiram para o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) do 4º Exército, em Recife/PE, onde passou 12 (doze) dias. A vítima afirma que lá não sofreu mais tortura física, mas era ameaçada.

Mesmo após liberada, Maura continuou sendo perseguida, recebendo telefonemas ameaçadores, a todas as horas do dia e da noite, inclusive no sentido de que iriam explodir sua escola. Todo esse sofrimento estendeu-se para os familiares, principalmente durante os dias de desaparecimento. A família de Maura, tais quais outras tantas, estava isolada na sua angústia, já imensurável pela falta de notícias do ente querido. Felizmente, a história dela retrata um belo exemplo de superação, em que o amor pela atividade escolar foi bastante para resgatá-la das tristes memórias e lhe deu fôlego para continuar.

3.2.2.4. Rômulo de Araújo Lima

Militou em diversas organizações da esquerda brasileira como por exemplo PCB, Partido Operário revolucionário Trotskista e PCBR.

Participou intensamente da organização das lutas, do movimento estudantil em nível regional e nacional, desde a sua militância inicial no movimento secundarista até as lutas da reorganização e estruturação da UNE.

No dia 16 de agosto de 1969, foi preso em Campina Grande e conduzido à Delegacia da Polícia Federal em João Pessoa, onde, após ser forçado a um jejum de 48 horas, foi submetido a interrogatório sob coação física e psicológica, como denunciou em seu interrogatório perante a Justiça Militar.

Em fevereiro de 1969, teve sua matrícula cassada pela Direção da Faculdade de Direito, que atendeu a determinação da Reitoria da

UFPB. Em janeiro de 1970, foi condenado pela Justiça Militar à pena de 01 (um) ano de prisão, sendo libertado em 19 de agosto de 1970, somente voltando a estudar no ano seguinte, 1971.

Teve a sua vida acadêmica e suas pretensões profissionais completamente prejudicadas devido à sistemática perseguição por parte do aparelho de repressão do regime militar.

Sofreu, durante os interrogatórios, inúmeras formas de tortura, que foram desde a tortura física, através de várias técnicas até formas de tortura psicológica que trouxeram sequelas muito negativas a sua situação de equilíbrio mental e emocional; situações como: submeter-se a "roleta russa"praticadas por agentes da repressão, tentativa de suicídio, etc.

Em oitiva recente prestada a Comissão da verdade e da Preservação da Memória da Paraíba, afirmou que "não consegue dormir uma única noite sem ter pesadelos oriundos das inúmeras situações de violência a que foi submetido no período".

3.2.3. Relação torturados documentados na Comissão de Anistia

1. Augusto Aércio Mendes

Era estudante de Engenharia Civil, em 1968, quando foi preso e torturado várias vezes. Pertencia ao Partido Comunista do Brasil.

2. Ailton José de Araújo

Trabalhava no Sindicato dos Comerciários de Campina Grande, quando, em junho de 1971, foi preso pela Polícia Federal daquela cidade e levado para João Pessoa, quando "ficou trancafiado na sede daquela instituição policial, sendo submetido a todo tipo de tortura física e psicológica, como pau-de-arara', 'choque elétrico', 'murros' e 'ameaças de morte'. Ficou nesse sofrimento infernal cerca de um mês

3. José Pereira dos Santos (Peba)

Barbaramente torturado em uma das "Granjas do Terror" em Campina Grande.

4. Antônio José Dantas

Antônio Dantas relata que "em todas as prisões foi barbaramente torturado física e psicologicamente, deixando seqüelas até a presente data, como a perda auditiva, causada por tantas pancadas que levou dos policias"

5. Boanerges Timóteo de Souza

Foi preso duas vezes e barbaramente torturado. Passou no concurso do Banco do Brasil e não deixaram assumir o emprego, em 1964. Saiu da câmara de tortura para o manicômio em João Pessoa.

6. Dilza Rodrigues de França
Seqüestro seguido de prisão, tortura física e psicológica por vários dias, sem o conhecimento do paradeiro por parte da família. Data 30/04/1974.

7. Dinalva Rodrigues da Silva
Ex-aluna da FURNE de Campina Grande. Seqüestro e tortura psicológica, que deixaram seqüelas, como a incapacidade de estudar por um certo período. Deve existir ficha e fotografias em alguns arquivos dos órgãos de repressão. Data 11/12/74.

8. João Francelino da Silva
Elita Carneiro da Silva, Viúva de João Francelino da Silva, ex-vereador de Guarabira. Foi preso e torturado durante a ditadura militar. (Firmino é filho) 9. Otávio Domingos de Oliveira. Já falecido, pertencente a Liga Camponesa de Sapé, foi preso e torturado, saindo da prisão para o manicômio em João Pessoa

10. Estácio Amaro da Silva
Já formado em engenharia civil, em 1973, foi preso durante 29 dias e torturado após ser sequestrado, perdendo o emprego de Diretor da S.M.E.R. da Prefeitura de João Pessoa.

11. Expedito Diniz
Preso em 72, foi perseguido e torturado durante 6 meses. Em 1964 era presidente do Sindicato dos Gráficos de Campina Grande.

12. Fernando Antônio Souto Batista
Era estudante de Engenharia Agronômica quando foi preso em maio de 1972, pelo Exército, em Pilões e levado para o Quartel do Exército em Campina Grande. Durante apenas um dia em que ficou detido naquela guarnição militar, revela Fernando Souto que foi "submetido as mais cruéis torturas física e psicológica, tendo perdido praticamente toda sua dentadura em função do tratamento que lhe foi dispensado pelo uso forçado de equipamento odontológico em seus dentes sadios".

13. Francisco de Assis Cunha Metri
Pertencia ao PCR, quando foi preso em 1972 e torturado no RECMEC. Estudava, à época, no Liceu Paraibano, tendo deixado de estudar desde então. Foi internado, em 1976, em duas clínicas psiquiátricas, em Recife, resultado das torturas.

14. Francisco de Assis Lemos de Souza
Era Deputado Estadual e professor universitário quando teve, a partir de 1964, o mandato parlamentar cassado, a demissão da universidade e seus direitos políticos cassado. Foi brutalmente torturado enquanto este preso.

15. José Deodato Galdino
Inês da Silva Lima, esposa de Deodato, após o golpe militar de 1964, foi preso em Guarabira, torturado em Sapé, e levado para João Pessoa

16. Ernani Soares de Oliveira

Jandira Araújo Soares, Viúva de Ernani Soares de Oliveira, que foi preso e levado para Campina Grande, sendo torturado naquele município, deixando seqüelas na sua saúde.

17. Jandira dos Santos França

Foi seqüestrada e torturada nos Estados do Maranhão e Pernambuco, em 1974, e foi demitida do Governo da Paraíba. "Colocaram-na em uma sala e mandaram que tirasse a roupa, ficando, apenas de calcinha e sutiã, durante todo o interrogatório".

18. João Crisóstomo Moreira Dantas

"Durante todo o período da noite até a madrugada, fui tratado a socos e pontapés e ameaçado de morte, por pessoas que até o presente não consegui identificar. Segundo eles, caso não colaborasse eu seria levado para o Recife e 'lá a história seria outra"

19. João Francelino da Silva

Era funcionário público do Ministério da Agricultura e Vereador de Guarabira e abril de 1964, quando foi preso em sua residência pelos soldados da Polícia Militar da Paraíba e levado à delegacia regional da PM, localizada no município de Sapé. Testemunhou Adonias Moreira Silva que João Francelino, enquanto esteve preso naquela delegacia, "foi torturado psicologicamente e fisicamente por um período de 05 dias, dentre as torturas podemos citar: espancamentos e banhos de água com fezes; acarretando danos irreparáveis a sua saúde e sua moral, conseqüentemente de todos seus familiares".

20. Jorge Aguiar Leite

No dia 12 de janeiro de 1973, uma sexta-feira, Jorge Aguiar Leite se encontrava no seu trabalho, na CELB, quando foi seqüestrado por militares do Exército e levado para uma granja, conhecida à época como "Granja do Terror", localizada no Sítio Cuités, no município de Campina Grande.
Também estavam presos na Granja do Terror e usados em práticas de torturas os militantes campinenses: José Peba Pereira dos Santos (antigo militante comunista campinense), Manoel Alves de Oliveira (trazido de João Pessoa), Ratis (funcionário do Banco do Brasil de Campina Grande), Ailton José de Araújo (estudante de economia da UFPB e funcionário do Sindicato dos Comerciários de Campina Grande), e José Bernardo (estudante da UFPB).

21. Jório de Lira Machado

Foi preso político, torturado na Ilha de Fernando de Noronha. Em 1969, após passar em 1º lugar no concurso público do DASP, em 1963, a UFPB não o nomeou para o cargo de Redator, mais uma outra pessoa com colocação bem abaixo.

22. José Bernardo da Silva

Era membro do PCB, no início da década de 70, quando foi preso por várias vezes e torturado na granja de B. Bezerra, tendo perdido o emprego em

uma oficina mecânica e a matrícula no curso de economia da UFPB, visto que já havia passado no vestibular e não assumiu. José Bernardo conta que os instrumentos utilizados para torturá-lo foi "pau de arara", "telefone" (seus dois ouvidos foram estourados), "pés dentro de latinhas durante horas", além de outros maus tratos

23. José Herminio Dionísio

Conta José Hermínio que, depois de alguns dias preso e torturado, foi solto e, com as roupas ensangüentadas, se dirigiu a Capital do Estado, João Pessoa, para procurar as autoridades do Quartel do Exército do 15º Regimento de Infantaria, para denunciar o que havia sofrido e pedir garantias de vida. A resposta do Tenente-Coronel Rubens Pereira da Costa foi de que ele não podia fazer nada e que procurasse um médico.

24. José Miranda Filho

Em 1973, José Miranda teve que fugir de casa e abandonar o emprego porque soube que alguns policiais federais estavam a sua procura, após a prisão de alguns companheiros seus do PCB (Ovídio Raimundo dos Santos, Manoel Cícero de Oliveira e Manoel Alves).

Por conselho da família, se apresentou a sede da Polícia Federal e foi preso e jogado numa sala suja e escura, sem a mínima condição de respirar. No mesmo dia da prisão, foi logo submetido à tortura

25. José Rodrigues Da Costa

Participou da Ação Popular e depois do Partido Comunista do Brasil. Foi condenado em Minas Gerais, preso e torturado, sendo demitido do Banco do Estado de Goiás.

"Levado para a sede da Polícia Federal, foi interrogado pelos agentes do DOI-CODI e submetido a torturas como "pau-de-arara" e choques elétricos. Depois disso, cumpriu pena na Penitenciária Modelo da Capital Paraibana"

26. Josélia Maria Ramos Wellen

Foi seqüestrada em 29/04/1974, do município de Campina Grande, permanecendo no 4º Exército (DOI-CODI), em Recife. Sofreu torturas físicas e psicológicas. Na época era estudante de Geografia da URNE, hoje UEPB.

27. Manoel Alves Luís Filho

Participava do movimento camponês de Guarabira, auxiliando o seu pai, quando foi preso e torturado. Após sair da prisão, foi despejado das terras onde trabalhava.

28. Maria Luiza da Costa

Filha de Luiz João da Costa, pertencente ao movimento da Liga Camponesa de Sapé. Em 1964 foi preso e torturado pela Polícia Militar. Logo ***depois, foi expulso da Fazenda de Joça Meireles, por pura perseguição política.***

29. Maura Pires Ramos

Exclusão da Universidade em 1969, seqüestrada, torturada e perseguida.

30. Netovitch Maia

Preso e torturado, foi demitido do Estado quando trabalhava como professor.

31. Pedro Fernandes da Cunha

Participava da Liga Camponesa de Guarabira. Foi preso em sua cidade, levado para Sapé, onde foi torturado, e depois recambiado para o 15º RI, em João Pessoa.

32. Pedro Coutinho de Almeida

Expulso do Colégio Estadual da Prata, em dezembro de 1968. Entrou para a clandestinidade, preso em 04 de outubro de 1969, em Recife, menor de 21 anos. Condenado, cumpriu 2 anos de prisão em Recife. Preso, em 31 de março de 1974, no Estado do Maranhão, juntamente com sua esposa – grávida de 3 meses, a qual passou 01 mês no DOICODI da 79ª Região. Foi solto em 22 de agosto de 1974.

33. Washington Alves Da Rocha

Tendo feito vestibular na UFPB em 1970 e sendo aprovado, para o curso de Direito, foi proibido por determinação das autoridades do regime militar, de ingressar na universidade durante os anos de 1970; 1971; 1972 e 1973.

3.2.4. Torturadores revelados durantes as audiências públicas:

I - JOSÉ BENEDITO MONTENEGRO DOS MAGALHÃES CORDEIRO (MAJOR CORDEIRO)

Comandava o 15º Regimento de Infantaria em João Pessoa. Tinha a guarda dos presos políticos desaparecidos João Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro). É acusado por Francisco de Assis Lemos, Marina Dias, Neide Araújo e outros presos políticos de saber sobre os desaparecimentos políticos dos dois líderes camponeses.

Na audiência com Martinho Campos, ele acusou o então Major cordeiro de ter lhe torturado, em novembro de 1964, no 15º RI.

Descobrimos que ele mora no Bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, e entregamos o endereço a Maria Rita Khel, membro da Comissão Nacional da Verdade, que já falou com o "Major Cordeiro" ao telefone para agendar uma audiência. Depois, seus familiares o tem afastado dos contatos.

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba insiste para que a Comissão Nacional da Verdade o intime para depor sobre os desaparecimentos das lideranças camponesas Nego Fuba e Pedro Fazendeiro.

II - CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA

Acusado por Martinho Campos, da direção nacional do PORT, de ter sido torturado por Ustra em 1974, quando foi preso em São Paulo.

III - FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO

Em meados da década de 1970, era conhecido por Sargento Marinho, do Exército em Campina Grande. Foi denunciado por prática de torturas pelos presos políticos, Maura Pires Ramos, Josélia Maria Ramos Wellen, Jorge Aguiar Leite e João Dantas, durante a audiência pública realizada pela Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, em 06/08/2013. Também é acusado de participação do sequestro de Dinalva Rodrigues.

Atualmente, reside no Aquiraz, interior do Ceará, e desfruta da sua aposentadoria como promotor público estadual. Ele foi reconhecido quando o Professor Fábio Freitas, do GT Mapa da Tortura, mostrou aos ex-presos políticos de Campina Grande uma foto sua, que confirmaram ser ele o Sargento Marinho.

(Fábio Freitas, com a contribuição dos membros do GT Mapa da Tortura: Herbert de Andrade Oliveira, Marleon Cabral da Cunha e Paloma Leite Diniz Farias)

3.3. Cassações de mandatos eletivos:

No imediato pós-golpe no Estado da Paraíba foram cassados por projetos de resoluções da Assembleia Legislativa e das Câmaras de Vereadores os mandatos de três prefeitos, dois vice-prefeitos, oito vereadores, sete suplentes de vereadores, dois deputados estaduais e dois suplentes de deputado estadual.

Pelo Ato Institucional de 10 de abril de 1964, baixado pelos golpistas, foi cassado o deputado federal e Ministro da Justiça do governo de João Goulart, Abelardo Jurema. A grande maioria dos cassados tinha ligação com as Ligas Camponesas. Cinco anos

depois, após a vigência do Ato Institucional n° 5 (AI-5), foram cassados deputados federais, deputados estaduais e prefeitos pelo Conselho de Segurança Nacional.

A Assembleia Legislativa da Paraíba, através do Projeto de Resolução nº 3/64, de autoria do deputado Joacil de Brito Pereira, aprovado pela unanimidade presentes a sessão legislativa, cassou os deputados estaduais Assis Lemos e Langstein de Almeida e os suplentes Figueiredo Agra e Agassiz Almeida.

> Art. 1º - É declarada a perda dos mandatos dos deputados Francisco de Assis Lemos e Langstein Almeida e dos Suplentes Figueiredo Agra e Agassiz de Almeida, todos da Legenda do Partido Socialista Brasileiro.
>
> Art. 2º - A perda de mandatos declarada no artigo anterior se funda em procedimentos incompatível com o decoro parlamentar, por parte daqueles representantes e suplentes, nos termos do art. 21, § 2º, da Constituição do Estado e no art. 120, do Regimento Interno.
>
> Parágrafo Único – Para os efeitos da presente Resolução, entende-se por procedimento incompatível com o decoro parlamentar a prática pelos aludidos deputados e suplentes de incitamento ao ódio de classe, a tentativa, por meios violentos, de subversão do regime democrático, para implantação da ditadura, no País, o que constitui crimes previstos na Lei de Segurança (Lei no. 1.802, de janeiro de 1953)
>
> Art. 3º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
>
> Sala das Sessões, em 7 de abril de 1964. (Inquérito Policial Militar. Acervo do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba: História e Memória. Centro de Educação/UFPB).

Mesmo a cassação dos parlamentares sendo feita por seus pares, houve a participação do exército. Em seu depoimento ao Inquérito Policial Militar (IPM) sobre o processo que cassou os membros da Assembleia, Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, destaca que a cassação ocorreu a partir de um documento enviado pelo exército:

> [...] que um ofício oriundo do 15º Regimento de Infantaria foi apresentado pelo deputado JOACIL PEREIRA, assinado pelo Cel. EDNARDO D'AVILLA MELLO em que aquela autoridade militar

declarava que constava, no Serviço de Informações do Regimento, serem os deputados LANGSTEIN DE ALMEIDA, ASSIS LEMOS, FIGUEIREDO AGRA e AGASSIZ DE ALMEIDA elementos agitadores, subversivos e comunistas. (IPM 1426 v. 7.18, p. 93)

Já a Câmara de João Pessoa cassou o mandato do vereador Antônio Augusto Arroxelas. Segundo o presidente da Câmara Cabral Batista, "após várias reuniões secretas, os vereadores resolveram por unanimidade cassar o mandato do vereador Antônio Augusto de Arroxelas Macêdo, em face do mesmo ter infringido o artigo 48 da Constituição Federal e o artigo 4º do Regimento interno da casa (O Norte, 04/04/1964). O ato de cassação se deu através de um Projeto de Resolução:

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
CÂMARA MUNICIPAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO -------
Cassa mandato de Vereador e dá outras providências

CONSIDERANDO que o Vereador ANTONIO AUGUSTO DE ARROXELA MACÊDO, eleito pela Legenda do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, defendendo ideologias contarias ao Regime Federativo por que se rege a Nação Brasileira, estando implicado no movimento subversivo que tentava implantar o Comunismo no território Nacional, o que foi evitado pela patriótica ação das FORÇAS ARMADAS e dos Governadores que se mantiveram fiéis à Legislação Constitucional;

CONSIDERANDO que esse ato constitui procedimento incompatível com o decoro da Casa Legislativa a que o mesmo pertence, pois não pode admitir que um Vereador pugne pela implantação de um regime contrário ao que estabelece a Constituição Federal do País;

CONSIDERANDO que a omissão da Constituição Estadual e das Leis ordinárias do Estado e do Município, relativamente à perda do mandato por incompatibilidade com o decoro parlamentar, a que se há de aplicar o disposto do Art. 48, parágrafo 2° da Carta Política Constitucional do Brasil, Lei Maior que nos rege;

CONSIDERANDO que por isso e tendo em vistas os relevados interesses nocivos à sua estabilidade e aos fundamentos e, tendo ainda em vista o que estabelece o Art. 4° do Regimento Interno da Câmara Municipal de João Pessoa;

RESOLVE:

Art. 1° - Fica cassado o mandato de Vereador do Sr. ANTONIO AUGUSTO DE ARROXELAS MACÊDO, por ter o mesmo desrespeitado o Artigo 48, parágrafo 2° da Constituição Federal e o Artigo 4° do Regimento Interno desta Câmara;

Art. 2° - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, EM 3 DE ABRIL DE 1.964.

JOÃO CABRAL BATISTA
- Presidente –
ALMIR CORREA
1º Secretário
EDSON CAVALCANTI
2° Secretário

(Inquérito Policial Militar. Acervo do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba: História e Memória. Centro de Educação/UFPB).

Essa Resolução da Câmara Municipal de João Pessoa também cassou os direitos dos suplentes José Gomes da Silva, conhecido como Zé Moscou, e Leonardo Leal, dentista ligado as ligas camponesas, para que não assumissem a titularidade, caso houvesse possibilidade por conta de alguma vacância.

Uma liderança importante das Ligas Camponesas, João Alfredo Dias, conhecido como "Nego Fuba" foi eleito o vereador mais votado do município de Sapé nas eleições municipais de 1963. Após o golpe militar, também teve seu mandato cassado pela Câmara Municipal da cidade de Sapé, conforme podemos ver no Projeto de Resolução abaixo:

Câmara Municipal de Sapé

Projeto de resolução nº_____

Cassa mandatos de vereador e dá outras providencias

Considerando que o vereador João Alfredo Dias, eleito pela legenda do Partido Socialista Brasileiro, defendendo ideologias contrárias ao regime federativo por que se rege a nação brasileira, estando implícito subversivo que tentava implicar o comunismo no

território nacional, o que foi evitado pela patriótica ação das forças armadas e dos governadores que se mantiveram fiéis à legalidade constitucional.

Considerando que esse ato constitui procedimento incompatível com o decoro da casa legislativa a que o mesmo pertence, pois não pode admitir que um vereador pede pela implantação de um regime contraditório ao que estabelece a constituição federal do país.

Considerando que a comissão da constituição estadual e das leis ordinárias do Estado e do município, relativamente a perda do mandato por incompatibilidade ao decoro parlamentar, a que se há de aplicar o disposto artigo 48, parágrafo 2º da carta política constitucional do Brasil, lei maior que nos rege.

Resolve:

Art. 1º - fica cassado o mandato do vereador sr. João Alfredo Dias, por ter o mesmo desrespeitado o artigo 48, parágrafo 2º da constituição federal.
[...]

Manoel Coutinho Madruga – presidente
Natanael Irineu da Silva – primeiro secretário
Genival Henriques de Andrade – segundo secretário. (Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

O prefeito municipal de Rio Tinto e presidente do Sindicato dos Têxteis daquela cidade operária, Antônio Fernandes de Andrade, também perdeu o mandato de Prefeito por Projeto de Resolução da Câmara Municipal:

Câmara Municipal de Rio Tinto

Resolução nº35

Art. 1º - Antônio Fernandes de Andrade, eleito prefeito do município de Rio Tinto, e Durval Francisco de Assis, eleito vice-prefeito do município de Rio Tinto, pela legenda do Partido Socialista Brasileiro, em eleição realizada no dia 11 (onze) de agosto de 1963, proclamados no dia 14 do mesmo mês e ano, ficam impedidos definitivamente de exercer os cargos para que foram eleitos, em vista as suas manifestações públicas e atentados contra o artigo 141, parágrafo quinto e décimo terceiro da Constituição Federal, e ainda contra a segurança nacional, o atual regime, constituição estadual e artigo 71 inciso I da lei 311.

Artigo segundo – pelos mesmos motivos do artigo primeiro, ficam também impedidos definitivamente os vereadores Alcides Pereira da Silva, Manoel Ferreira Ramos, o suplente Paulo Francisco de Assis e todos os demais suplentes eleitos pelo Partido Socialista Brasileiro.

Artigo terceiro – Considerando que o sr. Prefeito municipal, face as suas atitudes ostensivas contra a segurança nacional, e que a frente do executivo municipal, acompanhado do vice prefeito, vereadores e suplentes do Partido Socialista Brasileiro, vem se mostrando incapazes de manter a segurança interna do município, resolve esta Câmara aprovar os impedimentos de caráter definitivo de que trata dos artigos 1 e 2 da presente resolução.

[...]

Mario Ferreira de Souza – Presidente
Edésio de Jesus Fragoso de Albuquerque – Primeiro secretário
Celso de Lima Catolé – Segundo secretário (Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba)

Na cidade de Campina Grande, Newton Vieira Rique foi eleito Prefeito Municipal em 11 de agosto de 1963. Em 13 de junho de 1964, o Diário Oficial da União, em sua página 5050, publicava o ato que cassou seu mandato de prefeito da Rainha da Borborema e suspendeu seus direitos políticos.

Segundo o relatório apresentado pelo Coronel do Exército Ednardo D'Ávila Mello, encarregado do aludido IPM, consta que, durante o curto período administrativo de Newton Rique, à frente da Prefeitura de Campina Grande – de 30 de novembro de 1963 a 15 de junho de 1964 – o mesmo teria "tentado" desapropriar terras rurais em nome da SUPRA, não o tendo feito em virtude do advento da "Revolução de 1º de abril"; teria decretado feriado municipal no dia 13 de março,[2] (Comício do Quartel General), em sinal de apoio ao Comício do dia 13 de março; recebeu e distribuiu o jornal oficial "subversivo" da corrente brizolista, na Prefeitura de Campina Grande, denominado PLANFLETO, segundo depoimentos de funcionários dos CORREIOS; a criação e nomeação de um cargo assessor sindicalista e outro, de assessor militar, para a prefeitura de Campina Grande; apoio a CEPLAR, através de propaganda paga no jornal Diário da Borborema; a aceitação de comunista – William

[2]Ainda segundo o relatório do IPM, o jornal Diário da Borborema, em sua edição de 17 de março de 1964, na página 7, teria publicado um telegrama do prefeito Newton Rique, enviado ao presidente deposto, João Goulart, em que demonstrava-lhe apoio.

Arruda – para compor a sua chapa para a prefeitura de C. Grande; a omissão administração de Newton Rique em relação às ilegalidades praticadas pelo ex-prefeito, Severino Bezerra Cabral; várias compras realizadas pela prefeitura, sem observação das formalidades legais - concorrência pública; indícios de irregularidades nas despesas do Pronto Socorro e Maternidade municipais e, finalmente, crimes de falsidade ideológica nas folhas de pagamento da prefeitura de Campina Grande.

Já em 1968, com a ditadura militar já consolidada, as cassações ocorreram a partir do fechamento do regime, com o Ato Institucional nº5 (AI-5). Tal medida foi tomada para conter as manifestações da sociedade que estava insatisfeita com o andamento da administração militar. Setores como estudantis, trabalhadores sindicalizados, membros da Igreja Católica entre outros, protestaram contra o regime repressor que havia se instalado no país. Tais protestos acabaram ganhando apoio de membros do legislativo, que acabaram o ano de 1969 com seus direitos políticos cassados.

Os deputados estaduais que perderam seus direitos políticos foram José Targino Maranhão (MDB), Mario Silveira (MDB), Francisco Souto Neto (Arena), Robson Duarte Espínola (Arena), Romeu Gonçalves Abrantes (Arena) e os suplentes de deputado Silvio Pélico Porto (Arena) e Ronald Queiroz (MDB). De início é perceptível que não só membros do partido de oposição ao governo, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) sofreram com as medidas militares, membros do próprio partido de apoio aos militares, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), também sofreram as mesmas medidas.

Dois deputados federais também tiveram seus mandados cassados pelo Conselho de Segurança Nacional. Tratava-se de Pedro Moreno Gondim (ARENA) e seu genro Vital do Rego, que tinha deixado a ARENA para poder se candidatar a prefeito de Campina Grande por uma das sublegendas do MDB, que também tiveram seus direitos políticos suspenso.

Segundo as atas das reuniões do Conselho de Segurança Nacional (CSN), diversas foram as razões para efetuarem as cassações. A maioria dos políticos perderam seus direitos políticos devido participação ativa ou manifestação de apoio à movimentos estudantis ocorridos em 1968 na Paraíba, que protestavam contra o assassinato do estudante Edson Luiz Souto, ocorrido na Guanabara.

Outras antigas justificativas, como as ligações aos movimentos

de esquerda (inclusive nos anos antes do golpe militar) foram utilizadas como justificativa. No caso do suplente do deputado estadual Ronald Queiroz, seu passado de participação em eventos promovidos pelas Ligas Camponesas, inclusive ligações com deputados outrora cassados, foram lembrados.

> [...] Ronald Queiroz está passando filmes sobre Cuba na Faculdade de Ciências Econômicas de João Pessoa. Não há dia determinado e os referidos filmes são exibidos para um determinado grupo. Tudo isso indica que existe célula comunista funcionando sob as vistas de Assis Lemos.

Campina Grande novamente seria atingida por ato autoritário do governo militar. O jovem Ronaldo Cunha Lima, ex-deputado estadual, havia assumido em 1969 a prefeitura de Campina Grande, juntamente com seu companheiro de chapa Orlando Almeida, após vitória no pleito do ano anterior. Ambos do MDB, tiveram seus mandatos cassados e os direitos políticos suspensos por dez anos pelo Conselho de Segurança Nacional.

Diante do exposto, podemos entender que os dois grandes picos de repressão ao legislativo estadual tiveram suas especificidades, mas foram motivados pelos posicionamentos contra o governo militar, por seus históricos de atuação ligados a movimentos de esquerda e por motivações políticas particulares que necessitam de mais informações, que podem ser colhidas a partir de novas entrevistas realizadas pela Comissão Estadual da Verdade.

(Paulo Giovani Antonino Nunes e Waldir Porfírio da Silva, e os membros do GT Renato César Carneiro e Dmitri da Silva Bichara Sobreira)

3.4. A Justiça colocada em disponibilidade

Do ponto de vista histórico, os acontecimentos que sucederam ao golpe civil militar de 01 de Abril de 1964, demonstraram a forma como os ocupantes do governo no caso da Paraíba tentaram legitimar seu poder. Na correlação de forças, tudo era valido para manutenção dos grupos que lograram vitoriosos no golpe de 1964. Este breve relatório demonstra isso.

Os magistrados que foram punidos tanto pelo ato institucional nº 1 quanto o de n° 5 até hoje, em sua maioria não sabem o porquê das punições[3]. Nas pesquisas realizadas pelo grupo de trabalho,

[3] Compulsando os documentos, e colhendo depoimentos de alguns magistrados, até hoje os mesmos não sabem o porque que foram punidos, pois as razões expostas a época não tinham fundamento, segundo suas versões.

ficou bastante claro que as punições em vários casos, se deu por motivos meramente pessoais, ou funcionais, em detrimento a questões de cunho político e ideológico. Tal afirmação fica bastante evidente em relação ao caso do Juiz de Direito da comarca de Rio Tinto[4] Hermíllo Carvalho Ximenes. Por ser um magistrado isento e que "não se curvava diante das imposições dos donos da fábrica" o mesmo foi perseguido pela família Lundgrem aliada dos grupos políticos que instituíram o poder discricionário em abril de 1964.

Como citado anteriormente, na Paraíba temos dois momentos que culminaram com a suspensão dos direitos políticos e aposentadorias de treze magistrados, em momentos distintos. Em 1964, foi instaurado um Inquérito Civil Militar para investigar supostas ligações comunistas, como também irregularidades do Juiz Hermíllo Ximenes. De outro norte, entre fevereiro e abril de 1969, 11 Juízes e um Desembargador foram aposentados discricionariamente.

A Comissão ao longo de sua caminhada conseguiu resgatar com bastante sacrifício inúmeros documentos que estavam "arquivados" em repartições sejam federais ou estaduais. Tal trabalho demonstrou a pertinácia dos membros da comissão, pois em sua maioria, os arquivos encontram-se desorganizados, faltando documentos, etc.

Diante do exposto, e já nos referindo à metodologia, conseguimos digitalizar os inquéritos civis militares, em particular o IPM 1427 volume 15 contendo noventa e nove páginas, tendo como encarregado o Major Ney de Oliveira Aquino, IPM 1427 volume 1601 tendo como encarregado o mesmo oficial do anterior, contendo também noventa e nove páginas, todos estes tendo como principal indiciado o Juiz de Rio Tinto, Hermillo Ximenes. Todo este material compõe o acervo da Comissão Estadual da Verdade, como também notas de jornais locais, a exemplo do órgão oficial "A União"[5] , como também " O Norte"[6], todos arquivados no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Em nível nacional foram utilizados o jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro, a época estado da Guanabara.

---

[4]Cidade distante 52 Km da capital João Pessoa.

5 O Jornal "A União" foi fundado em 1893, na gestão de Álvaro Machado, como órgão do partido republicano. Circula ainda hoje como matutino.

6 Jornal fundado em 1908 pelos irmãos Órris e Oscar Soares. Em 1930, estava sob a dependência do senhor Januário Barreto. Tal periódico, ao longo do ano de 1930, fez forte oposição ao Presidente João Pessoa. Com a vitória da "revolução", teve suas dependências depredadas incluindo as maquinas e equipamentos. Só voltou há circular cinco anos depois, em 1935, através de seu novo proprietário, o industrial Manuel Veloso Borges.

Um dos pontos fundamentais para a elucidação destes fatos encontram-se nas chamadas audiências publicas, onde as pessoas que foram punidas são ouvidas pelos membros da comissão, respondendo perguntas que podem elucidar algumas lacunas. No caso dos magistrados, a comissão irá agendar uma audiência no qual será depoente o professor Humberto Melo que a época foi um dos magistrados punidos que tentou averiguar os motivos que levaram a sua aposentadoria.

Ainda em relação às fontes primárias, o Presidente da Comissão Estadual, oficiou ao Tribunal de Justiça, requerendo toda a documentação existente, em particular as atas da gestão do Presidente Onesipo Aurélio de Moraes, gestão na qual a maioria dos magistrados foram punidos.

Neste breve relatório, serão demonstradas alguns resultados desta pesquisa, como também os próximos passos do grupo de trabalho, no sentido de encaminhar o maior número de informações para que os acontecimentos envolvendo a magistratura paraibana entre os anos de 1964 a 1969 sejam devidamente esclarecidos.

Punição aos Magistrados após a edição do Ato Institucional n° 5:

A outra fase, esta compreendida pelos magistrados que foram aposentados arbitrariamente durante a gestão do governador João Agripino (1966-1971). Um dos casos mais emblemáticos deste período foi a exclusão dos quadros do poder judiciário, do Desembargador Emilio de Farias, que fora aposentado por decreto do Presidente da República, datado de 29 de abril de 1969. A aposentadoria do Magistrado causou enorme mal estar na judicatura paraibana, não só pela forma que se procedeu, mas a pessoa punida, tida pelos seus pares, como Juiz isento e ético. Neste sentido, o Desembargador Francisco Espínola propôs no dia 30 de abril do mesmo ano, a inserção em ata de manifestação de pesar pelo recente afastamento de Emilio de Farias. Seu pronunciamento, e um depoimento acerca da conduta do magistrado que ora se afastava do tribunal:

> "Senhor Presidente: É do conhecimento público que o Exmo. Senhor Presidente da República, dando cumprimento a uma deliberação do Conselho de Segurança Nacional, aposentou, em data de ontem, o Exmo. Desembargador Emílio de Farias, que há quase dez anos, integrava o quadro deste Egrégio Tribunal, como

um dos seus membros mais ilustres e destacado, cuja presidência exerceu por dois anos"[7].

Conforme registrado, nada levava à punição do magistrado, do ponto de vista de suas atitudes profissionais. Ocorre que o Desembargador Emilio de Farias, sempre se mostrou independente. Exemplo disto foi o enérgico discurso que fez na sessão do dia 22 de Janeiro de 1969, ao qual protestou contra o ato que aposentou Ministros do Supremo Tribunal Federal:

> "Senhor Presidente: O recente ato compulsivo do Poder Executivo Nacional declarando aposentados os Excelentíssimos Ministros Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Victor Nunes Leal leva-me, por especialíssima circunstância, à manifestação que ora quero registrar, no plenário augusto desta casa de justiça como perfeito lídimo sentimento da classe. (...) E é este respeito, que o apanágio dos homens de bem, que me leva a manifestar, perante o Egrégio Tribunal de Justiça de minha terra, o meu mais profundo pesar pelo ato de afastamento desses grandes juízes que embasam a cúpula do grande edifício judiciário da Nação. Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Victor Nunes Leal são expoentes da cultura jurídica brasileira"[8].

Ainda afrontando o poder discricionário, o Desembargador Emilio de Farias, manifestou a sua indignação em virtude da aposentadoria dos 11 juízes paraibanos em fevereiro de 1969:

> ...Qualquer Tribunal se diminuiria se veladamente delatasse os seus magistrados indefesos, demitindo-se de uma prerrogativa que a lei lhe assegurava de puni-los quando em falta provada, para entregá-los ao julgamento de outro setor, num mistério sombrio que, antes de ferir a cada juiz em particular, enodaria e envergonharia o próprio Poder que eles encarnassem. (...) Com que orgulho e com que altivez eu sempre proclamei a tradição de independência e honradez da magistratura paraibana como seu maior e mais excelso patrimônio! Hoje, com que melancolia, com que tristeza eu vejo despi-la dessa glória!". Sobre as delações que seriam feitas pelo plenário o des. Emílio de Farias proferiu que seria "incompatível com a nobreza dos nossos princípios e muito mais ainda com a respeitabilidade da função judicante. (...) Um

---

[7] Discurso pronunciado pelo desembargador Francisco Espínola. . Disponível em: LEITÃO: Deusdedit e NOBREGA; Evandro da: História do Tribunal de Justiça da Paraíba. Sexta edição, revista, atualizada e ampliada. 2008. João Pessoa. Págs. 171/172.

[8] Discurso pronunciado pelo desembargador Emilio de Farias. Op. Citada Págs. 172/173.

magistrado não deve nunca tergiversar ante os poderosos; ante os interesses subalternos de quem quer que seja"[9].

Conforme citado anteriormente, as punições não se resumiram ao Desembargador Emilio de Farias. "O jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro, tido como um órgão independente em matéria intitulada "Ministro propõe aposentadoria de juízes na Paraíba" de 22 de fevereiro de 1969 afirmou: *"O Ministro da Justiça, propôs ontem, em exposição de motivos ao Presidente da República, a aposentadoria compulsória de onze juízes de direito do Estado da Paraíba, com fundamento §1° do art. 6° do ato institucional n° 5"*.[10]

Mas a dúvida permanece. Quais os motivos alegados? O que fizeram estes magistrados para serem punidos? Ainda nesta matéria, o Presidente do Tribunal de Justiça, remetendo o pedido ao Governador João Agripino, o mesmo alegou procedimentos irregulares dos juízes em suas respectivas comarcas, comprovado por correições e sindicâncias feitas pelo Tribunal de Justiça. Tais afirmações são questionadas pelos próprios magistrados. Entretanto, essas afirmativas serão melhor analisadas quando da analise dos depoimentos dos mesmos.

Este e um breve relatório, devendo observar que, outros documentos serão analisados no decorrer deste ano, fato este que dará uma contribuição aos fatos que de muito tempo precisam ser esclarecidos, para que tais atos arbitrários não voltem mais a acontecer em nosso País.

(Jean Patrício da Silva, membro do GT Cassação de Mandatos Eletivos e a Magistrados)

3.5. Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional

O impacto do regime militar nas áreas educacionais universitária e secundarista, formal e não formal, foi de grande

---

[9]Disponível em :http://ampb.jusbrasil.com.br/noticias/100040899/ampb-colabora-com-comissao-nacional-da-verdade. Consulta realizada em 02 de março de 2014.

[10]Jornal Correio da Manha, de 22 de fevereiro de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=juizes%20paraiba. Consulta realizada em 02 de março de 2014. A relação dos magistrados punidos e a seguinte: Luiz Gomes de Araújo da 3ª Vara de João Pessoa, Alceu Alves Maciel Feitosa da Comarca de Ingá, Paulo Walker da Silva, Comarca de Rio Tinto; Manoel Augusto de Souto Lima, Esperança; Severino Ramos Pereira, Taperoá; João de Deus Melo, Picuí, Humberto Melo, Monteiro, Boanerges Chaves Maia, Aroeiras; João Stelio Pimentel, Coremas; Helena Alves de Souza, Cabedelo e Ijalme Leite Farias, Cuité.

dimensão, extrapolando aquele período histórico e chegando aos nossos dias. A perseguição e repressão, com torturas físicas e psicológicas, mudaram o rumo da vida de inúmeros jovens, muitos impedidos de continuar seus estudos, outros foram levados à morte e alguns continuam desaparecidos. Além da violação dos direitos de estudantes e professores, a ação da ditadura atingiu profundamente as bases da educação nacional, com reformas autoritárias e conservadoras em todos os níveis de ensino, cujas consequências se fazem sentir até hoje.

As universidades abrigavam uma Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi), órgão ligado ao Serviço Nacional de Informação (SNI) e a Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de monitorar o que acontecia em todos os espaços, acadêmicos e administrativos, na perspectiva das possíveis críticas e "riscos" para a Segurança Nacional. Apesar do clima de insegurança, com os "olheiros" e "infiltrados", alguns estudantes e professores mantinham a posição de crítica e resistência à ditadura militar.

Para se conhecer em profundidade essa história, enfrentam-se muitas dificuldades tendo em vista o desaparecimento de documentos nos arquivos das instituições educacionais ou dos órgãos de informação e segurança. Mas, os documentos que restam no acervo da Delegacia de Ordem Política Social, nos Arquivos da UFPB e da UEPB permitem uma percepção do cotidiano naquelas instituições, com a vigilância e acompanhamento das atividades dos professores e alunos, bem como dos atos de exoneração de gestores das faculdades, não renovação de contratação de professores, dissolução de diretórios acadêmicos e nomeação de interventores, punições disciplinares com o impedimento de matrícula (em diversos graus – por 1 ou 2 anos, ou mesmo indefinidamente).

Na Paraíba, o movimento estudantil, envolvendo secundaristas e universitários, participou ativamente de lutas não só relacionadas ao meio educacional, mas também às questões políticas e sociais, a exemplo do grande envolvimento com as lutas camponesas e dos protestos frente à política local e nacional.

Um desses protestos ocorreu por ocasião da anunciada presença, na cidade de João Pessoa, de Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN) e governador do estado da Guanabara, que se apresentava como um dos mais duros adversários do governo de João Goulart. Estudantes secundaristas e universitários de esquerda

organizaram um ato de protesto, que terminou em enfrentamento e ocupação da Faculdade de Direito, no dia 03 de março de 1964. Muitos estudantes foram presos e autuados na DOPS-PB.

O Conselho Universitário da UFPB, em reunião de 8 de maio de 1964, aprovou a Resolução nº 18, que "excluía", no ano letivo de 1964, os alunos responsabilizados pelos acontecimentos na Faculdade de Direito, conforme inquérito instaurado:

1) Aderbal Vilar Sobrinho (Curso de Ciências Econômicas);
2) Evandro Ferreira dos Santos (Curso de Direito);
3) Inocêncio Nóbrega Filho (Curso de Ciências Econômicas);
4) José Humberto Espínola Pontes de Miranda (Curso de Direito);
5) José Iremar Alves (Cursos de Ciências Econômicas e História);
6) José Rodrigues Lopes (Curso de Medicina).
7) José Tarcísio Fernandes (Curso de Direito);
8) Rubens Pinto Lira (Curso de Direito);
9) Antônio Sérgio Tavares de Melo (Curso de Direito);
10) Carlos Augusto de Carvalho (Curso de Direito);
11) José Ferreira da Silva (Curso de Ciências Econômicas).

Entre março e maio de 1964 havia ocorrido a exoneração do reitor Mário Moacyr Porto e a nomeação do interventor Guilardo Martins Alves, em meados de abril de 1964, a perseguição se instalou na UFPB, excluindo a primeira leva de professores:

1. Agassis Almeida
2. Assis Lemos
3. Cláudio Santa Cruz de Oliveira
4. Juarez Macedo;
5. Laurindo Albuquerque Melo;
6. Luiz Hugo Guimarães
7. Nizi Marinheiro
8. Ronald Queiroz
9. Sá Leitão

Após o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, e mesmo antes do Decreto-Lei nº 477, de 25 de fevereiro de 1969, as perseguições foram reforçadas na UFPB, e em 01 de fevereiro de em 1969, outras exonerações são realizadas, começando com a do diretor do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, professor Paulo Pires, e uma lista de 17 professores com contratação não renovada:

1.Beatriz Maria Soares Pontes
2.Célio Di Pace
3.Enoque Gomes Cavalcanti

4.Gerard Camille Prost
5.Hercules Gomes Pimentel
6.Heronildes Dias de Barros
7.Joost Van Dome
8.José Jackson de Carvalho
9.José Kehrle
10.Marcelo Renato Arruda
11.Maria Thereza Ribeiro Prost
12.Nakais Hiorshi
13.Oswaldo Trigueiro do Vale
14.Raimundo Adolfo
15.Roberto Navarro de Oliveira
16.Ronald Queiroz Fernandes
17.Ruy Gomes Dantas

Além desses, outros professores, sob suspeita, tiveram seus pagamentos sustados temporariamente, tais como:

1.Adelmo Neves Machado
2.Antônio Geraldo Figueiredo
3.Carlos Eduardo Pessoa Cunha
4.Djair Aquino Lima
5.Dmerson Neiva Monteiro
6.Hélio Correia Lima
7.Lindalva Vírginio Franca
8.Manoel de Carvalho Ferreira
9.Manoel Paiva Martins
10. Zenonas Stasevalms

Quanto aos estudantes, foram dissolvidos os diretórios e nomeados interventores, a exemplo do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Diretório Acadêmico de Medicina, da FACE (João Pessoa e Campina Grande, da Escola Politécnica, além dos alunos já formados mas impedidos de serem matriculados nas diversas unidades da UFPB:

1.Aderbal Villar de Carvalho (FACE - JP)
2.Alzenir Rodrigues dos Santos (FACE - JP)
3.Dinalva Navarro (Escola de Ciências Sociais - JP)
4.Djamil de Holanda Barbosa (Escola Politécnica - CG)
5.Edite Maria de Oliveira (FACE - CG)
6.Emilton Amaral (Faculdade de Direito - JP)
7.Germana Correia Lima (Faculdade de Direito - JP)
8.Heloíso Gerônimo Leite (FACE - JP)
9.Iêdo Martins Marcondes da Silveira (Escola Politécnica - CG)
10.Ivanise de Souza (Faculdade de Direito - JP)

11.Jáder Carlos Coelho da Franca (Faculdade de Direito - JP)
12.Jaerson Lucas Bezerra (FACE - CG)
13.João Lacerda Lima (FACE - JP)
14.José Fernandes Neto (FACE - JP)
15.José Ferreira da Silva (FACE - JP)
16.José Tadeu Carneiro da Cunha (Escola de Engenharia - JP)
17.Jurandir Cardoso de Alcântara (FACE - CG)
18.Leda Rejane Pereira do Amaral (FACE - JP)
19.Luiz Carlos Soares (Escola de Engenharia - JP)
20Maria Auxiliadora Rosas (FACE - JP)
21.Maria da Penha Ribeiro (Formada pela Escola de Serviço Social - JP)
22.Maria de Fátima Mendes da Rocha (FAFI - JP)
23.Maria Neiva Gadê Negócio (Faculdade de Direito - JP)
24.Maria Teixeira (Escola de Serviço Social - JP)
25.Paulo José de Souto (Escola de Engenharia - JP)
26Terezinha do Vale (Escola de Serviço Social - JP)
27.Wilma Batista de Almeida (FAFI - JP)
28.Zenóbio Toscano de Oliveira (Escola de Engenharia - JP)
29.Simão de Almeida Neto (Curso de Engenharia – CG)

Aparece nesse grupo o aluno do curso de Engenharia – CG, Simão de Almeida Neto, que faltava seis meses para a sua formatura, e com essa punição nunca o concluiu. Outro grupo de alunos das diversas unidades da UFPB constam com impedimento de matrículas por tempo determinado:

1.Antonio Gomes da Silva (Curso de Economia - CG)
2.Antonio Sérgio Tavares de Melo (Curso de Filosofia - JP)
3.Arnaldo José Delgado (Curso de Engenharia - JP)
4.Augusto Aécio Mendes Duarte (Curso de Engenharia - JP)
5.Brígida Nóbrega (Curso de Filosofia - JP)
6.Carlos Alberto Nunes Marinho (Curso de Engenharia - JP)
7.Carlos Antonio de Aranha Macêdo (Curso de Direito - JP)
8.Cláudio Américo Figueiredo Porto (Curso de Economia - CG)
9.Darlan Nóbrega de Farias (Escola Politécnica - CG)
10.Eimar Fernandes (Curso de Filosofia - JP)
11.Eraldo Fernandes dos Santos (Curso de Medicina - JP)
12.Eurivaldo Antonio Alcântara (Curso de Economia - CG)
13.Everaldo Ferreira Soares Júnior (Curso de Medicina - JP)
14.Everaldo Nóbrega de Queiroz (Curso de Engenharia - JP)
15.Francisca Trigueiro (Curso de Farmácia e Bioquímica - JP)
16.Francisco de Paulo Barreto Filho (Curso de Direito - JP)
17.Genuíno José Raimundo (Curso de Economia - JP)
18.Getúlio Bezerra de Castro (Curso de Medicina - JP)
19.Hélcio Lima de Oliveira (Curso de Engenharia - JP)
20.Hélio do Nascimento Melo (Curso de Economia - CG)

21.Inácio de Loiola Monteiro Souza (Curso de Economia - CG)
22.Jander Cunha Neves (Curso de Economia - JP)
23.João Batista Filho - padre (Curso de Economia - CG)
24.João Roberto de Souza Borges (Curso de Medicina - JP)
25.Jorge de Aguiar Leite (Curso de Economia - CG)
26.José Arimatéia Bezerra de Lima (Curso de Filosofia - JP)
27.José Cazuza de Lima (Curso de Direito - JP)
28.José Leão Carneiro da Cunha (Curso de Economia - JP)
29.José Urânio das Neves (Curso de Economia - CG)
30.Kenneth Talis Borjas Jaguaribe (Curso de Enfermagem - JP)
31.Lenildo Correia da Silva (Curso de Economia - JP)
32.Luiz Sérgio Gomes de Matos Filgueiras (Escola Politécnica - CG)
33.Maria de Lourdes Meira (Curso de Filosofia - JP)
34.Maria do Socorro Morais Fragoso (Curso de Serviço Social - JP)
35.Maria do Socorro Pessoa (Curso de Filosofia - JP)
36.Maria do Socorro Ramos Loureiro (Curso de Economia - CG)
37.Maria Egilda Pereira Saraiva (Curso de Economia - CG)
38.Maria Gilca de Oliveira Pinto (Curso de Economia - CG)
39.Maria Lívia Alves Coelho (Curso de Medicina - JP)
40.Maria Nazaré Coelho (Curso de Filosofia - JP)
41.Maristela Villar (Curso de Medicina - JP)
42.Nobel Vita (Curso de Direito - JP)
43.Noberto Lima Sagratzi (Curso de Engenharia - JP)
44.Oriana Andrade Mattos (Curso de Filosofia - JP)
45.Paulo Henrique Sobreira Lopes (Curso de Economia - CG)
46.Raimundo das Neves Brito (Curso de Economia - CG)
47.Risalva Bandeira Machado (Curso de Economia - CG)
48.Rubens Pinto Lyra (Curso de Direito - JP)
49.Saulo de Tarso de Sá Pereira (Curso de Medicina - JP)
50.Sebastião Borges Sobrinho (Curso de Economia - CG)
51.Tercino Marcelino Filho (Curso de Economia - CG)
52.Tibério Graco de Sá Pereira (Curso de Engenharia - JP)
53.Vicente Antonio da Silva (Curso de Engenharia - JP)
54.Willians Capim de Miranda (Escola Politécnica - CG)
55.Wlademir Martins de Souza (Curso de Direito - JP)

A Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), localizada em Campina Grande, e atualmente Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), também implementou punições aos seus estudantes, com suspensões temporárias ou definitivas, conforme Ata da reunião ordinária do Conselho Didático daquela Fundação, realizada em 28 de fevereiro de 1969:

1.Aloísio Muniz de Aquino (Curso de Administração);
2.Antônio Augusto Arroxelas (Curso de Direito);
3.Cledson Tejo (Curso de Direito);

4.José Anchieta Soares (Curso de Direito);
5.Jureni Machado Bitencourt Pereira (Curso de Direito);
6.Maria Nazareth Coelho (Curso de Filosofia);
7.Maura Pires Ramos (Curso de Letras);
8.Orlando Vilarim (Curso de Direito);
9.Sílvio Roberto Teixeira Barreiro (Curso de Química).

Na atuação da repressão contra os estudantes destaca-se a operação militar que levou à queda do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, interior de São Paulo, no dia 13 de outubro de 1968, prendendo todos os participantes, provenientes dos mais diversos estados brasileiros. Dentre eles estavam vários paraibanos, registrando-se a presença e prisão das seguintes estudantes:

1.Aloisio Muniz de Aquino (Faculdade de Ciências e Letras - URNe)
2.Antônio José de Lima (Presidente do DA Farmácia e Bioquímica)
3.Cacilda Filomena de Castro (Serviço Social da URNe)
4.Carlos Alberto Nunes Marinho (Escola de Engenharia da UFPB)
5.Cláudio Américo de Figueiredo Porto (Ciências Econômicas de C.G)
6.Eraldo Fernandes dos Santos (Medicina - UFPB)
7.Everardo Nóbrega de Queiroz (Presidente do DCE da UFPB)
8.Getúlio Bezerra Castro (Faculdade de Medicina da UFPB)
9.Heloisio Jerônimo Leite (Faculdade de Ciências Econômicas)
10.João Roberto Borges de Souza (DA de Medicina da UFPB)
11.José de Arimatéia Bezerra de Lima (Letras da UFPB)
12.José Ferreira Lima (Faculdade de Ciências Econômicas da UFPB)
13.Juremi Machado Bittencourt Pereira (Estudante de Direito da URNe)
14.Kennett Talins de Borja Jaguaribe (DA de Enfermagem)
15.Leda Rejane Pereira Amaral (Ciências Econômicas de João Pessoa)
16.Luiz Sérgio Gomes de Matos Silveira (Escola Politécnica da UFPB)
17.Maria de Fátima Mendes da Rocha (DA de Filosofia)
18.Maria do Socorro Morais Fragoso (Serviço Social de João Pessoa)
19.Maria do Socorro Pessoa (Faculdade de Educação de João Pessoa)
20.Maria Nazaré Coelho (Faculdade de Filosofia da UFPB)
21.Maura Pires Ramos (Instituto Central de Letras da URNe)
22.Rubens Pinto Lyra (Estudante de Direito da UFPB)
23.Silvio Roberto Teixeira Barreira (Estudante de Química da URNe)
24.Vicente Antônio da Silva (Escola de Engenharia da UFPB)
25.Willians Capim de Miranda (Engenharia Mecânica da UFPB)

Esta outra relação é de estudantes paraibanos que estavam no Congresso de Ibiúna por outros Estados:

1.Antônio Batista da Silva (Faculdade de Engenharia da UFPE)
2.Antônio Fábio Bonavides Mariz Maia (Instituto de Física da UFPE)

3.Candido Pinto de Melo (Escola de Engenharia da Universidade de Pernambuco)
4.Francisco de Sales de Oliveira Gadelha (Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco)
5.Gerusa Jenner Rosas (Faculdade de Biblioteconomia da UFPE)
6.Umberto de Albuquerque Câmara Neto (Faculdade de Medicina da UFPE)
7.Netovitch Maia Duarte (Instituto de Biociências da UFPE)
8.Agis Wilson Macedo
9.Jáder Nunes de Oliveira (Escola de Engenharia da UFPE)

Para contribuir na reconstituição desses fatos, a realização de audiências e oitivas pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba tem sido profícua, identificando a atuação, predominantemente de estudantes, na resistência ao regime militar e, por consequência alvos da repressão, nos mais diversos grupos e espaços.

A atuação dos estudantes e professores interessa aos mais diversos grupos de trabalho da CEVPM-PB, como demonstra a presença em audiências que abordam temáticas mais abrangentes que a da "Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional".

Já prestaram depoimento: Alunos secundaristas: Antonio Soares Lima "Help", José Emilson Ribeiro da Silva e Washington Rocha; Alunos universitários: Ana Rita de Castro; Cacilda Filomena de Castro; Jader Nunes de Oliveira; José de Arimatéia Bezerra de Lima; José Inocêncio Nóbrega; José Fernandes Neto, Josélia Maria Ramos Wellen, Maria de Lourdes Meira, Maria do Socorro Fragoso de Moraes (Jô Moraes); Maura Pires Ramos, Rômulo Araújo, Rubens Pinto Lira, Simão de Almeida Neto; Professor universitário: Antônio Augusto de Almeida.

(Lúcia de Fátima Guerra Ferreira)

3.6. Servidores paraibanos demitidos pela União, Estado e Municípios

Os servidores públicos estaduais e municipais começaram a ser perseguidos logo nos primeiros dias do golpe militar de 1964. Além de terem sido presos para responder aos inquéritos policiais militares (IPM), foram demitidos pelo governador Pedro Gondim, que criou uma Comissão de Investigação pelo Decreto nº 3.540, de 18 de abril de 1964, "para apurar a responsabilidade dos servidores

estaduais e municipais que tenham atentado contra a segurança do País e do regime democrático".

Essa Comissão de Investigação do Governo do Estado, que tinha um prazo de seis meses para concluir os seus trabalhos, foi constituída pelo Secretário do Interior e Justiça, Sílvio Porto, na qualidade de presidente; Renato Macário de Brito, Secretário de Segurança; José Mário Porto, Consultor Jurídico do Estado; Luiz Carlos Florentino, Secretário dos Negócios da Administração; e José Gadelha de Oliveira, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado.

O Governador Pedro Gondim assinou vários atos de demissão, rescisão de contrato, colocado em disponibilidade e dispensado do emprego de servidores públicos estaduais e municipais, no período de 24 de setembro a 10 de outubro de 1964, argumentando fundamentação no "art. 7° do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, e em cumprimento a decisão da Comissão Especial de Investigação, constituída pelo Decreto n° 3.540, de 18 de abril de 1964".

Foram demitidos ou tiveram seus contratos rescindidos com essa justificativa:

1.Agassíz Amorim de Almeida - Promotor Público da Comarca de Bonito de Santa Fé (DOE – 24/09/1964);
2.Joaquim Ferreira Filho - ocupante do cargo de Diretor de Expediente, do quadro especial da Casa Civil do Governador (DOE – 24/09/1964);
3.José Rodrigues Lopes – ocupante da função de Gráfico, lotado no Departamento de Publicidade (DOE – 24/09/1964);
4.Uziel do Vale – ocupante do cargo de Feitor da prefeitura municipal de Campina Grande (DOE – 26/09/1964);
5.José Costa – ocupante do cargo de Fiscal de Obras do Departamento de Estradas de Rodagem, lotado a residência em Campina Grande (DOE – 26/09/1964);
6.Maria das Dores de Oliveira – ocupante do cargo de Orientadora Educacional, lotada na Secretaria de Educação e Cultura (DOE – 26/09/1964);
7.Maria do Carmo Campos de Araújo – ocupante do cargo de Professora do Departamento de Educação e Cultura (DOE – 26/09/1964);
8.Antônio Aurélio Teixeira de Carvalho – ocupante do cargo de Fiscal de Rendas, do quadro único dos funcionários do município de Santa Rita. Grande (DOE – 27/09/1964);
9.Iveline Lucena da Costa – Auxiliar de Administração, com a prestação de serviços na Secretaria de Educação e Cultura e Cultura (DOE – 27/09/1964);
10.Lígia das Mercês Macedo - Auxiliar de Administração, com a prestação de serviços na Secretaria de Educação e Cultura e Cultura (DOE – 27/09/1964);

11.Amilton Gomes da Silva – Enfermeiro, do quadro extraordinário do Departamento de Estradas de Rodagens (DOE – 27/09/1964);
12.Geraldo Medeiros – professor catedrático, lotado no Colégio Estadual de João Pessoa; rescindido o contrato com o Instituto de Educação, e dispensado da prestação de serviço no Conselho Estadual de Desenvolvimento (DOE 7/10/64)
13.Pedro Pereira dos Santos – Professor de Canto Orfeônico do Colégio Estadual de João Pessoa (DOE 10/10/64);
14.Hermílio de Carvalho Ximenes – Ocupante do cargo de Juiz de Direito da Comarca de Rio Tinto (DOE 10/10/64);

Outros servidores públicos estaduais demitidos pelo governadores da Paraíba no períodos de 1964 a 1969 foram: Antonio Augusto de Almeida, Francisco das Chagas Lopes, Heitor Cabral Da Silva, José Anisio Corrêa Maia, Ronald Queiroz Fernandes, Clidenor do Egito Araújo, Ary de Arruda Maia, Carlos Alberto Farias de Azevedo, José Octávio de Arruda Mello, Adauto Trigueiro Bezerra e Alberto Magno Gondim de Vasconcelos.

Médicos, serventes e motoristas que trabalhavam no Serviço de Assistência Médica Domiciliar e Urgência (SAMDU) nas áreas do movimento das Ligas Camponesas também provaram da perseguição do regime militar. O Diário Oficial da União de 07 de outubro de 1964 trouxe as demissões de Agassis Uchôa Guerra; João Alfredo Dias (Nego Fuba); José de Oliveira Ramos; Antônio Pereira da Silva; Jayme Simplício da Costa; Malaquias Batista Filho; Nilson Francisco Lira; Pedro Dantas das Chagas; Antonio Viana de Oliveira; João Severino Gomes; Adalberto Cavalcanti de Souza; José Severino de Souza; e Antônio Tavares Pedrosa. Em outro ato, foi demitido o servidor do SAMDU Divaldo Alves de Souza.

O Conselho de Segurança Nacional aposentou em 1969, com fundamento no Ato Institucional nº 5, o desembargador Emílio de Farias e mais os juízes Alceu Alves Maciel Feitosa, Boanerges Chaves Maia, Helena Alves de Souza, Humberto Melo, Ijalme Leite Gomes, João de Deus Melo, João Stélio Pimentel, Luiz Gomes de Araújo, Manoel Augusto de Souto Lima, Paulo Walker da Silva e Severino Ramos Pereira.

O Diário Oficial da União de 1970 também trouxe publicações de aposentadorias compulsórias de servidores públicos da Paraíba como Romeu Gonçalves Abrantes (Advogado de Ofício), Ronaldo José da Cunha Lima (Promotor Público) e Sílvio Pélico Porto (Procurador Jurídico).

Os trabalhadores do setor financeiro também foram atingidos pelo regime militar. Os bancários demitidos foram João da Cruz Fragoso, Jason Gonçalves de Lima, Iêdo Martins Moroni da Silveira, Antônio Aragão Filho, Osmar de Araújo Aquino, Derly Pereira, Luiz Hugo Guimarães;

Ainda na relação dos demitidos do governo federal estão Fernando Antonio Souto Batista (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Mário Silveira (Instituto Nacional de Previdência Social – INPS), João Ribeiro Filho Santos (Representante Classista no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI/PB).

As universidades paraibanas não ficaram de fora das perseguições do regime militar. Professores atingidos por demissão, contratação não renovada, exoneração, exclusão do ano letivo, aposentados, prévia vedação de contrato ou tiveram seus salários suspensos: Mário Moacyr Porto (reitor exonerado), Juarez Macedo, Nizi Marinheiro, Ronald Queiroz Fernandes , Luiz Hugo Guimarães, Francisco de Assis Lemos de Souza, Sá Leitão, Laurindo Albuquerque Melo, Cláudio Santa Cruz de Oliveira, Agassis de Amorim Almeida, Paulo Pires, Gerard Camille Prost, Maria Thereza Ribeiro Prost, Roberto Navarro de Oliveira, Beatriz Maria Soares Pontes, Ruy Gomes Dantas, Enoque Gomes Cavalcanti, José Jackson de Carvalho, Joest Van Dome, Heronildes Dias de Barros, Nakais Hiorshi, Hercules Gomes Pimentel, José Kehrle, Célio Di Pace, Oswaldo Trigueiro do Vale, Marcelo Renato Arruda, Raimundo Adolfo, Hélio Correia Lima, Antônio Geraldo Figueiredo, Lindalva Vírginio Franca, Adelmo Neves Machado, Manoel de Carvalho Ferreira , Zenonas Stasevalms, Dnerson Neiva Monteiro, Carlos Eduardo Pessoa Cunha, Djair Aquino Lima, Manoel Paiva Martins, Pedro Moreno Gondim, Rubens Pinto Lira, Potengi Lucena, Jose Cartaxo Loureiro,

A relação completa e as circunstâncias das perseguições aos servidores públicos federais, estaduais e municipais será detalhada no Relatório Final das atividades da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

(Waldir Porfírio da Silva)

3.7. Repressão do Estado e das Milícias privada aos camponeses

A concentração de terra no Estado brasileiro decorre de um processo de formação territorial no qual a estrutura agrária reflete

as mazelas de uma sociedade altamente desigual. No entanto, essa concentração sempre foi alvo de contestação por parte de alguns setores da sociedade, principalmente dos camponeses em diferentes períodos da história, um exemplo vivo dessas lutas é a história das Ligas Camponesas. Essas surgiram como um movimento de resistência à exploração de milhares de famílias no meio rural, mobilizando o campesinato para lutarem contra os vários tipos de opressão.

No estado da Paraíba as Ligas Camponesas surgem em 1958, e tem como principal liderança João Pedro Teixeira, assassinado em 02 de abril de 1962. A origem das ligas na Paraíba está ligada ao rompimento da luta camponesa com o localismo paroquial e o consequente questionamento da estrutura de dominação, representada pelo atrelamento do aparelho governamental ao grupo da Várzea e a própria mobilização dos camponeses, através de congressos, e da influência das lutas de Pernambuco[11], principalmente da experiência vivida pelas famílias de posseiros do Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão/PE.

Na Paraíba, a exemplo do que aconteceu em todo território Brasileiro, várias pessoas foram denunciadas nos Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), instaurados em meados de abril de 1964, sob o comando do Major Ney de Oliveira Aquino, e os camponeses não escaparam desses inquéritos (IPMs rurais) e das acusações de subversão e ligações com o Partido Comunista Brasileiro. No período de 1958 à 1988 o campo paraibano foi cenário de mortes, desaparecimentos e repressão por parte do Estado e das Milícias Privada.

Com o Golpe Civil Militar de 1964 a repressão se estendeu a vários setores da sociedade civil, mas ela se fez mais intensa sobre as Ligas Camponesas, que era considerada uma afronta aos grandes proprietários de terra na região e uma ameaça de subversão da ordem estabelecida pelo Regime[12].

O deputado estadual Assis Lemos, por exemplo, presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba foi preso no Recife no dia 6 de abril de 1964. Segundo Lemos, em relato no seu livro, "Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64", após sua prisão:

> Puseram-me numa Rural Willys [...] e foram me espacando até o Quartel General, no Parque 13 de Maio, em Recife. Pararam no caminho e discutiram se deveriam ou não, levar-me até a praia, para uma sessão de afogamento. Felizmente desistiram[13]

---

[11]BENEVIDES, Cezar. Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.p. 32 e segs.

[12] A síntese se segue baseia-se em: NUNES, Paulo Giovani Antonino. "Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe". Revista Perspectiva Histórica. Dossiê: Ditadura Militar. Vol. 2, n° 3, jul.-dez. 2012.

[13] LEMOS, Francisco de Assis. Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina: UEL/UFPB, 1996, p. 218.

Posteriormente, o deputado Assis Lemos foi trazido para João Pessoa, para o Quartel do 15º Regimento de Infantaria, segundo ele, neste percurso, as pessoas que estavam no carro que iriam transportá-lo, juntamente com o Coronel Hélio Ibiapina:

> Iam discutindo qual o melhor caminho a tomar, e resolveram seguir em direção ao bairro de Macaxeira, na periferia de Recife. Quando ultrapassaram aquele bairro, o 'muluto' disse: 'Coronel, prá que levarmos este bandido prá Itabaina, quando podemos resolver aqui mesmo? O senhor está cansado e a viagem é longa'. O Coronel concordou e o motorista procurou uma estrada do lado direito da rodovia de Recife, em direção a João Pessoa. Parou o veículo e desceram. Fiquei com o motorista que me apontava um revolver, calibre 45. Logo, em seguida a um sinal de Ibiapina, o motorista mandou que tirasse a roupa ficando eu totalmente nu. Tiraram as cordas e os ferros de jipe, e me levaram a um matagal. Havia apenas uma casa, a cerca de 200 metros.
>
> Numa árvore, instalaram o 'pau-de-arara', e me colocaram nele. Começaram a espancar-me, com tapas nos ouvidos – a famoso telefones – enquanto o Ibiapina interrogava-me sobre as armas vindas de Cuba. Respondi que não tínhamos armas e desconhecia totalmente que Cuba as houvesse enviado [...]
> Sob o pretexto de que estivesse ocultadndo alguma informação, colocaram-me um jornal no ânus e tocaram fogo. Era um tipo de tortura chamado de "foguete" ou "charuto cubano"[14].

Apesar das torturas, Assis Lemos ainda teve a sorte de sair com vida, depois de cumprir prisão na Ilha de Fernando de Noronha. Mas o mesmo não aconteceu com outros dirigentes das Ligas Camponesas na Paraíba, com foi caso de João Alfredo, conhecido com "Nêgo Fuba" e Pedro Inácio de Araújo, conhecido como "Pedro Fazendeiro".

João Alfredo era sapateiro e camponês, militante do PCB. Foi organizador das Ligas de Sapé (PB). Antes de 1964, esteve preso em várias ocasiões devido o seu trabalho político com os camponeses. Nas eleições municipais de 1963 foi eleito o vereador mais votado do município de Sapé/PB. Logo após o golpe civil militar foi preso, torturado e ficou detido até setembro de 1964.

Pedro Inácio de Araújo era camponês, também era filiado ao PCB, militou em defesa dos direitos Camponeses (dos trabalhadores

---

[14]LEMOS, Francisco de Assis. Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64, p. 220-21

rurais). Antes de 1964, sofreu ameaças de morte por parte dos latifundiários da região, tendo, em 1962, levado um tiro na perna. Foi vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé e membro da Federação das Ligas Camponesas. Foi preso no dia 08 de maio de 1964 pelos órgãos de repressão e levado para o 15º Regimento de Infantaria, João Pessoa, onde foi torturado. Ambos foram soltos do 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa (PB) nos dias 28 de agosto de 1964 (Nego Fuba) e 07 de setembro de 1964 (Pedro Fazendeiro) e nunca mais foram vistos[15].

Uma semana após seus desparecimentos, dois corpos carbonizados apareceram em Alcantil, localidade à beira da estrada que liga Campina Grande a Caruaru. De acordo com testemunhas, seriam os corpos de João Alfredo e Pedro Inácio de Araújo. Em 1995, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa da Paraíba promoveram uma busca nos locais indicados por moradores como sendo onde os dois corpos foram enterrados. Foram mobilizados técnicos e peritos do Instituto Médico Legal da Paraíba para esse trabalho, que foi acompanhado pelas filhas de Pedro Fazendeiro. Nada foi encontrado.

A esposa de Pedro Fazendeiro, Maria Julia de Araújo, através de carta ao Jornal Correio da Manhã, que foi publicada no jornal e posteriormente no livro "Tortura e Torturadores" afirmou que:

> O meu esposo, Pedro Inácio de Araújo, conhecido por Pedro Fazendeiro, como delegado das Ligas Camponesas da Paraíba nunca foi comunista somente porque lutava em benefício dos camponeses sofredores nas Uzinas nus engenhos e latifúndios. Porque somos agricultores também, por isso dr. redator meu esposo foi preso no dia 8 de maio pelo Exército. O Grupamento de Engenharia libertou ele no dia 16 de junho por não curpa formada não houve prizão preventiva, porém os inquéritos a esta altura passou a responsabilidade do major Cordeiro do 15 R. I. e este prorrogou a detensão dele pro mais 20 dias e depois mais 20; e assim sucedeu até 7 de setembro. Quando fui visitar ele no dia 10 de mesmo mês de setembro fui informada no quartel que ele avia sido sorto a 3 dias e o resultado é que procurei ele em todos os quartéis: de Natal, Recife, João Pessoa, não tendo notícia de espécie nem uma toda apreensiva com o desaparecimento de misterioso. Passo muita fome com meus cinco filhos menores que choram o desaparecimento do pai o comentário do povo é que ele

[15]BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 69-70.

> foi assassinado. Confiu em Deus nas autoridades superiores e em V. Excia. E no dinamismo deste grande e combativo jornal que o desaparecimento de meu esposo chegará até aos ouvidos do Sr. Presidente da República e do Ministro da Guerra.[16]

Sobre esse caso, até o deputado Joacil de Brito Pereira, conhecido como figura civil ativa no golpe civil-militar de 1964, na Paraíba, e adversário das Ligas Camponesas em suas memórias afirmou:

> Corria a versão de que, naquela noite, avisaram a polícia que eles iam sair da prisão. E policiais os teriam pegado, levando-os para lugar ermo, onde os eliminaram. As autoridades militares apresentaram provas de seus registros de que os dois campônios foram soltos. Mas inquérito não abriram. Nem tão pouco na área do Governo do Estado se tomou qualquer providencia. Até hoje esses homens não apareceram.[17]

Francisco de Assis Lemos de Sousa, João Alfredo Dias, Elizabete Altina Teixeira, dentre outros, foram denunciadas nos Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) instaurados logo após o Golpe Civil Militar, sob o comando do Major Ney de Oliveira. Consta nos inquéritos:

> - Francisco de Assis Lemos de Sousa, brasileiro, com 35 anos, [...] Liderava uma das correntes no Movimento Camponês no Estado, admitindo-se que era executor da política camponesa do Governo João Goulart. [...] É acusado de ser promotor, ou pelo menos, o autor intelectual de invasões de propriedades e depredações.
> - João Alfredo Dias, brasileiro, com 32 anos [...] Era um agitador. Desempenhava a função de Orador da Liga Camponesa de Sapé, incitando todos a subversão. [...] Diz-se, abertamente, que fizera cursos de guerrilha na União Soviética e na China, ministrando, em Sapé, essas instruções aos camponeses. Sem qualquer dúvida, era um comunista atuante, agitador violento, a serviço do Comunismo Internacional.
> - Elizabete Altina Teixeira, brasileira, 39 anos, [...] era Presidenta da Liga Camponesa. Assinou como tal uma proclamação de conteúdo altamente subversivo. Participou das atividades da Liga Camponesas da Paraíba, como Presidenta da Liga de Sapé. [...] era comunista convencida (Inquérito Policial Militar. Acervo do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba: História e Memória. Centro de Educação/UFPB)..

---

[16]ALVES, Marcio Moreira. Torturas e torturados. Rio de Janeiro: Cidade Nova, 1966, p. 212.

[17]Apud LEMOS, Francisco de Assis. Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64, p. 254.

Com a criação da Comissão Estadual da Verdade a da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, em março de 2012, o grupo Repressão do Estado e das Milícias Privadas aos Camponeses está desenvolvendo atividades de selecionar os documentos, reunir fotos em que aparecem imagens de camponeses em suas lutas diárias; Ler os IPMs rurais; pesquisar os processos de anistia demandados por camponeses paraibanos; organizar e realizar oitivas particulares onde são relatadas as histórias de vida dos camponeses que viveram o período das ligas e das lutas camponesas, bem como oitivas particulares com familiares dos camponeses mortos antes, durante e após o Regime Militar, entre 1958 e 1988.

Até o presente momento, os relatos das pessoas que vivenciaram as ligas estão sendo feito através das audiências e oitivas, e continuam abertos na medida em que vão se acrescentando outros fatos, documentos oficiais, histórias de vida e as fotos dos eventos patrocinados pelas ligas e lutas camponesas. Todo material, coletado na pesquisa, fará parte do relatório final.

Fato relevante foi a Audiência Pública, realizada pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade e Frente Parlamentar pela Verdade, no dia 15 de julho de 2013, no ginásio da Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Monsenhor Odilon Alves Pedrosa (EMOAP), na cidade de Sapé/PB, onde ouviu os testemunhos de Assis Lemos (Presidente da Federação Paraibana das Ligas Camponesa); Elizabeth Teixeira (Presidente da Liga Camponesa de Sapé); Ophelia Amorim (Advogada das Ligas Camponesas); Antônio Dantas (Presidente da Liga Camponesa de Santa Rita); e Neide Araújo (filha do líder camponês Pedro Fazendeiro, desaparecido político).

O Grupo de Trabalho Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses foi até o município de Mari, em 30 de novembro de 2013, para ouvir os testemunhos dos filhos de Pedro Cardoso da Silva assassinado em 16 de janeiro de 1964: Maria do Socorro Cardoso da Silva; João Cardoso da Silva e José Cardoso da Silva.

No mês seguinte, 3 de dezembro de 2013, os membros do GT Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses estiveram no Memorial das Ligas Camponesas, localizado no Sítio Antas, município de Sobrado, para ouvir os testemunhos de: Ana Justino de Oliveira; Ilda Maria da Conceição de Melo; Francisca Freitas de Souza (filha de Pedro de Freitas); Isabel Regina Reis (professora no tempo das Ligas); e Antonio Domingos de Oliveira.

Está no cronograma de trabalho para o mês de abril 2014 do GT Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses realizar oitivas para ouvir os testemunhos de Eudes Nunes (prefeito de Teixeira), no dia 4 de abril; Neide Araújo e Naúgia Araújo (filhas de Pedro Fazendeiro), no dia 11 de abril; e Carlos Teixeira (filho de Elizabeth Teixeira) no dia 25 de abril.

Para o mês de maio de 2014, o cronograma de oitivas do GT prevê o colhimento dos testemunhos de Maria José Teixeira e Maria das Neves Teixeira (filhas de Elizabeth Teixeira).

(Iranice Gonçalves Muniz)

3.8. Ditadura e Gênero

No Brasil, dos anos 60 e 70, a participação das mulheres na luta armada significou, não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas, também, uma profunda transgressão à ordem estabelecida ao que era determinado na época como próprio às mulheres que era o espaço estritamente privado e doméstico, no papel de mãe, esposa, cuidadora do lar e da família.

Em nenhum momento a motivação dessas mulheres que lutaram contra a ditadura militar teve um caráter de cunho feminista e sim deve ser compreendida como um projeto coletivo na busca de uma sociedade democrática e na transformação das estruturas de poder e de autoridade. Elas negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher, imposto pela sociedade patriarcal e assumiram um comportamento sexual que questionava a virgindade e as instituições como o casamento, pegando em armas e sendo exitosas com esse comportamento, o que segundo Garcia " transformou-se em um instrumento sui generis de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente." (Cadernos Pagu e Mulheres e Militância).

Entre tantas outras, uma das principais metas da CEVPM/PB é tornar público as aberrações sofridas pelas mulheres durante o Regime Militar. Foram mães, esposas, filhas, companheiras que sofreram todo tipo de tortura, desde o choque elétrico à violência sexual, num total desrespeito e violação de direitos humanos inflingidos pelas autoridades militares vigentes em nosso Estado, durante os "anos de chumbo".

As Audiências Públicas realizadas pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba já

ouviu os testemunhos de mulheres que foram presas no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de Ibiúna, às que vivenciaram ao movimento das ligas camponesas, sobreviveram à perseguição na clandestinidade e as que resistiram à ditadura, como:

1-Deputada Jô Moraes (Socorro Fragoso Moraes)
2-Maura Pires
3-Josélia Wellen
4-Cacilda Filomena
5-Elizabethe Teixeira
6-Ofhélia Amorim
7-Neide Araújo (filha de Pedro Fazendeiro)
8-Dinalva Rodrigues
9-Maria de Lourdes Meira
10-Ana Rita de Castro Almeida
11-Lucia Rocha
12-Leda Rejane Pereira Amaral Queiroz
13-Fidélia Cassandra

Os Grupos de Trabalho da CEV/PB também tem realizado oitivas buscando colher os testemunhos de mulheres, como Marina Dias, irmã de Nego Fuba, líder camponês e desaparecido político durante os primeiros meses do golpe militar. Além dela, o Grupo de Trabalho Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses também ouviu Maria do Socorro Cardoso da Silva , filha do camponês Pedro Cardoso da Silva, assassinado em 16 de janeiro de 1964; Ana Justino de Oliveira; Ilda Maria da Conceição de Melo; Francisca Freitas de Souza (filha de Pedro de Freitas); e Isabel Regina Reis (professora no tempo das Ligas).

Quando da audiência pública sobre os 50 Anos da Ocupação da Faculdade de Direito da UFPB, a Comissão ouviu relatos sobre a estudante universitária Zita Moreno Marinho, única mulher presa naquele momento histórico, motivo pelo qual foi denunciada no Inquérito Policial Militar aberto pelos golpistas de 1964 para apurar a "Subversão" na Paraíba.

Também o Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero catalogou as oito estudantes paraibanas que foram presas no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, no dia 12 de outubro de 1968:

1)Cacilda Filomena de Castro (Serviço Social da URNe)
2)Leda Rejane Pereira Amaral (Ciências Econômicas de João Pessoa)
3)Maria de Fátima Mendes da Rocha (DA de Filosofia)
4)Maria do Socorro Morais Fragoso (Serviço Social de João Pessoa)

5)Maria do Socorro Pessoa (Faculdade de Educação de João Pessoa)
6)Maria Nazaré Coelho (Faculdade de Filosofia da UFPB)
7)Maura Pires Ramos (Instituto Central de Letras da URNe)
8)Gerusa Jenner Rosas (Faculdade de Biblioteconomia da UFPE)

Outro recorte que o GT Ditadura e Gênero realizou foi o das alunas ou ex-alunas já formadas, impedidas de serem matriculadas ou que tiveram suas matrículas suspensas nas diversas unidades da UFPB:

Formadas:
1) Alzenir Rodrigues dos Santos (FACE - JP)
2) Leda Rejane Pereira do Amaral (FACE - JP)
3) Maria Auxiliadora Rosas (FACE - JP)
4) Edite Maria de Oliveira (FACE - CG)
5) Maria de Fátima Mendes da Rocha (FAFI - JP)
6) Wilma Batista de Almeida (FAFI - JP)
7) Dinalva Navarro (Escola de Ciências Sociais - JP)
8) Maria da Penha Ribeiro (Escola de Ciências Sociais - JP)
9) Maria Teixeira (Escola de Ciências Sociais - JP)
10) Terezinha do Vale (Escola de Ciências Sociais - JP)
11) Germana Correia Lima (Faculdade de Direito - JP)
12) Ivanise de Souza (Faculdade de Direito - JP)
13) Maria Neiva Gadê Negócio (Faculdade de Direito - JP)

Matrículas suspensas
14) Maria Lívia Alves Coelho (02 anos, Curso de Medicina - JP)
15) Maristela Villar (01 ano, Curso de Medicina - JP)
16) Francisca Trigueiro Gomes (2 anos, Curso de Farmácia e Bioquímica - JP)
17)Maria do Socorro Morais Fragoso (02 anos, Curso de Serviço Social - JP)
18) Maria do Socorro Ramos Loureiro (01 ano, fazia economia - CG)
19) Maria Egilda Pereira Saraiva (01 ano, Curso de Economia - CG)
20) Maria Gilca de Oliveira Pinto (01 ano, Curso de Economia - CG)
21) Risalva Bandeira Machado (01 ano, Curso de Economia - CG)
22) Raimunda das Neves Brito (02 anos Curso de Economia - CG)
23) Brígida Nóbrega (01 ano, Curso de Filosofia - JP)
24) Eimar Fernandes (01 ano, Curso de Filosofia - JP)
25) Maria de Lourdes Meira (01 ano, Curso de Filosofia - JP)
26) Maria do Socorro Pessoa (01 ano, Curso de Filosofia - JP)
27) Maria Nazaré Coelho (01 ano, Curso de Filosofia - JP)
28) Oriana Andrade Mattos (01 ano, Curso de Filosofia - JP)

As estudantes da Universidade Regional do Nordeste (URNe), de Campina Grande, também foram atingidas com a suspensão da matrícula, tendo como fundamento o Decreto 477/69. O Conselho Didático daquela instituição de ensino superior, em reunião realizada

no dia 28 de fevereiro de 1969, puniu com a suspensão de matrículas as alunas:

1)Maura Pires Ramos (Aluna de Letras, suspensa por dois anos);
2)Maria Nazarett Coelho (Aluna de Filosofia, suspensa por um ano);
3)Cacilda Filomena de Castro (Aluna de Serviço Social, um ano suspensa)

Outro recorte feito pelo GT Ditadura e Gênero foi a elaboração da relação, dentre as pessoas que procuraram o Gabinete do Deputado Zenóbio Toscano, as mulheres atingidas direta ou indiretamente pelos órgãos de repressão da ditadura militar de 1964.

1.Adalice Ismael de Oliveira

Viúva do ex-deputado Robson Espínola, que teve seus direitos políticos cassado em 1969

2.Alba Regina Mendonça Pereira

Em 1964 foi demitida da REFESA, em Recife/PE, por motivações políticas.

3.Alzeni Rodrigues dos Santos

Impedida de ingressar na UFPB como aluna do Curso de Contabilidade e curso de mestrado.

4.Ana Rita de Castro Almeida

Impossibilitada de concluir o curso de Serviço Social no tempo hábil (dez. 1968) porque acompanhei meu esposo, Simão de Almeida Neto, punido com a cassação dos direitos estudantis e em Seguida condenado pelos militares

5.Antônia Antonieta Lopes de Queiroga

6.Cacilda Filomena Castro

Estudante da FURNE e foi punida com suspensão da matrícula.

7.Cecília Maria da Conceição

Viúva do líder camponês de Miriri, em Sapé, Alfredo Nascimento, que foi morto por Peito de Aço, capanga do latifúndio. Ela sofreu após o golpe militar, quando teve que deixar cinco filhos e se esconder para não ser presa. Foi expulsa do Sítio em Miriri e teve sua plantação destruída e animais mortos.

8.Cecília Sobreira Souto

Viúva do ex-deputado Francisco Souto, que teve seus direitos políticos cassado em 1969.

9.Célia Maria de Carvalho Machado Bitencourt

Viúva do jornalista MACHADO BITENCOURT. Ele havia tido a sua matrícula suspensa, por dois anos, quando fazia Direito, pela Fundação Universidade Regional do Norte. Isso em 1969. Também tinha sido presos várias vezes.

10.Cleide Maria de Vasconcelos Souza

Foi demitida da SUDENE, por perseguição, política, em janeiro de 1968, órgão que trabalhava desde maio de 1962.

11.Dilza Rodrigues de França

Seqüestro seguido de prisão, tortura física e psicológica por vários dias, sem o conhecimento do paradeiro por parte da família. Data 30/04/1974.

12.Dinalva Rodrigues da Silva

Ex-aluna da FURNE de Campina Grande. Seqüestro e tortura psicológica, que deixaram seqüelas, como a incapacidade de estudar por um certo período. Deve existir ficha e fotografias em alguns arquivos dos órgãos de repressão. Data 11/12/74.

13.Dinorat Cavalcanti Muniz

Demitida do INCRA em 1979, quanto prestava serviço ao Projeto Integrado do INCRA, que ficava localizado no Engenho Itapecinica, município de Mamanguape.

14.Edite Sousa da Gama

Viúva de Bento da Gama, que foi advogado das Ligas Camponesas, preso em 1964 e demitido da SUPRA (atual INCRA). Maria do Carmo, filha.

15.Eimar Fernandes

Impedida de estudar por um ano, em 1969, na Universidade Federal da Paraíba.

16.Elita Azevedo Correia da Silva

Viúva do professor Lenildo Correia da Silva. Em 1969, ele fazia Economia na UFPB, quando teve sua matrícula suspensa por um ano.

17.Elisa Bezerra Mineiros

Fez concurso para SUDENE e não conseguiu aprovação. Segundo uma amiga, ela não passou porque estava fichada no SNI.

18.Elita Carneiro da Silva

Viúva de João Francelino da Silva, ex-vereador de Guarabira. Foi preso e torturado durante a ditadura militar.

19.Elizabete Altino Teixeira

Líder da Liga Camponesa de Sapé. Em 1964, teve que fugir para não ser morta pelos militares. Deixou os filhos e sua propriedade rural, ficando foragida durante 17 anos.

20.Eloísa Helena Borges de Souza

Irmã de João Roberto Borges de Souza, estudante do curso de Medicina da UFPB, que teve a sua matrícula suspensa por dois anos. Durante esse período, foi preso e torturado em Recife/PE, e, quando se encontrava foragido em Catolé do Rocha, seu corpo foi encontrado boiando num açude daquele município.

21.Leonice Arruda de Alcântara

Viúva de Eurivaldo Antônio de Alcântara, foi suspenso da UFPB por um ano, quando fazia o curso de Ciências Econômicas.

22.Eunice Maciel de Melo

Viúva de José Alves de Melo, seguidor de Osmar de Aquino, foi preso após o golpe de 1964, ficando preso 8 dias na cadeia de Guarabira e15 dias no 15 RI.

23.Fidélia Cassandra Pereira

O pai, José Pereira de Araújo, conhecido como "Zéquinha", já falecido, era mecânico e filiado ao PCB. Em 1964 fugiu para não ser preso, sendo detido no início da década de 70.

24.Francisca Trigueiro Gomes

Estudante de Bioquímica da UFPB, foi suspensa por dois anos.

25.Gerard Henri Camille Prost

Francês, lecionava na UFPB, em 1969, quando teve o seu contrato encerrado por motivações políticas. A viúva, Maria Thereza Ribeiro da Costa Prost, é quem está requerendo a indenização.

26.Germana Correia Lima

Formou-se pela UFPB e foi impedida definitivamente de continuar seus estudos de pós graduação.

27.Helena Malheiros Gomes Barbosa

Esposa do primeiro presidente da Liga Camponesa de Sapé

28.Hilda Paes de Sousa

Viúva de Inácio Loiola de Sousa (**). Ele foi estudante da FACE-CG, teve matrícula suspensa. Nunca concluiu o curso.

29.Inês da Silva Lima

Viúva de José Deodato Galdino, que, após o golpe militar de 1964, foi preso em Guarabira, torturado em Sapé, e levado para João Pessoa.

30.Iolanda Bezerra de Freitas

Viúva de Ulisses Meneses de Freitas, que foi preso em Guarabira, levado para a Delegacia de Sapé, sendo depois recambiado para o 15º R.I.

31.Isabel Oliveira de Sousa

Desde 1963 era Servidora do Estado quando, em 6 de março de 1967, foi demitida por perseguição política, por ser esposa do militante de esquerda José Francisco de Souza, também punido pela ditadura.

32.Ivanise de Sousa

Impedida definitivamente de estudar na UFPB (afastada de um curso de especialização)

33.Jandira Araújo Soares

Viúva de Ernani Soares de Oliveira, que foi preso e levado para Campina Grande, sendo torturado naquele município, deixando sequelas na sua saúde.

34.Jandira dos Santos França

Foi presa e torturada nos Estados do Maranhão e Pernambuco, em 1974, e foi demitida do Governo da Paraíba.

35.Josefa Dionila Cabral

Viúva do agricultor de Caaporã, João Alves Cabral, que no dia 4 de abril de 1964 foi encontrado morto, enforcado, na residência de um amigo, em Goiânia.

36.Josélia Maria Ramos Wellen

Foi sequestrada em 29/04/1974, do município de Campina Grande, permanecendo no 4º Exército (DOI-CODI), em Recife. Sofreu torturas físicas e psicológicas. Na época era estudante de Geografia da URNE, hoje UEPB.

37.Lourdiana Alves da Silva

É viúva do líder camponês José Francisco da Silva, que foi motorista de várias lideranças naquele movimento, dentre eles, Francisco Julião, Elizabeth Teixeira, etc.

38.Luíza Alves de Souza

Era funcionária do INCRA na Bahia e trabalhava no Projeto de Colonização Serra do Ramalho, no município de Bom Jesus da Lapa/BA, quando foi demitida por motivos políticos.

39.Magdala Cavalcanti de Melo

Demitida do INCRA em 31 de agosto de 1969, por perseguição política.

40.Maria Anacleto Augusto de Carvalho

O seu falecido marido, Carlos Augusto de Carvalho, estudava direito na UFPB, em 1964, quando teve sua matrícula suspensa por um ano.

41.Maria Aparecida Barreto de Mesquita

Viúva de Gilberto Ribeiro de Mesquita, que foi demitido do Governo do Estado da Paraíba, em 1969.

42.Maria Auxiliadora Rosas

Tinha terminado Direito na UFPB e foi proibida de estudar definitivamente na universidade., prejudicando-a na vida profissional.

43.Maria Barreto Alves

É viúva do líder camponês de Guarabira, Antonio Luís Alves. Foi preso e jogado para fora do emprego após o golpe militar

44.Maria Bezerra de Carvalho

45.Maria Clarisse

Tia de Eduardo Ferreira Lima, ex-membro do PCBR, que deixou a UFPB e se exilou no Chile e Dinamarca, não voltando ao Brasil após a Anistia Política de 79.

46.Maria da Penha Silva

47.Marina Dias Virgínio

Irmã de Nego Fubá

48.Maria do Carmo Campos de Araújo

Demitida do cargo de professora do Estado em 26 de setembro de 1964, por força do Ato Institucional nº 1.

49.Maria das Dores Machado Ribeiro

Impedida definitivamente de se matricular na UFPB (disseram que foi ordem do exército) informação dada pela Diretora da Escola de Serviço Social, Madre Maria Franklin, que lhe informou que a decisão partiu do exército. Presume-se que a referida decisão se deveu as suas atividades junto a arquidiocese da Paraíba (arcebispo D. José Maria Pires). Em face do impedimento fiquei impedida de fazer cursos de pós-graduações.

50.Maria das Dores de Oliveira

Exoneração por força do AI 1, em abril de 1964. Era orientadora de ensino, reintegrada ao trabalho e logo aposentada, após a anistia, em 1979.

51.Maria de Fátima Mendes da Rocha Silva

Estudantes da UFPB que teve matrícula suspensa em 1969

52.Maria de Lourdes Meira Cabral

Estudante de Filosofia punida com um ano de suspensão pela UFPB. Durante esse período foi presa por seis meses e foi compelida a deixar a profissão de professora do Estado. Foragiu-se para Pernambuco e Maranhão e nunca concluiu o curso.

53.Maria de Lourdes Silva

54.Maria de Oliveira Silva

Viúva de Pedro Raimundo da Silva, que era tipógrafo e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha. Foi preso várias vezes.

55.Maria do Carmo Aquino

Participava da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba e era membro do Partido Comunista.

56.Maria do Carmo Peixoto

Viúva do militante do Partido Comunista Uziel Vale, preso em 1964 e sumariamente demitido do cargo que exercia na Prefeitura Municipal de Campina Grande

57.Maria do Socorro Moraes Fragoso

Coma matrícula suspensa no curso de Serviço Social (UFPB) por dois anos, teve que entrar na clandestinidade, só assumindo a sua identidade verdadeira após a anistia de 1979.

58.Maria do Socorro Pessoa

Teve matrícula cancelada pelo período de 01 ano. Ano letivo de 1969 – FACED/UFPB

59.Maria Egilda Pereira Saraiva

Era estudante do curso de economia da UFPB, em Campina Grande. Proibida de estudar por um ano.

60.Maria Evanise Pessoa Jurema

Viúva do ex-Ministro Abelardo Jurema, que teve mandato de Deputado Federal cassado e direitos políticos suspensos. Viveu por quase 5 anos no exílio, em Peru.

61.Maria Helena Malheiros Gomes Barbosa

Viúva de Severino Alves Barbosa, que participou da Liga Camponesa de Sapé, tendo sido seu primeiro presidente.

62.Maria Isabel Cavalcante Pontes

Enquadramento na Lei de Segurança Nacional, em 1981, acusada de fazer uma pichação em um muro, no município de Guarabira/PB.

63.Maria José Limeira

Trabalhava na CEPLAR, sendo presa após 1964, tendo que abandonar João Pessoa para trabalhar no Rio de Janeiro.

64.Maria Lívia Alves Coelho

Era estudante de Medicina na UFPB, foi suspensa por 2 anos.

65.Maria Lúcia das Chagas

Esposa do líder da Liga Camponesa de Mamanguape, Pedro Dantas das Chagas, preso pela Polícia Militar, em 1964, recambiado para o Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, e depois para a Ilha de Fernando de Noronha. Era motorista do SAMDU, em Mamanguape, tendo perdido o emprego.

66.Maria Lúcia Rocha

Após terminar o curso na Bahia, foi para Recife/PE trabalhar quando, por perseguição do DOPS, teve que foragir-se em vários Estados (São Paulo, Ceará, Maranhão, Piauí e Paraíba), entrando na clandestinidade. Vários amigos que fazia contato na clandestinidade foram mortos pela ditadura.

67.Maria Luiza da Costa

Filha de Luiz João da Costa, pertencente ao movimento da Liga Camponesa de Sapé. Em 1964 foi preso e torturado pela Polícia Militar. Logo depois, foi expulso da Fazenda de Joca Meireles, por pura perseguição política.

68.Maria Marlene Costa Câmara

Viúva de Antônio de Pádua Câmara, que exerceu o cargo de chefe da Assessoria Jurídica do Conselho Estadual de Desenvolvimento e foi demitido após o golpe militar.

69.Maria Marlene de Carvalho Pereira

70.Maria Nazaré Coelho

Estudante universitária pela FURNE. Foi presa no Congresso da UNE, em Ibiúna/SP. Ao retornar, teve sua matrícula suspensa na universidade. Os pais se revoltaram contra ela, o que fez com viajasse para Brasília. Na Capital Federal, passou no vestibular para Direito, não conseguindo estudar porque não tinha dinheiro para bancar seus estudos. Depois foi para o Rio de Janeiro, onde trabalhou num escritório de contabilidade, ganhando um salário mínimo e meio.

71.Maria Neive Gadê Negócio Oliveira

Estudante que teve a matrícula suspensa na UFPB

72.Maria Nogueira Gadelha de Oliveira

Estudante do 5º ano de medicina em Pernambuco, preso em Ibiúna, deixou o Brasil para terminar o curso em Portugal, em 1974.

73.Maria Teixeira Pinheiro Câmara

Foi proibida definitivamente de estudar, após graduar-se em Serviço Social, no ano de 1968.

74.Maria Terezinha de Jesus Bezerra do Vale

Fui impedida definitivamente no final de 1968 de matricular-me em qualquer curso universitário. Foi informada desse impedimento pela diretora da Escola de Serviço Social, Madre Maria Franklin, que a decisão partiu do exército.

75.Maria Thereza Ribeiro da Costa Prost

Professora da UFPB, foi demitida, em 1969, por motivações políticas.

76.Marizete Pereira da Silva

Presidente de Diretório Acadêmico de Enfermagem, cassada sem ato em 1964. Presa e torturada no DOI-CODI. São Paulo em 1º de março 1973, impedida de ingressar na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - EEUSP para a qual havia sido selecionada.

77.Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais Santana

Filha do Ex-prefeito de Santa Rita, Antônio Teixeira de Carvalho, que dava apoio ao movimento das ligas camponesas sendo preso, após o golpe militar, e demitido do emprego.

78.Maura Pires Ramos

Exclusão da Universidade em 1969, sequestrada, torturada e perseguida.

79.Myriam Melo de Aquino

Viúva do ex-deputado federal Osmar de Aquino, que teve o mandato cassado, em 1969, e seus direitos políticos suspensos por dez anos.

80.Nydia Franca Lemos de Souza

Trabalhava no IAPI, pediu demissão para acompanhar o seu marido que havia mudado para Londrina, após ter mandato de deputado estadual cassado e direitos políticos suspensos

81.Oriana Andrade de Mattos

Impedida de fazer matrícula (01 ano) UFPB, Curso de Filosofia

82.Rachel da Paz Gomes da Silva

Viúva do advogado José Gomes da Silva, que militou no movimento estudantil na década de 50, tendo sido antes preso pelo Exército, acusado de participar da farsa do incêndio do 15º RI. Era advogado das ligas camponesas e de vários sindicatos urbanos de João Pessoa. Pertencia ao PCB, por isso ficou conhecido como "Zé Moscou" . Era suplente de Vereador na Capital e foi cassado por ato da Mesa Diretora.

83.Raimunda de Brito Batista

Fazia Ciências Econômicas na UFPB e foi impedida de se matricular, por dois anos, em 1969, por perseguição política.

84.Raquel Regis Ramos

Filha de José Oliveira Ramos (Vigarinho), funcionário do ex-SAMDU. Demitido após o golpe militar, sendo readmitido com a anistia.

85.Risalva Bandeira Borborema

Estudava no curso de Economia da UFPB, sofreu suspensão de matrícula por um ano (1969)

86.Rita Lima de Queiroz

O marido Adalcino Queiroz de Oliveira era professor da CEPLAR em Campina Grande, tendo sido preso após o golpe militar.

87.Ruth Honorato de Brito

É viúva do Sargento do Exército Arlindo Cosme de Brito, que foi preso e levado para Fernando de Noronha, depois de 1964, acusado de subversão.

88.Severina Pinheiro de Brito

É sobrinha de Manoel Porfírio da Fonseca. Era funcionário do SAMDU de Santa Rita e um dos líderes da Liga Camponesa de Sapé. Perdeu o emprego em 1964 e até hoje não foi readmitido.

89.Tabira Almeida Depietre

Filha de Francisco Joaquim de Almeida Neto, falecido. Ele era estudante e foi preso várias vezes. Em sua ficha no DOPS consta que participou da revolta dos Sargentos e partiu para a guerrilha.

90.Vânia da Costa Vilar

Era professora da CEPLAR, em Campina Grande. Atuava no Bairro do Monte Santo. Trabalhou da abertura ao encerramento, em 31/03/64.

91.Vilma Batista de Almeida

Impedida definitivamente de estudar na UFPB. Afastada de um curso de especialização em 1974. Perdeu o emprego no Lyceu em 1968

92.Zenaide Figueiredo De Melo

Viúva de servidor municipal José Andrade de Melo, que foi preso em Guarabira, levado para Delegacia de Sapé e depois para o 15º RI.

(Irene Marinheiro)

3.9. Estrutura de repressão na Paraíba

O período de 1964 a 1985 foi marcado por atos de tortura, assassinato, desaparecimento de muitos paraibanos que resistiram

ao regime jurídico/político implantado pelos militares. Este GT tem por objetivo identificar a estrutura organizacional de repressão, membros e área de atuação no Estado, além de verificar a existência de apoiadores e financiadores da sociedade civil, sejam eles indivíduos ou grupos organizados, nacionais ou estrangeiros.

O trabalho vem sendo desenvolvido por meio de pesquisa documental centrada nos acervos da DOPS-PB, que pertence ao Conselho Estadual de Direitos Humanos e se encontra sob custódia temporária do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba; da Secretaria de Segurança Pública, que se encontra no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba; e da Polícia Militar da Paraíba, que se encontra no Memorial do Comando da Polícia Militar.

Quanto a este último acervo, o comandante geral da Polícia Militar coronel Euller Chaves, em 10 de Setembro de 2013, autorizou o acesso total e irrestrito às informações disponíveis nos arquivos da Polícia Militar da Paraíba referente ao período de 1964 a 1988, tanto no referido memorial como nos arquivos das 1ª, 2ª e 3ª Regiões Integradas de Segurança Pública (REISPs), Batalhão de Polícia Ambiental, BOPE, Radiopatrulha Montada, Batalhão de Polícia de Trânsito, Centro de Educação, Diretoria Geral de Pessoal, Ajudante-Geral e coordenador do EM/2 (setor de inteligência – P/2).

Quanto ao acervo da DOPS, parte encontra-se digitalizado, por iniciativa do governo do estado, e disponível no site da CEVPM-PB, sendo composto por fichas, informativos e processos. Apesar da importância desses documentos é patente a lacuna, sem registros em vários anos.

Compreender a engrenagem do sistema de informação e segurança na Paraíba, com as cadeias de comando e a rede de investigadores, de analistas, de torturadores, bem como as articulações entre os órgãos públicos e organizações privadas, os apoiadores e financiadores da sociedade civil, não será tarefa fácil, mas algumas pistas já estão sendo encontradas.

Merece destaque documento localizado no acervo da Secretaria de Segurança Pública que apresenta as ligações funcionais de informações nos diversos âmbitos, local, regional, nacional e internacional, confirmando a existência de uma ampla rede a serviço da sustentação da ditadura militar, com base na vigilância dos servidores públicos e da população em geral, conforme Relatório sobre o Serviço de Informações daquela secretaria, de 10

de novembro de 1977, assinado por Antonio Eduardo Duarte de Azevedo, assessor para assuntos de segurança. São os integrantes dessa rede:

1. Serviço Nacional de Informação (SNI) - Agência de Recife
2. 1° Grupamento de Engenharia e Construção (1° GPT e CNST)
3. Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal da Paraíba – SR/DPF/PB
4. Polícia Militar da Paraíba - PM/2-PMPB
5. Capitania dos Portos da Paraíba - CP.PB
6. Delegacia Regional do Trabalho (ASI/DRT/PBV)
7. Universidade Federal da Paraíba (ASI/UFPB)
8. Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CRS/JP/CHESP)
9. Telecomunicações da Paraíba (ASI/TELPA)
10. Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos (EBCT)
11. Secretarias de Estados (SSP)
12. Ministérios das Minas e Energia (DSI/MME/NE)
13. Ministério das Minas e Energia do Rio de Janeiro (DSI/RJ)
14. Ministério da Saúde (DSI/MS)
15. Ministério das Comunicações (DSI/MC)
16. Ministério dos Transportes (DSI/MT)
17. Secretaria do Planejamento da Presidência da República
18. Ministério da Previdência e Assistência Social
19. Instituto Nacional de Previdência e Assistência Social - INAMPS
20. Ministério da Agricultura
21. Ministério do Interior
22. Ministério da Justiça
23. Ministério da Marinha - CENIMAR
24. Ministério da Aeronáutica - II COMAR
25. Banco Nacional de Habitação
26. Banco do Nordeste do Brasil
27. Rede Ferroviária Federal - RFFESA
28. Itaipu Binacional
29. Consulado Geral Americano - RECIFE-PE
30. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
31. Fundação Nacional do Índio – FUNAI
32. Assessorias de Segurança e Informação (ASI) vinculadas ao Ministério da Agricultura

    Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – ASI/EMBRAPA
    Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
    Companhia Brasileira de Armazenamento – ASI/CIBRAZEM
    Companhia Brasileira de Alimentos – ASI/COBAL
    Comissão de Financiamento da Produção – ASI/CFP
    Banco Nacional de Crédito Cooperativismo – ASI/BNCC
    Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE
    Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF
    Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB

Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
33. Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL
34. Banco da Amazônia (BASA)

Além da pesquisa documental, procurou-se identificar os dirigentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PB) para conseguir depoimentos que esclarecessem sobre o funcionamento e a organização desse órgão, que passou por várias alterações na sua denominação. Mas diante de dificuldades de diversas ordens, conseguiu-se apenas um contato inicial com o ex-Delegado Aldenor Quinderé, que ocupou o cargo na década de 1980. Mas, essa vertente terá continuidade em 2014.

(Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Iranice Gonçalves Muniz)

3.10. Intervenção nos sindicatos e em outras entidades da sociedade civil

O final dos anos de 1950 e início da década de 1960 foi marcado, no Estado da Paraíba, por mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais. A intensificação da urbanização, com o avanço do capitalismo no campo, propicia o surgimento de práticas trabalhistas.

Na década de 1960, foi criado, a partir da atuação de vários presidentes de sindicatos, a Comissão Intersindical (COSINTRA), voltada para as reivindicações básicas dos trabalhadores. A partir desta entidade sindical, foi criado o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a acompanhar e dar apoio aos diversos movimentos reivindicatórios e grevistas surgidos no período. Também foi criado o Pacto de Unidade e Ação, tendo como base os sindicatos dos portuários e ferroviários de Cabedelo.

Após o golpe civil militar se abateu uma forte repressão se abateu sobre vários setores da sociedade civil e o movimento sindical foi um dos mais atingidos. O presidente do Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto, Antônio Fernandes de Andrade e também prefeito da referida cidade, juntamente com camponeses ligados às Ligas Camponesas tentaram uma reação ao golpe, tomando a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento, o prefeito fugiu e posteriormente se entregou no Quartel do 15° Regimento de Infantaria onde ficou preso por seis meses. Ele também perdeu o mandato de Prefeito de Rio Tinto, como podemos

ver neste Projeto de Resolução da Câmara Municipal da referido cidade:

> Câmara Municipal de Rio Tinto
>
> Resolução nº35
>
> Art. 1º - Antônio Fernandes de Andrade, eleito prefeito do município de Rio Tinto, e Durval Francisco de Assis, eleito vice-prefeito do município de Rio Tinto, pela legenda do Partido Socialista Brasileiro, em eleição realizada no dia 11 (onze) de agosto de 1963, proclamados no dia 14 do mesmo mês e ano, ficam impedidos definitivamente de exercer os cargos para que foram eleitos, em vista as suas manifestações públicas e atentados contra o artigo 141, parágrafo quinto e décimo terceiro da Constituição Federal, e ainda contra a segurança nacional, o atual regime, constituição estadual e artigo 71 inciso I da lei 311.
>
> Artigo segundo – pelos mesmos motivos do artigo primeiro, ficam também impedidos definitivamente os vereadores Alcides Pereira da Silva, Manoel Ferreira Ramos, o suplente Paulo Francisco de Assis e todos os demais suplentes eleitos pelo Partido Socialista Brasileiro.
> Artigo terceiro – Considerando que o sr. Prefeito municipal, face as suas atitudes ostensivas contra a segurança nacional, e que a frente do executivo municipal, acompanhado do vice prefeito, vereadores e suplentes do Partido Socialista Brasileiro, vem se mostrando incapazes de manter a segurança interna do município, resolve esta Câmara aprovar os impedimentos de caráter definitivo de que trata dos artigos 1 e 2 da presente resolução.
>
> [...]
>
> Mario Ferreira de Souza – Presidente
> Edésio de Jesus Fragoso de Albuquerque – Primeiro secretário
>
> Celso de Lima Catolé – Segundo secretário (Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba)

Aconteceram intervenções em várias entidades sindicais no Estado da Paraíba, tanto em sindicatos, como em federações, através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). No Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto, Antonio Fernandes de Andrade foi afastado e colocado como interventor, o antigo presidente, de confiança da família Lundgren, proprietária da fábrica de Tecidos Rio Tinto, João Batista Fernandes. Na Federação dos Trabalhadores na Indústria

do Estado da Paraíba – FTIEPB., o presidente João Ribeiro Filho, foi substituído pelo interventor Lorival Cavalcanti dos Anjos. No Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba também houve intervenção, como podemos ver nesta Portaria da DRT, de 8 de abril de 1964.

> O Delegado Regional do Trabalho e Previdência Social no Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que vários Sindicatos da categoria profissional incorreram nas proibições previstas pelo artigo 525 nas alíneas "a", "d" e "e" do artigo 521, tudo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943;
> Considerando o disposto nos decretos 9.085/46 e 23.046/47 e jurisprudência firmadas pelo Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário da Justiça de 30.1.1950;
>
> Considerando, ainda, que diversos dirigentes sindicais fecharam, inexplicavelmente, as sedes de seus sindicatos e se ausentaram para destino ignorado, deixando os mesmo sem assistência e sem orientação, constando nesta situação o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba,
>
> RESOLVE, com apoio no artigo 528, na Consolidação das Leis do Trabalho, nele intervir em face de se achar incurso nos já mencionados artigos 521 e 525 do mesmo Diploma Legal, e, ainda, em vista das circunstâncias decorrentes do atual movimento de Renovação Democrática vitorioso em todo o território Nacional, designando interventor para esse Sindicato o associado GERALDO TEXEIRA DE CARVALHO, com a missão de proceder nova eleição no prazo de noventa (90) dias (art. 554). RECORRO, ex-oficio desta decisão para Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social. Ao Interventor, para tomar conhecimento. CUMPRA-SE. (as) Elpídio Cavalcante de Oliveira. (Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Após o golpe o presidente do Sindicato dos Bancários, Luiz Hugo Guimarães teve que fugir, pois foi informado que estava sendo procurado e podia ser preso a qualquer momento. Segundo o secretário João da Cruz Fragoso, ele e outros dirigentes como Antônio Aragão Filho e o funcionário Fernando Melo resolveram se "entrincheirar" no Sindicato até que a Polícia Civil, comandada pelo investigador Maffei invadiu aquele órgão de classe, expulsando todos os que lá se encontravam, e levando preso o funcionário Fernando Melo. Assim, não houve abandono do Sindicato, como argumentou a DRT para intervenção. Segundo João da Cruz Fragoso:

> A 7ª DRT, mesmo que levemos em consideração o medo de represálias, cometeu um equívoco ao declarar que a Diretoria havia abandonado o Sindicato dos Bancários, pois já foi dito, a Polícia expulsou-a de lá, aliás, seria inconcebível deixar um sindicato, atuante como o dos Bancários, funcionando com a mesma Diretoria, em pleno momento revolucionário (Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Na Paraíba, a exemplo do que aconteceu em todo Brasil, várias pessoas também foram denunciadas nos Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) instaurados em meados de abril de 1964, sob o comando do Major Ney de Oliveira Aquino - políticos, lideranças sindicais urbanas e rurais, funcionários públicos etc. - acusadas de subversão e ligações com o Partido Comunista Brasileiro.

Foram denunciadas lideranças do movimento sindical urbano como Luis Hugo Guimarães, Antonio Fernandes de Andrade, João Ribeiro Filho e Luiz Bernardo da Silva, conforme registros a seguir: Brasileiro.

Foram denunciadas lideranças do movimento sindical urbano como Luis Hugo Guimarães, Antonio Fernandes de Andrade, João Ribeiro Filho e Luiz Bernardo da Silva, conforme registros a seguir:

> Luis Hugo Guimarães, brasileiro, com 39 ano, [...] exercia as funções de presidente do Comando Geral dos Trabalhadores Estadual [...] Era atuante, a serviço do Partido Comunista Brasileiro, do qual fazia parte como presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).
>
> Antonio Fernandes de Andrade, brasileiro, casado, com 39 anos, [...] participou em 1º e abril de 1964 da deflagração de uma greve geral na cidade de Rio Tinto, Paraíba, na qualidade de Prefeito e Presidente do Sindicato, tendo inclusive ocasionado a paralização de serviços públicos. Era comunista exaltado.
>
> João Ribeiro Filho, brasileiro, 36 anos, [...] sapateiro [...] integrava a direção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) como Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria. Nessa qualidade, participou de reunião conjunta, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP), realizada em 24 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de pressão ao Governo do Estado. Era agitador atuante e violento a serviço do Comunismo Internacional. Na função de Presidente dos Trabalhadores da Indústria, retransmitiu um telegrama da CNTI aos sindicatos filiados, assinado por Dante Pelacani, de teor subversivo.
>
> Luiz Bernardo da Silva, brasileiro, [...] integrava o Comando Geral dos Trabalhadores de João Pessoa, onde ocupava cargo de

> Secretário, tendo comparecido as reuniões do Comando Geral dos Trabalhadores Nacional. Nessa qualidade, participou de reunião conjunta, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP), realizada em 24 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de pressão ao Governo do Estado. Era atuante e Membro de Destaque (Secretário do CGT) do Partido Comunista Brasileiro (Inquérito Policial Militar. Acervo do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba: História e Memória. Centro de Educação/UFPB).

Outro Inquérito Policial-Militar instaurado, este no mês de junho de 1964, foi para apurar participação no chamado "Grupo dos Onze", organização criada pelo então deputado federal Leonel Brizola, em 1963. Este IPM, comandado pelo Major José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro indiciou muitos paraibanos, dentre eles, alguns sindicalistas. De participação no "Grupo dos Onze" foram denunciados pelo promotor militar Francisco de Paula Accioly Filho, dois membros do Sindicato dos Bancários, Antonio Aragão Filho e Luiz Hugo Guimarães, ambos já tinham sido denunciados no chamado IPM da Subversão.

> ANTONIO ARAGÃO FILHO, brasileiro, casado [...] 26 anos de idade [...] funcionário do Banco do Nordeste [...]. Exercia funções no escritório de José Gomes da Silva, onde funcionava uma célula comunista. Foi preso em 1951 em companhia de outras pessoas portando material de natureza subversiva. Infringiu, assim, o artigo 99 da Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953;
> LUIZ HUGO GUIMARÃES, brasileiro, casado, [...] 39 anos de idade
>
> [...] bancário e advogado [...] . Confesou ter dirigido o C.G.T, durante seis meses, tendo comparecido a reuniões dos Presidentes do CGT no Rio de Janeiro. É fichado no DOPS. Está incurso, nas sanções penais dos artigos 7º, 9° e 12 da Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (Jornal do Comércio, 29.12.1966).

Além de responder aos IPMs, algumas lideranças sindicais da Paraíba sofrerem vários tipos de perseguições. Por exemplo, O presidente do Sindicato dos Bancários e do CGT, Luiz Hugo Guimarães teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional N° 1 (AI-1) do dia 09 de abril de 1964. Foi destituído da presidência do Sindicato dos Bancários; foi preso e removido para a Ilha de Fernando de Noronha no dia 29 de abril de 1964, tendo sido solto em junho do mesmo ano; foi transferido da agência do Banco do Brasil onde trabalhava para outra no Estado de Rondônia e em 1970

foi aposentado com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, também foi demitido de seu emprego de professor catedrático interino na Universidade Federal da Paraíba, conforme podemos ver no Decreto do Presidente da República, Castelo Branco, publicado no Diário Oficial da União, no dia 28 de setembro de 1964:

> O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, parágrafo 1º, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, e tendo em vista o que foi apurado em Investigações Sumárias de que trata o Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, na Universidade, resolve.
>
> DEMITIR:
> Os Professores Catedráticos, interinos, Francisco de Assis Lemos de Souza e Luiz Hugo Guimarães, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Paraíba e Agassiz de Amorim e Almeida, da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande da mesma Universidade, do Quadro de Pessoal – Parte Permanente do Ministério da Educação e Cultura, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos.
> Brasília, 25 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.
>
> H. Castelo Branco
> Flávio Lacerda (Diário Oficial da União, no dia 28/07 1964)

O secretário do Sindicato dos Bancários, João Cruz Fragoso, foi destituído de um cargo de chefe de Seção que exercia no Banco do Nordeste, depois foi transferido da Agência onde trabalhava em João Pessoa para outra na cidade de Tauá, no Ceará e por fim, no ano de 1966 foi demitido do Banco sob a alegação de justa causa. João Ribeiro Filho, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba também sofreu uma série de punições: cassado e afastado da presidência da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba; demitido do cargo de Conselheiro da COAP-PB; destituído da função de vogal da Comissão de Salário Mínimo do Ministério do Trabalho; destituído da função de 1º suplente (estava, à ocasião, no exercício da função em virtude do afastamento do titular, licenciado por motivos médicos) de vogal da Junta de Julgamento e Revisão do IAPI; destituído da função de membro do Conselho de Educação e Cultura do Estado da Paraíba; dispensado, sem justa causa, do emprego que ocupava, em 31.03.64; foi preso em 03.04.64 e solto em 18.05.64 com a determinação de

que não poderia ausentar-se da cidade de João Pessoa-PB. Rivaldo Cipriano da Costa, secretário da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de João Pessoa, foi deposto de todas as suas funções sindicais. Teve sua prisão preventiva decretada em abril de 1964, ficou foragido por algum tempo e apresentou-se no dia 26 de junho daquele ano para responder o IMP, sendo na ocasião preso no 1º Grupamento de Engenharia e solto, 68 dias depois, mas continuou respondendo processo na 7ª Auditoria Militar, com sede no Recife (Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Também tivemos casos de tortura no imediato pós golpe na Paraíba, contra sindicalistas, como foi o caso do bancário Boanerges Timóteo de Souza, do Banco Comercial e Industrial da Paraíba, conforme depoimento do Secretário do Sindicato dos Bancários, João da Cruz Fragoso, a Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba:

> Estávamos numa reunião de rotina no Sindicato, na noite de 31 de março, quando chegou uma pessoa avisando que Boanerges Timóteo de Souza, bancário do Banco Comercial e Industrial da Paraíba (Banco esse da família Ribeiro Coutinho) fora preso num comício em Cruz das Armas. Boanerges foi preso e entregue ao delegado da Polícia Civil Sílvio Neves que torturou barbaramente, quebrando seu braço, rompendo os pontos de uma recente cirurgia de amígdalas, causando-lhe tantos sofrimentos que atingiu suas faculdades mentais, o que motivou, no futuro, seu afastamento precoce do Banco do Brasil, para o qual tinha sido nomeado (Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

(Paulo Giovani Antonino Nunes e João Manoel Carvalho)

Anexos

PARAIBANOS RECONHECIDOS COMO MORTOS PELA UNIÃO – Lei 9.140/95

DILERMANO MELLO DO NASCIMENTO (1920-1964)

Data e local de nascimento: 09/2/1920, Paraíba
Organização política ou atividade: não definida
Data e local da morte: 15/08/1964, Rio de Janeiro (RJ)
Versão oficial: Saltou da janela do 4º andar do prédio do Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro, deixando um bilhete que dizia: "Basta de tortura mental e desmoralização"
Versão da família: A viúva, Natália de Oliveira Nascimento, colocou em dúvida a versão policial (Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 11/11/64). Segundo ela, até mesmo o bilhete seria falsificado.

SEVERINO ELIAS DE MELLO (1913 – 1965)

Data e local de nascimento: 20/07/1913, Espírito Santo (PB)
Organização política ou atividade: não definida
Data e local da morte: 30/07/1965, no Rio de Janeiro (RJ)
Versão oficial: "... preso para averiguações por ordem do encarregado de um IPM instaurado no Núcleo do Parque de Material Bélico, suicidou-se (enforcou-se) no xadrez da Base Aérea do Galeão".
Versão da Comissão: "Registrou que, independente da apuração da causa mortis, era possível verificar pelos documentos da época que ele não morrera de forma natural e que se encontrava em dependência militar".

MARCOS ANTÔNIO DA SILVA LIMA (1941-1970)

Data e local de nascimento: 21/10/1941, João Pessoa (PB)
Organização política ou atividade: PCBR
Data e local da morte: 14/01/1970, Rio de Janeiro (RJ)
Versão oficial: "nota do comando da 1ª Região Militar, informando que Marcos Antônio morrera num tiroteio onde foi ferida e presa Ângela Camargo Seixas, também do PCBR, e dois agentes dos órgãos de segurança."
Marinheiro, fez curso em Cuba

PARAIBANOS RECONHECIDOS COMO DESAPARECIDOS POLÍTICOS – Lei 9.140/95

JOÃO ALFREDO DIAS (1932-1964)
(Nêgo Fuba)

Data e local de nascimento: 23/06/1932, Sapé (PB)
Organização política ou atividade: sindicalista rural/PCB
Data e local da morte: 29/08/1964, João Pessoa (PB)

- Nêgo Fuba era orador da Liga Camponesas de Sapé e vereador daquele município. Preso após o golpe militar, foi solto do do15º RI à noite do dia 29 de agosto de 1964.
- Existem duas versões sobre a morte dele e de seu companheiro de luta, Pedro Fazendeiro: a primeira é a de que foram torturados e jogados na estrada entre Campina Grande e Alcantil, alí mesmo enterrados. A segunda é a de que foram torturados e jogados no forno da Usina de Renato Ribeiro Coutinho.

PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO (1909-1964)
(Pedro Fazendeiro)

Data e local de nascimento: 08/06/1909, Itabaiana (PB)
Organização política ou atividade: sindicalista rural
Data e local da morte: setembro de 1964, João Pessoa (PB)

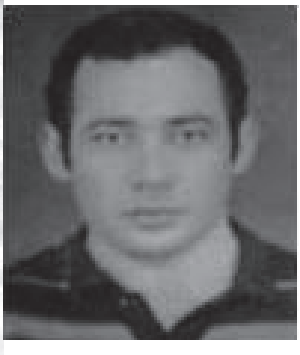
- Agricultor, era uma das principais lideranças da Liga Camposesa de Sapé. Se entregou em maio de 1964 ao Exército e foi solto do do15º RI à noite no dia 7 de setembro de 1964.
- Existem duas versões sobre a morte dele e de seu companheiro de luta, Nêgo Fuba: a primeira é a de que foram torturados e jogados na estrada entre Campina Grande e Alcantil, alí mesmo enterrados. A segunda é a de que foram torturados e jogados no forno da Usina de Renato Ribeiro Coutinho.

JOSÉ MARIA FERREIRA DE ARAÚJO (1941-1970)

Data e local de nascimento: 06/06/1941, Fortaleza (CE)
Organização política ou atividade: VPR
Data e local da morte: 23/09/1970, São Paulo (SP)

- Marinheiro, fez curso em Cuba após o regime militar
- Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
- Era um dos contatos frequentes de José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo
- Casou e teve filha com a militante paraguaia Soledad Barret Viedma
- Enterrado no Vila Formosa sob a identidade falsa de Edson Cabral Sardinha

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA (1944-1971)



Data e local de nascimento: 02/04/1944, Sumé (PB)Organização política ou atividade: PCB
Data e local da morte: 05/08/1971, Rio de Janeiro

- Acusado pela PF de atear fogo na EMBRATEL em 06/08/1971, onde trabalhou
- “Fugiu do pessoal da segurança interna da empresa, que fez busca em sua residência e nada mais encontrou. Depois disso jamais voltou a trabalhar, deixando de frequentar as aulas na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas”.

EZEQUIAS BEZERRA DA ROCHA (1944-1972)

Data e local de nascimento: 24/12/1944, João Pessoa (PB)
Organização política ou atividade: acusado de ajudar o PCBR
Data e local da morte: 11/3/1972, em Recife (PE)

- Geólogo, foi preso em 11/3/1972, por emprestar a Miriam Verbena seu Volkswagen em que ela e Luís Alberto morreram três dias antes, no misterioso acidente rodoviário em Caruaru.
- No município de Escada (PE) foi encontrado um corpo totalmente mutilado, com inúmeros sinais de tortura

UMBERTO DE ALBUQUERQUE CÂMARA NETO (1947-1973)

Data e local de nascimento: 02/05/1947, Campina Grande (PB)
Organização política ou atividade: APML
Data e local da morte: 08/10/1973, Rio de Janeiro

- Líder estudantil, fazia Medicina na Universidade Federal de Pernambuco
- Em 1969, foi escolhido como um dos vice-presidentes da UNE.
- Foi preso no dia 08/10/1973 pelo DOI-CODI, no Rio de Janeiro, depois de ter encontrado numa viagem de ônibus seu companheiro de organização, assassinado pelos órgãos de segurança 20 dias depois, José Carlos Novaes da Mata Machado.

ESTUDANTES PARAIBANAS PRESAS NO CONGRESSO DA UNE EM IBIÚNA - 1968

CACILDA FILOMENA DE CASTRO

Filha de Arthur Ferreira de Castro e Maria Julieta de Castro, com 23 anos de idade, brasileira, residente à rua Quebra Quilos, 177 – Campina Grande - PB. Estudante da Faculdade de Serviço Social da Paraíba.

GERUSA JENNER ROSAS

Filha de Mario Souto Mayor Rosas e Iracema Jenner Rosas, com 22 anos de idade, brasileira, natural de João Pessoa - PB, residente à rua Conde de Boa Vista, 307 - apto. 1010 - PE, estudante da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco.

MARIA DE FÁTIMA MENDES

Filha de Antonio Mendes da Rocha e Maria Eunice Mendes, brasileira, natural de João Pessoa-PB, residente à Av. Princesa Izabel, 302 – J. Pessoa. Estudante de Filosofia da Faculdade de João Pessoa.

MARIA DO SOCORRO PESSOA

Filha de Antonio Elias Pessoa e Celina Xavier Pessoa, com 22 anos de idade, brasileira, residente à rua Duque de Caxias, 152 – J. Pessoa – PB. Estudante da Fac. De Educação da Univ. Fed. Da Paraíba.

MARIA DO SOCORRO MORAES

Filha de Agripino J. Morais e Felicidade das Neves Costa, com 22 anos, brasileira, natural de Cabedelo–PB, Estudante da FAc. de Serv. Social de J.Pessôa – PB.

MARIA NAZARETH COELHO

Filha de Manoel C. de Carvalho e Augusta Coelho de Almeida, com 29 anos de idade, brasileira, natural de Alagoas - PB., residente à rua Napoleão Laureano, 376 – Campina Grande – PB. Estudante de Ciências Humanas da Univ. Reg. Do Nordeste – Campina Grande – PB.

MAURA PIRES RAMOS

Filha de Severino Ildefonso Ramos e Genuina Pessoa Ramos, com 32 anos de idade, brasileira, nat. de São João do Cariri – J. Pessoa, digo PB., residente à rua José de Alencar, 215 – Campina Grande – PB., Estudante do Inst, Centr. de Letras da Univ. Reg. do Nordeste.

LEDA REJANE PEREIRA DO AMARAL

Filha de Guilhermino Pereira do Amaral e Alzira Pereira do Amaral, com 27 anos de idade, brasileira, natural de João Pessoa - PB. Estudante de Faculdade de Ciências Econômicas da Administração Pública.